

CAMPANHA RIO SÃO FRANCISCO PATRIMÔNIO MUNDIAL

EXPEDIÇÃO ENGENHEIRO HALFELD

RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO

MÁRCIO SANTOS

DEZEMBRO DE 2001

Este relatório foi elaborado exclusivamente para subsidiar dossiê a ser encaminhado à UNESCO com a proposta de se declarar patrimônio cultural da humanidade o acervo histórico, artístico e natural do entorno do Rio São Francisco. Qualquer outra utilização do texto, de partes do texto ou de informações e dados nele contidos deverá ser obrigatoriamente precedida de prévia e expressa autorização do autor.

ÍNDICE

Apresentação 3

Considerações Gerais 6

Formação Histórica 11

Patrimônio Histórico e Artístico 18

Ocupação Pré-Colonial 61

Patrimônio Cultural Imaterial 65

Meio Ambiente 74

Usinas Hidrelétricas 90

Cidades Alagadas 92

Embarcações e Navegação 95

Aspectos Sociais 101

O que faltou 106

Bibliografia 110

Anexo – Qualificação do Autor 115

APRESENTAÇÃO

O presente texto constitui um relatório, de caráter pessoal, das pesquisas de campo realizadas durante a viagem técnica denominada Expedição Engenheiro Halfeld, ocorrida entre 14 de outubro e 18 de novembro de 2001, quando foram percorridos pouco mais de 85% da extensão total do rio São Francisco, entre a cidade mineira de Pirapora e a foz, localizada no município alagoano de Piaçabuçu. A Expedição representa uma das principais ações desenvolvidas no bojo da Campanha Rio São Francisco Patrimônio Cultural da Humanidade. O seu objetivo principal foi a pesquisa e a documentação dos bens de valor histórico, artístico, cultural e natural existentes ao longo do rio e no seu entorno e a mobilização das populações ribeirinhas em defesa das águas do São Francisco e do rico patrimônio presente nos núcleos urbanos que se distribuem às margens do rio. O material coletado será organizado em relatórios técnicos, para constituir, em 2002, o dossiê que será encaminhado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO -, com a proposta de se declararem patrimônio cultural da humanidade os bens históricos, artísticos, culturais e naturais do rio São Francisco.

A Campanha é realizada pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil e executada pela Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS –, contando com o apoio de diversas instituições públicas, dentre elas a Petrobras, o IBAMA, o Governo de Pernambuco e o Ministério da Integração Nacional.

A viagem técnica foi integrada por equipe multidisciplinar composta por pesquisadores da área de história, cultura, patrimônio cultural e meio ambiente e, ainda, por um grupo de comunicação e documentação visual que incluiu jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos. Técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG encarregaram-se, na maioria

dos trechos visitados, da avaliação das condições do patrimônio histórico e artístico encontrado. Um profissional de informática responsabilizou-se pela transmissão de dados via satélite e pela área de telecomunicações da Expedição. Um navegador forneceu o suporte logístico à viagem, encarregando-se da definição de rotas, horários e datas e da rotina geral dos deslocamentos fluviais. Dois guias da Terra Nossa, empresa de ecoturismo de Belo Horizonte, deram o necessário apoio de terra às atividades. Os coordenadores da Campanha, pela Rede Marketing e Comunicação, empresa de comunicação de Belo Horizonte que a organiza, estiveram presentes em grande parte dos trechos percorridos.

Ao final dos 35 dias de viagem, foram percorridos e pesquisados aproximadamente 2.300 quilômetros da extensão total do rio, principalmente por via fluvial. Núcleos urbanos de cinco estados, dentre cidades, vilas e povoados, foram visitados pelas equipes de pesquisa e documentação, computando-se centenas de bens históricos, artísticos, culturais e naturais registrados durante a viagem.¹

O autor deste relatório encarregou-se das pesquisas de cunho histórico e cultural, bem como da prospecção e avaliação preliminar dos bens históricos, artísticos, culturais e naturais encontrados durante a viagem. O principal método de registro utilizado foi o das gravações em áudio, realizadas *in loco*, para o que foi utilizado um minigravador. Subsidiariamente, foram feitas também anotações escritas. Foram feitos ainda, pelo autor, cerca de 600 registros fotográficos, para uso pessoal.

O acervo principal de registros, após a transcrição, passou a constituir pormenorizado diário da participação do pesquisador na Expedição. Esse diário inclui informações de cunho geral, dados, entrevistas, referências pessoais e impressões livres de viagem. Aliado aos registros colhidos por escrito e com o auxílio da visualização das fotografias e sua conexão com os diversos temas

pesquisados, o diário foi o elemento principal para a elaboração do presente relatório, que, espera-se, tenha, ao fim e ao cabo, abrangido boa parte do que foi a Expedição Engenheiro Halfeld.

Algumas observações fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, este relatório refere-se principalmente à pesquisa realizada pelo autor. Ainda que este pesquisador tenha buscado obter o máximo possível de informações sobre todos os aspectos do trabalho realizado durante a viagem, muita coisa, certamente, terá escapado ao seu conhecimento. Espera-se, assim, que a conjugação deste relatório com os demais possa, na formatação final dos resultados da viagem, conformar um todo que abrace os temas e objetos pesquisados durante a sua realização.

É de se ressaltar, ainda, que as áreas de avaliação técnica do patrimônio histórico e artístico e de condições e problemas ambientais, ainda que guardem estreita relação com o trabalho de pesquisa desenvolvido pelo autor deste relatório, não constituem o foco principal da sua atividade. As informações colhidas *in loco* sobre as edificações, monumentos e objetos de valor histórico e artístico originaram-se de uma avaliação intuitiva deste pesquisador, enriquecida, não obstante, pela sua experiência no trato com o patrimônio cultural, adquirida em outros projetos de pesquisa semelhantes.

No campo da pesquisa histórica das rotas terrestres e fluviais de ocupação do interior brasileiro, área de trabalho específica do autor deste relatório, foi de fundamental importância a realização da Expedição. O contato direto com os diferentes núcleos urbanos e regiões do rio descortinou um horizonte novo, permitindo ao autor verificar *in loco* o resultado sociocultural e ambiental do processo milenar de ocupação humana do vale do São Francisco. O rio, que já

¹ Na identificação desses bens ao longo do presente relatório foram seguidas, onde foi possível, as denominações oficiais constantes dos bancos de dados dos órgãos governamentais consultados.

vinha sendo estudado do ponto de vista histórico², tornou-se um objeto de pesquisa palpável, vivenciado, multifacetado e contemporâneo.

Cabe, ainda, ressaltar que a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Cultural da Humanidade e as ações dela resultantes, dentre elas a elaboração do presente relatório de pesquisa de campo, inserem-se no espaço maior da luta pela preservação do rio e do seu entorno. Todos os que participaram da Expedição Engenheiro Halfeld estiveram e estão imbuídos do espírito comum de contribuir, cada uma à sua maneira e na medida das suas possibilidades, para a recuperação do rio São Francisco e para a valorização do patrimônio cultural e natural do seu entorno. Esperamos, assim, estar contribuindo para reverter o estado de degradação que ensejou o assustador prognóstico traçado pelo benzedor Minervino Pereira da Silva, de Ibiaí: “a cama dos peixes vai se tornar a cama dos bois”. Evitar esse futuro sombrio é o objetivo maior da Campanha e das ações por ela provocadas.

Cumpramos registrar, por fim, com relação ao presente texto, a valiosa colaboração da jornalista Sônia Pessoa na sua revisão final.

² A ocupação humana do vale do rio São Francisco foi estudada pelo autor num dos capítulos do livro *Estradas Reais – Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*, de sua autoria.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O rio São Francisco estende-se, entre a nascente, localizada na Serra da Canastra, no município mineiro de São Roque de Minas, e a foz, situada entre os estados de Alagoas e Sergipe, nas proximidades da cidade alagoana de Piaçabuçu, por aproximadamente 2.700 quilômetros³. Ao longo do seu curso o rio banha municípios dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Já o vale do rio inclui, além dos estados citados, o estado de Goiás e o Distrito Federal. Os seis estados e o Distrito Federal abrigam, assim, a Bacia do São Francisco, que constitui a terceira bacia hidrográfica do Brasil com relação à área e é a única totalmente brasileira.

O vale do rio tem uma superfície de aproximadamente 640 mil quilômetros quadrados, habitada por cerca de 15,5 milhões de pessoas, distribuídas por 503 municípios. Dessa área, 36,8% estão na região Sudeste (Minas Gerais), 62,5% nos estados nordestinos e apenas 0,7% na região Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal). Dentre as sete unidades da Federação, a Bahia é o que possui maior área compreendida no vale do rio.

O rio São Francisco possui 36 afluentes de porte significativo, dos quais apenas 19 são perenes. Os principais tributários são, pela margem direita, os rios Paraopeba, das Velhas, Jequitaiá e Verde Grande e, pela margem esquerda, os rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande. Em geral os afluentes da margem direita, que nascem em terrenos cristalinos, possuem águas mais claras, enquanto os da margem esquerda, vindos de terrenos sedimentares, são mais barrentos.

³ Foi considerado o dado fornecido pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF - e pelo Ministério do Meio Ambiente. Estudos como *O Homem no Vale do São Francisco*, de Donald Pierson, e publicações de referência, como o *Almanaque Abril*, dão cifras diferentes: 3.161 quilômetros para o primeiro e 3.160 para o segundo. <http://www.codevasf.gov.br>. <http://www.mma.gov.br>. Pierson, *O Homem no Vale do São Francisco*, I, p. 29. *Almanaque Abril Edição Brasil 2001*, p. 160.

A Bacia do São Francisco pode ser esquematicamente dividida, do ponto de vista **físico**, a partir de diversos critérios. Um resumo das divisões que já foram propostas foi feito pelo pesquisador Donald Pierson⁴ no final da década de 50 do século XX, ou seja, bem antes da construção das barragens contemporâneas. Após a construção das represas de Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Paulo Afonso e Xingó, que alteraram significativamente o perfil geográfico do rio, a divisão mais comum das regiões fisiográficas do São Francisco é a seguinte⁵:

Alto São Francisco. Estende-se da nascente até a cidade mineira de Pirapora, abrangendo as sub-bacias dos rios das Velhas, Pará, Indaiá, Abaeté e Jequitaí. O divisor a leste é formado pelas montanhas da Serra do Espinhaço e a oeste pela Serra Geral de Goiás. Esta região está, portanto, inteiramente contida no estado de Minas Gerais. A topografia é ligeiramente acidentada, com serras e terrenos ondulados e altitudes de 600 a 1.600 metros. A vegetação é de florestas e cerrados, o índice pluviométrico é alto e a temperatura amena, registrando média anual de 23°C. A região é classificada como tropical úmida e, em algumas partes, temperada. As principais cidades são as integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Patos de Minas. No Alto São Francisco está a Usina Hidrelétrica de Três Marias.

Médio São Francisco. Compreende o trecho entre Pirapora e a cidade baiana de Remanso, incluindo as sub-bacias dos afluentes Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente, Verde Grande, Grande, Paramirim, Pilão Arcado e Jacaré. O divisor a leste é a Chapada Diamantina. A oeste, a divisão se faz pela Serra Geral de Goiás e pela Serra da Tabatinga. A região está incluída nos estados de Minas Gerais e Bahia. A topografia é caracterizada pelas planícies da Depressão São Franciscana, com altitudes que variam entre 500 e 2.000 metros. A vegetação é dos tipos cerrado e caatinga, salvo algumas pequenas matas serranas. A margem esquerda do rio nesta região é úmida, com rios permanentes e vegetação

⁴ Pierson, *op.cit.*, I, p. 36-7.

⁵ A identificação e caracterização das regiões foi obtida no *website* da CODEVASF: <http://www.codevasf.gov.br>

perenifólia; na margem direita a precipitação é menor, com rios intermitentes e vegetação típica de caatinga. A temperatura média anual é de 24°C. As condições físicas permitem caracterizar a região como tropical semi-árida. As principais cidades são Montes Claros e Januária, em Minas Gerais; Formosa, em Goiás; Barreiras, Guanambi, Irecê e Bom Jesus da Lapa, na Bahia; e Brasília, no Distrito Federal. Esta região permite ainda uma subdivisão, em trecho Médio Superior, de Pirapora até a fronteira entre Minas Gerais e Bahia (rios Carinhanha e Verde Grande), e trecho Médio Inferior, dessa fronteira até a cidade de Remanso. A primeira sub-região tem características mais próximas das do Alto São Francisco do que do Médio, onde está inserida.

Submédio São Francisco. Estende-se de Remanso até a cidade baiana de Paulo Afonso, incluindo as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão, Vargem e Moxotó. É limitada ao norte pela Chapada Cretácea do Araripe e pela Serra dos Cariris e ao sul pelo Raso da Catarina, abrangendo áreas dos estados da Bahia e Pernambuco. A topografia é ondulada, com vales muito abertos e altitudes entre 200 e 800 metros. A caatinga predomina em praticamente toda a região, que tem baixa pluviosidade e temperatura média anual de 27°C, permitindo caracterizá-la como tipicamente semi-árida. As principais cidades são Juazeiro e Paulo Afonso, na Bahia; e Petrolina, Ouricuri e Serra Talhada, em Pernambuco.

Baixo São Francisco. Estende-se de Paulo Afonso à foz, englobando as sub-bacias dos rios Ipanema e Capivara. Situa-se em áreas dos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. São características as serras, os tabuleiros e a planície costeira. As altitudes variam entre o nível do mar e 200 metros, embora, na periferia, algumas serras atinjam 500 metros. A vegetação é de dois tipos: caatinga no trecho mais alto e mata na região costeira. Uma peculiaridade desta região, do ponto de vista físico, é a ocorrência de chuvas no inverno, ao contrário das demais regiões do vale. A temperatura média anual é de 25°C e a região é caracteristicamente tropical semi-úmida. As suas principais cidades são

Jeremoabo, na Bahia; Pesqueira e Bom Conselho, em Pernambuco; Propriá e Nossa Senhora da Glória, em Sergipe; e Arapiraca e Penedo, em Alagoas.

O clima do vale sofre a influência de diferentes massas de ar, com baixo índice de nebulosidade e, conseqüentemente, grande incidência de radiação solar. Todo o vale apresenta um período anual seco bem marcado. Os valores mais altos de precipitação anual, da ordem de 1.500 mm, ocorrem nas nascentes e os mais baixos, de cerca de 350 mm, entre Sento Sé e Paulo Afonso.

Do ponto de vista **histórico**, o vale do rio pode ser dividido em regiões distintas das citadas acima, considerando-se o processo de ocupação humana no período colonial. A este respeito, Euclides da Cunha ensaiou uma divisão:

...o S. Francisco foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões; e, na região média, a terra clássica do regímen pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia.

Bateram-lhe por igual as margens o *bandeirante*, o *jesuíta* e o *vaqueiro*.⁶

Teríamos, assim, três grandes regiões históricas no rio, para as quais o autor deste relatório propõe os limites especificados abaixo:

Trecho superior. Compreende a região limitada pela nascente e pela cidade de Pirapora. Nessa zona foi primordial a ação dos bandeirantes paulistas exploradores de ouro e de pedras preciosas, que a ocuparam vindos especialmente das vilas do vale do Paraíba do Sul e de São Paulo de Piratininga, chegando ao vale do São Francisco por duas rotas principais. Uma delas seguia pelo sudoeste do que hoje é o estado de Minas Gerais, cortando o rio Grande no seu curso superior e daí chegando ao Alto São Francisco. A outra se estabeleceu a partir da região mineradora da antiga Vila Real do Sabará, de onde os exploradores seguiam pelo vale do rio das Velhas para chegar ao São Francisco na zona do encontro dos dois rios, hoje Guaicuí, distrito de Várzea da Palma.

⁶ Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 129.

Trecho médio. Segue de Pirapora até a cidade pernambucana de Juazeiro. Este trecho constituiu o que no passado se chamou “rio dos currais”, região de ocupação pecuária, voltada para o fornecimento de carne bovina para os núcleos mineradores do centro-sul da antiga capitania das Minas Gerais. O papel decisivo da região pecuária do São Francisco no abastecimento da capitania mineradora tem sido ressaltado por diversos historiadores. Este trecho foi ainda de fundamental importância por ter representado, no final do século XVII e na primeira metade do XVIII, a via fluvial de condução do caminho terrestre então conhecido como Caminho da Bahia, ou do São Francisco, ou ainda dos Currais. O caminho seguia pelas margens do rio, promovendo a ligação mercantil entre as vilas do ouro e do diamante, as fazendas de gado da região e o porto de Salvador.

Trecho inferior. Abrange a região compreendida entre Juazeiro e a foz. Constitui área de ocupação empreendida principalmente pelos missionários jesuítas, que estabeleceram missões religiosas ao longo do rio. Nesse processo de ocupação os jesuítas partiram da foz e enveredaram pelo desconhecido interior brasileiro, tendo o rio como via condutora e os nativos indígenas como “rebanho” a ser catequizado e mão-de-obra para a construção das missões.

Quanto à situação administrativa do vale do São Francisco, cabem algumas informações. Além da CODEVASF, atuam no rio São Francisco diversas instituições federais. Destacam-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA –, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS –, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF – e a Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

Outras entidades, de caráter multidisciplinar, podem também ser citadas. São o Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CEEIVASF –, a Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco – CIPE-São

Francisco –, a União das Prefeituras do Vale do São Francisco – UNIVALE – e o Instituto Manoel Novaes para o Desenvolvimento da Bacia do São Francisco – IMAN.

A inscrição dos bens históricos, artísticos, culturais e naturais do rio São Francisco e do seu entorno como patrimônio cultural da humanidade acrescentará um item à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. São hoje 690 bens inscritos na Lista, sendo 529 de natureza cultural, 138 de cunho natural e 23 de natureza mista. Esses bens estão distribuídos em 122 países, dentre os quais o Brasil, que tem 14 locais declarados patrimônio da humanidade.

A Expedição Engenheiro Halfeld representou um dos momentos mais importantes da Campanha Rio São Francisco Patrimônio Cultural da Humanidade. O nome da Expedição é uma homenagem ao engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, responsável pelo primeiro estudo técnico elaborado sobre o rio, trabalho solicitado pelo imperador D. Pedro II e resultante de viagem de pesquisa que o estudioso realizou pelo rio entre 1852 e 1854. Dessa viagem resultou detalhado relatório denominado *Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio de S. Francisco, desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico*, obra amplamente utilizada durante a expedição contemporânea. Também os relatos de outros viajantes que exploraram o Médio e o Baixo São Francisco, como Richard Burton, Theodoro Sampaio, Spix e Martius e Gardner, foram importantes como fonte de consulta direta durante a Expedição Engenheiro Halfeld. Cotejando a realidade atual com as condições naturais e humanas encontradas pelos viajantes do século XIX, a equipe de pesquisa pôde ampliar a sua percepção técnica e pessoal do rio e das comunidades que vivem às suas margens.

Além da pesquisa, a equipe da Expedição encarregou-se da tarefa fundamental de contribuir para a mobilização das populações ribeirinhas em prol do rio. Milhares de cartilhas, adesivos e camisetas alusivas à Campanha e à necessidade de preservação do São Francisco foram distribuídas durante a viagem. Palestras

foram proferidas por membros da equipe em Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra e Juazeiro. Comitivas locais de estudantes, pesquisadores, agentes públicos, empresários e pessoas ligadas à cultura e ao meio ambiente receberam a Expedição em diversas das cidades visitadas. Merecem especial menção as recepções preparadas em Pirapora, Ibiaí, São Romão, Carinhanha, Paratinga, Barra, Penedo e Piaçabuçu.

Durante a viagem poderoso sistema de comunicação via satélite permitiu o envio imediato de dados sobre cada local visitado para a central de comunicação estruturada em Belo Horizonte na sede da Rede Marketing. Através do equipamento cedido pela empresa Autotrac Comércio e Telecomunicações foi possível plotar *in loco* cada ponto relevante para a pesquisa, constituindo vasto banco de dados dos bens pesquisados, que identifica inclusive as coordenadas geográficas de cada um deles, uma das exigências da UNESCO para a análise do dossiê.

A viagem pode ser dividida em quatro grandes fases, de acordo com o meio de transporte utilizado. Na primeira, entre Pirapora e Barra, viajamos pelo rio na barca Luminar, comumente utilizada principalmente para passeios turísticos pelo rio. Na segunda fase, de Barra a Juazeiro/Petrolina, a equipe utilizou-se da barca Nina, embarcação de grande porte, apta a cruzar o lago de Sobradinho e comumente usada para eventos e passeios pelo rio. O trecho de Juazeiro/Petrolina a Piranhas, correspondente à terceira fase da viagem, de navegabilidade muito difícil em razão das barragens e dos *canyons*, foi percorrido por terra em duas *vans* locais. De Piranhas até a foz, na quarta fase, a viagem foi concluída em duas barcas simples, a Cédila Denize e a Oriente.

Durante todo o percurso uma *pickup* da empresa de ecoturismo Terra Nossa, de Belo Horizonte, acompanhou a equipe, fornecendo o necessário apoio logístico às atividades de pesquisa. O trabalho de prospecção de dados, contatos preliminares

e transporte terrestre alternativo realizado pelos dois guias da Terra Nossa foi muito importante, senão decisivo, para a consecução dos objetivos do projeto.

FORMAÇÃO HISTÓRICA

Dentre os diversos núcleos urbanos visitados durante a Expedição Engenheiro Halfeld, escolheram-se, para serem caracterizadas historicamente nesta seção do relatório, seis cidades. Independentemente da sua posição demográfica e econômica atual no conjunto das localidades ribeirinhas, essas cidades foram selecionadas pela importância que tiveram no passado colonial e imperial do vale do São Francisco, quando foram centros urbanos que expressavam, de forma bastante clara, o ritmo e as condições de ocupação de toda a região ribeirinha do rio.

A origem das cidades de São Romão, Januária, Barra e Juazeiro, todas elas localizadas, do ponto de vista histórico, no trecho médio do rio, está fortemente vinculada ao ciclo da pecuária e da circulação mercantil no vale. São todos núcleos urbanos nascidos da expansão das fazendas de gado e da abertura dos caminhos de tráfego comercial que margeavam ou cortavam o São Francisco. Também localizada no trecho médio, a cidade de Bom Jesus da Lapa diferencia-se das demais pela atipicidade da sua formação histórica, constituindo um núcleo de base religiosa numa região fortemente ligada à pecuária e ao comércio. A cidade de Penedo, por seu turno, representa um dos marcos da expansão européia a partir da foz do São Francisco e tem características históricas que a destacam no conjunto dos numerosos núcleos urbanos do trecho inferior do rio.

São Romão

A criação do arraial inicialmente denominado Manga e depois Santo Antônio da Manga, no início do século XVIII, foi obra de exploradores paulistas e está historicamente situada no ciclo de povoamento iniciado com a chegada dos sertanistas Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira ao norte do atual estado de Minas Gerais, na região dos rios São Francisco, Verde Grande e Gorotuba. Um trecho de documento antigo, citado pelo pesquisador Waldemar de Almeida Barbosa, informa:

Fronteira ao arraial está uma ilha, que se diz a de São Romão, com meia légua de comprido e quase 400 passos geométricos de largo, onde consta, por tradição constante e não controvertida, que houve uma aldeia de índios, os quais a desampararam, depois de destroçados por Januário Cardoso, paulista, e Manuel Pires Maciel, europeu, em dia de S. Romão. Não havendo certeza do ano desse fato, sabe-se contudo, que fora antes de 1712...⁷

⁷ “Memórias Históricas da Província de Minas Gerais”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, XIII, 622. In: Barbosa, *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 327.

No século XVIII o arraial foi centro mercantil importante, especialmente no comércio de sal, peixe, carne, melancias e açúcar. O sal fabricado nas salinas do rio São Francisco, nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, era transportado em barcas até o arraial, de onde tomava então via terrestre, sendo levado às vilas mineradoras da capitania das Minas Gerais e aos núcleos auríferos goianos pelas tropas de muares. Além do caminho marginal do São Francisco, um outro antigo caminho terrestre, no sentido leste-oeste, ligava São Romão ao núcleo minerador de Paracatu e, daí, a Goiás.

Em 1736 o arraial foi, ao lado de Brejo do Salgado (hoje Januária), Prado e Carinhanha, um dos palcos dos motins que agitaram o sertão do São Francisco em virtude da tentativa da metrópole portuguesa de implantar na região o imposto da capitação.

A denominação de Vila Risonha de São Romão é de 1831, quando o arraial foi elevado à categoria de vila. O nome contemporâneo é de 1923, ano em que foi criado administrativamente o município.

Januária

A origem do arraial está ligada ao nome do português Manuel Pires Maciel, agregado do potentado paulista Januário Cardoso. Foi o primeiro o responsável pela destruição de uma aldeia caiapó, denominada Tapiraçaba, que existia nas proximidades do atual distrito de Brejo do Amparo. Com os prisioneiros que fez, o português fundou o arraial, com a capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo. Em torno dela cresceu o arraial de Brejo do Amparo, mais tarde denominado Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado, em razão de serem salobras as águas do ribeirão que abastecia a localidade.

A fertilidade das terras do arraial tornaram-no produtor de cereais, fumo, açúcar e de seus derivados – rapadura e cachaça. O sal produzido na capitania da Bahia, especialmente nas salinas existentes entre Xique-Xique e Cabrobó, era ali trocado por produtos agrícolas. Saint-Hilaire, na segunda década do século XIX, constata que:

O açúcar e a aguardente são os principais gêneros que Salgado oferece em troca aos mercadores de sal, e é fácil compreender que vantagens deve fruir desse comércio uma localidade que, por sua lavoura, constitui no deserto uma espécie de oásis.⁸

Na atualidade o historiador Bernardo Mata-Machado não hesita em concluir que:

⁸ Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 333.

Os principais povoados da ribeira do São Francisco, no período colonial, foram os portos distribuidores de sal – Morrinhos, São Romão e Guaicuí – e os centros distribuidores de produtos agropecuários – Pedras de Maria da Cruz e Januária.⁹

Como referido acima, o arraial de Brejo do Salgado teve participação ativa nos motins do sertão do São Francisco, em 1736.

A denominação de Januária, obviamente homenagem a Januário Cardoso, é de 1833, quando o arraial foi elevado a vila. Em 1860 foi criado administrativamente o município de Januária.

Barra

O povoamento da região remonta ao período entre 1670 e 1680, quando a linhagem de proprietários de terras conhecida como Casa da Torre, chefiada pelo segundo Francisco Dias de Ávila Pereira, assentou uma fazenda de gado na foz do rio Grande. A propriedade logo recebeu o nome de Fazenda da Barra do Rio Grande, denominação à qual se acrescentou posteriormente a expressão “do Sul”, para diferenciá-la do Rio Grande do Norte. Na década seguinte religiosos franciscanos ergueram ali uma capela, denominada de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul. Em 1699 é elevada à categoria de povoação, para possibilitar a defesa contra os índios acoroás e mocoazes; tornou-se então distrito da vila de Cabrobó, da capitania de Pernambuco.

No século XVIII a ocupação da região é intensificada, sob a égide da Casa da Torre, tendo como principal atividade econômica a criação de gado bovino. Em 1753 é instalada a vila, desligada de Cabrobó, e, em 1873, já área da Província da Bahia, é elevada à categoria de cidade.

O apogeu de Barra dá-se na última década do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, quando, pela sua posição geográfica, torna-se centro de movimentação comercial e social e ponto de parada das boiadas que transitavam entre Goiás, Piauí e Maranhão. É o período áureo da borracha produzida a partir da maniçoba. A cidade torna-se especialmente importante durante o período mais intenso da navegação fluvial, servindo como base terrestre para os vapores que circulavam entre o Alto e o Baixo São Francisco e os rios Preto, Corrente e Grande.

Pela sua importância regional, a cidade torna-se, no período do império, residência de nobres e políticos influentes. Certamente o exemplo mais famoso é de João Maurício Wanderley, Barão de

⁹ Mata-Machado, Bernardo Novais da. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*, p. 35.

Cotegipe, senador, conselheiro do Imperador e ministro plenipotenciário, nascido em Barra em 1815 e falecido no Rio de Janeiro em 1889.

Juazeiro

O surgimento do núcleo urbano deve-se à antiga Passagem de Juazeiro, situada em local onde, dizia-se, existia um juazeiro, árvore frondosa e de muita sombra, por isso utilizada como local de descanso pelos boiadeiros. Por estar num cruzamento de rotas terrestres e da rota fluvial do São Francisco, a localidade prosperou como caminho natural da penetração do interior e ligação entre diversas regiões do território colonial. Spix e Martius creditam a sua importância à “frequência de trânsito pela estrada do Piauí, que atravessa o rio nesse local”¹⁰.

Na realidade, Juazeiro simboliza de forma lapidar o encontro dos movimentos de ocupação histórica dos trechos médio e inferior do rio. Pois foi também ali que se instalou, em 1706, a missão franciscana que se responsabilizou pela catequese dos índios da região. Um convento e uma capela com uma imagem da Virgem foram edificadas pelos nativos, contando uma lenda local que essa imagem teria sido encontrada por um índio numa gruta nas imediações. Por essa razão, deu-se ao local o nome de Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro, que originou a atual sede do município de Juazeiro.

O município de Juazeiro foi criado em 1833, com território desmembrado do de Santo Sé.

Spix e Martius, que passaram pelo local durante a sua viagem de 1817 a 1820 pelo interior do Brasil, registram a importância de Juazeiro como entroncamento de rotas comerciais:

Esta passagem do Rio São Francisco é a mais freqüentada de todo o sertão da Bahia, e mais importante do que as outras que ficam junto das Vilas de Pilão Arcado, da Barra do Rio Grande e de Urubu. Por aí se faz o comércio do interior para Piauí e Maranhão, assim como também, por essas vilas acima mencionadas, para Goiás e Mato Grosso. O mais importante artigo do trânsito é gado para corte, dirigido à Bahia; de fato também mercadorias européias e ultimamente muitos escravos...

11

Bom Jesus da Lapa

A região em torno do morro de pedra, onde hoje está a cidade, é conhecida pelo menos desde meados do século XVII, quando o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, primeiro conde da

¹⁰ Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, p. 244.

¹¹ Spix e Martius, *op. cit.*, p. 252.

Casa da Ponte, organizou uma bandeira com a incumbência de fundar fazendas de gado em vasta área de sua propriedade, que lhe fora concedida por carta régia de 1663. Uma dessas fazendas era a chamada Morro, ao fundo da qual ficava o atual Morro da Lapa, denominado pelos índios “Itaberaba”, ou “pedra bonita e resplandecente”. O povoamento da região só toma impulso, contudo, com a chegada à gruta do eremita português Francisco Mendonça Mar, em 1691. Durante mais de uma década o religioso viajara pelo sertão, despojado de todos os bens, conduzindo uma imagem do Senhor Bom Jesus. Quando encontrou o morro e a gruta, ali passou a viver, inaugurando o afluxo de viajantes, aventureiros e devotos ao Morro da Lapa. A descrição antiga é curiosa:

Tinha já neste tempo Francisco de Mendonça trinta anos, ou pouco mais, e distribuindo o cabedal, que tinha, que talvez não seria muito, pelos anos de 1680 pouco mais ou menos saiu em hábito humilde, e pobre acompanhado de uma devota Imagem de Cristo Crucificado do tamanho de três palmos, a quem pediu luz, para que todos os seus passos fossem dirigidos a sua maior honra e glória; meteu-se pelo sertão dentro, aonde achou vários sítios, em que pudera ficar: mas como Deus o destinava para outro lugar, quis que se alargasse mais, e assim foi dar em uma grande montanha, que fica nas margens do Rio de São Francisco, e em distância de duzentas léguas de sua foz, e da Villa, que tomou o nome do mesmo Santo, que lhe haviam imposto os primeiros descobridores, quando descobriram em 4 de Outubro aquelas suas grandes correntes.

Dentro desta grande penha descobriu o ermitão Francisco, que na conversão se quis chamar Francisco da Soledade, um formoso e dilatado templo: porque faz duzentos palmos de comprido, com largura proporcionada ao seu comprimento. Tem cruzeiro, que faz no que representa a Cruz, oitenta e dois palmos.¹²

Em 1731 a gruta já possuía em seu interior o altar do Senhor Bom Jesus e mais três altares. Um arraial se formara em torno do morro, apresentando em 1750 cerca de 50 casebres. Um século depois já contava com 128 casas, com 250 habitantes sedentários. O arraial foi elevado à condição de vila em 1890, que recebeu foros de cidade em 1923.

A afluência secular de romeiros à gruta tornou Bom Jesus da Lapa uma cidade singular no vale do São Francisco. Orientada geograficamente pelo Morro da Lapa, em torno do qual se formou, a povoação manteve historicamente pouco contato com o rio e as economias por ele potencializadas. A pecuária e o comércio pouca expressão tiveram em Bom Jesus da Lapa, que cresceu em conseqüência da profunda fé religiosa dos romeiros que para lá acorrem ano a ano. A existência da gruta, da figura do ermitão que a ocupou e transformou em santuário e dos milagres que se acredita sejam realizados no seu interior tornaram o Santuário de Bom Jesus da Lapa local

¹² Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, 1722, apud Barbosa, *Bom Jesus da Lapa*, p. 59-60.

místico e quase lendário. A cidade que cresceu ao redor é, certamente, a mais exótica de todo o vale do São Francisco.

Penedo

A origem da mais antiga povoação das margens do São Francisco remonta a 1536, quando Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, funda o primeiro núcleo urbano ribeirinho, abrindo caminho para a exploração do seu grande vale. Uma feitoria foi erguida, para vigilância do gentio, no alto da rocheira situada às margens do rio. Há registros de que tenha tido, no século XVII, nomes como São Francisco, Vila de São Francisco e Vila do Penedo do Rio São Francisco. Posteriormente o povoado recebeu o nome atual, uma alusão à rocheira, nome este que também se perpetuou, como designativo de uma zona da localidade.

Em 1637 Penedo é tomada pelos holandeses, que construíram, no alto da rocheira, o Forte Maurício de Nassau. Em 1645 os portugueses retomam o controle da cidade, destruindo totalmente a fortificação holandesa.

A vila teve participação na eliminação do poderoso Quilombo dos Palmares em 1697 e na Revolução Pernambucana de 1817. Em 1842 foi elevada à categoria de cidade.

A antigüidade de Penedo e as condições de expansão da própria região do São Francisco fizeram com que a cidade conhecesse períodos de ascensão e decadência. Por séculos as atividades portuárias e o comércio fluvial garantiram a pujança da povoação, mas no século XIX os relatos de viajantes como Gardner e Theodoro Sampaio dão conta de certa decadência da cidade. Este último, em passagem que impressiona pela ambivalência das impressões, legou-nos precioso relato de sua viagem de 1879 e de sua estada em Penedo:

Penedo, para quem a observa do rio, tem a bela aparência das cidades construídas em anfiteatro sobre uma eminência que se debruça sobre as águas. Vi-a iluminada à luz do sol poente, com a sua casaria em alto relevo e recebi a impressão de um sítio aprazível e de uma cidade que, com razão, se considera a segunda da Província. Penetrando-se nela, porém, a impressão modifica-se com o aspecto irregular de suas ruas, a vetustez e a irregularidade das suas edificações, a falta de conforto e comodidade do seu viver. Nota-se, todavia, certa atividade comercial. O porto tem movimento. O cais rampado e revestido de pedra tem sua animação, que agrada nas horas da feira diária, quando os canoieiros da outra margem e das ilhas próximas trazem à venda os produtos de sua pequena lavoura de vazante.

A colina, ou antes o extremo da lombada que vem do longe, sobre a qual está a cidade edificada, e que na verdade é a primeira terra levantada que se descobre do lado de Alagoas, subindo o rio,

apresenta uma bonita escarpa rochosa do lado do noroeste, e descai suavemente para o sul, unindo-se à planície baixa e sujeita às inundações que se estende para o lado do mar.

...

A população da cidade estava então muito aumentada com a gente emigrada dos sertões assolados pela seca. Viam-se nas ruas muito povo faminto e sem trabalho, levas de mendigos andrajosos, esmolando ou estendidos pelo chão à sombra das árvores, homens que foram robustos, belos tipos de uma adaptação admirável, como se foram esqueletos vestidos de couro.

A fome, que os tinha depauperado e dizimado aos centos, cedera lugar agora à varíola, que devorava famílias inteiras destes desgraçados que de tão longe, fugindo às misérias da seca, tinham vindo procurar socorro às margens do grande rio.

Será somente no século XX que Penedo readquirirá parte do antigo vigor, pela via da valorização do seu imenso patrimônio histórico, artístico e cultural. As edificações seculares que margeiam ruas e ruelas calçadas, a rocheira e o casario baixo e simples que se distribui no seu topo, as igrejas e o convento antigos formam um conjunto urbano que, completado pela paisagem do rio, faz de Penedo a cidade mais bela das margens do São Francisco.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

O patrimônio histórico e artístico existente nos núcleos urbanos e áreas rurais do entorno do rio São Francisco apresenta grande diversidade quanto ao estilo arquitetônico, datação, estado de conservação, finalidade original da edificação e proteção legal.

Quanto às características arquitetônicas e à datação, registram-se edificações construídas nos mais diversos estilos, em diferentes períodos dos quatro últimos séculos. A equipe da Expedição documentou desde obras erguidas sob a mais legítima inspiração barroca, como a Igreja de Nossa Senhora da Corrente, do século XVIII, em Penedo, até prédios neoclássicos do início do século XX, como a maioria das edificações encontradas em Barra, ou neogóticos ainda mais recentes, como a Catedral do Sagrado Coração de Jesus, em Petrolina. Acompanhando as grandes diferenças de formação histórica e de paisagens naturais existentes entre as regiões marginais do rio, o estilo arquitetônico das obras humanas também variou enormemente ao longo dos séculos de ocupação do vale do rio.

Também quanto à finalidade original da construção, as obras edificadas apresentam objetivos tão distintos como o religioso, o cultural, o militar, o comercial, o industrial, o de transporte, o residencial, o paisagístico e diversos outros. Foram documentados templos, museus, centros culturais, fortes, mercados, usinas, pontes, ruas, ruelas, casas, obeliscos, conjuntos urbanos, entre outros. A motivação religiosa, como sói acontecer nas obras humanas, predomina quantitativamente sobre as demais, o que de maneira nenhuma diminui a importância destas ou a sua representatividade no conjunto do patrimônio histórico e artístico do entorno do rio.

Quanto ao estado de conservação e à proteção legal, encontramos, da mesma forma, situações extremamente díspares entre si. Há cidades que se orgulham de possuir um conjunto de bens históricos e artísticos razoavelmente bem preservado e sem significativa intervenção humana, que, sem embargo, permanecem completamente desprotegidos do ponto de vista legal. Há outras que, por seu turno, tombaram ou inscreveram para tombamento os seus bens, mas os têm

deixado abandonados à própria sorte. Exemplos do primeiro caso são as cidades de Barra e Paratinga. Juazeiro, por outro lado, constitui típica representante da segunda situação. Muitos fatores podem ser lembrados para explicar essa disparidade. As injunções político-administrativas e econômicas estão entre os mais fortes deles. Igualmente importantes são as razões culturais. Há comunidades onde se formou sólida consciência de preservação, que se transmitiu para o poder público e os empresários locais. Em outras cidades ocorreu o inverso; a população, a iniciativa privada e o poder público parecem irmanados no descaso e mesmo na agressão ao patrimônio cultural, que assim vai se desfazendo.

Surpreenderam-nos ainda, por fim, as disparidades encontradas em termos de preservação do patrimônio cultural em cidades geograficamente tão próximas entre si quanto Barra e Xique-Xique, Curaçá e Abaré, Penedo e Neópolis. Enquanto Barra, Curaçá e Penedo são cidades culturalmente vigorosas, onde comunidades fortes têm conseguido estabelecer padrões sólidos de preservação do patrimônio cultural, as demais parecem definhando sob o peso da descaracterização cultural e da perda das referências históricas.

A relação que se segue, disposta em ordem cronológica, de acordo com a seqüência da Expedição Engenheiro Halfeld, é uma tentativa preliminar e incompleta de levantamento do patrimônio histórico e artístico dos núcleos urbanos ribeirinhos. É evidente que a relação completa seria incomparavelmente maior.¹³

Cabe informar, quanto aos topônimos, que, quando não é citada localidade, distrito, povoado ou vila, o bem localiza-se no distrito-sede do município.

¹³ Somente a pequena cidade de Piranhas conta com 902 edificações antigas registradas.

Quando o bem está incluído no catálogo previamente preparado pelos organizadores da Expedição, denominado *Acervos do São Francisco*, a situação é informada em itálico na descrição da edificação. A grande maioria dos bens arrolados abaixo não está citada nesse catálogo, constituindo unidades que foram agregadas à relação geral a partir da pesquisa de campo.

Pirapora, MG

Ponte Marechal Hermes. Bem imóvel tombado pelo estado e pelo município. Construído em 1922. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

O estado geral é bom, a estrutura metálica está intacta e a ponte é regularmente utilizada. No entanto, algumas reformas são necessárias. Há tábuas soltas na área de trânsito de veículos, o acabamento tem falhas e não há iluminação artificial, que é objeto de um projeto da prefeitura da cidade. Uma bela placa de metal, afixada na parede lateral direita da ponte, no sentido Pirapora-Buritizeiro, está suja e em local pouco visível. Os dizeres da placa são: "Ponte de Pirapora. Placa comemorativa da visita com que os Exmos. Srs. Drs. Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, presidente da república do Estado de Minas Gerais, honraram o trabalho de construção desta ponte em agosto de 1922". Há vários mirantes ao longo da ponte, construídos para permitir que os pedestres dessem passagem para as carroças.

A ponte é utilizada pelas populações de Pirapora e Buritizeiro para o trânsito entre as duas cidades, mas o IEPHA-MG pretende proibir o trânsito de veículos motorizados. A população local alega que essa proibição é contraditória, já que a ponte vem sendo utilizada por décadas para o tráfego diário de veículos, inclusive porque foi construída para suportar a passagem de trens.

A ponte é hoje um “ícone, um monumento, uma marca da cidade”, nos dizeres do arquiteto Evandro Quinaud, que nos acompanhou durante a travessia a pé pela ponte e forneceu algumas das informações acima.

Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária. Bem imóvel tombado pelo município. Construído em 1910. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A edificação está razoavelmente conservada, com pintura recente. Telas metálicas colocadas na parte traseira e nas janelas descaracterizam um pouco o prédio.

Em 1999 a Biblioteca Municipal de Pirapora passou a funcionar no local. A Secretaria Municipal de Cultura também funciona no prédio.

Vapor Benjamim Guimarães. Bem móvel tombado pelo estado e pelo município. Construído nas primeiras décadas do século XX e inaugurado em 1913. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

Encontra-se atualmente ancorado nas proximidades do porto da cidade. Não foi visitado por este pesquisador, mas sabe-se que o vapor encontra-se em processo de restauração para voltar a navegar pelo rio São Francisco.

Estátua de São Francisco. Originalmente esculpida numa árvore morta localizada na avenida paralela ao rio, ao lado do Quiosque Tamboril, a estátua foi, há alguns meses, transferida para uma base de concreto em frente ao Hotel Canoeiros. O conjunto da árvore morta com uma estátua erigida no seu tronco, tendo as raízes do vegetal como base, tinha um conteúdo artístico e ecológico, mas a mudança tornou-o uma estrutura comum.

Buritizeiro, MG

Prédio da Estação Ferroviária. Bem imóvel tombado pelo município. Prédio inaugurado por volta do ano de 1922. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A antiga estação ferroviária de Buritizeiro está desativada, os trilhos foram retirados e os dois prédios que a compõem encontram-se bastante danificados. Não há comprometimento da estrutura, mas as janelas estão danificadas, as paredes pichadas e o teto descaracterizado pela colocação de telhas de amianto. Uma placa refere-se à inauguração, em 1992, de um centro de cultura no prédio. A estação está hoje num campo aberto, de terra, numa área isolada da cidade.

Prédio central da Fundação Caio Martins. Bem imóvel tombado pelo município. Prédio inaugurado em 1908. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

O belo prédio, em estilo neoclássico, encontra-se atualmente sem função. Há alguns problemas de conservação, tais como janelas estragadas e pintura e reboco danificados, mas o estado geral é razoável. A área externa é bem cuidada.

Várzea da Palma, MG – Distrito de Guaicuí

Ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos (Igreja de Pedra). Bem imóvel tombado pelo estado. Construído na segunda metade do século XVIII. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco. Uma dúvida é a localização administrativa do bem, que, segundo o IEPHA-MG, encontra-se no distrito sede do município, e não na vila de Guaicuí.*

As ruínas estão bem conservadas, a base está sólida e a estrutura de pedra não apresenta problemas. No interior da igreja cresceu uma grande gameleira, hoje aderida à parede frontal do prédio. As raízes da árvore se distribuem pela parede, formando belos desenhos. No interior da edificação a mesma árvore distribui as raízes pelo outro lado da parede frontal. O chão da parte interna é de pedra batida. As paredes, tanto internas como externas, foram bastante pichadas. O arco central é muito interessante, de arquitetura bem elaborada.

A edificação é, na realidade, uma estrutura inacabada, já que, por motivos desconhecidos, a construção da igreja foi paralisada antes de ser concluída. O prédio fica numa área ampla, cercado por algumas residências. Na parte traseira da edificação vê-se o rio das Velhas; o pequeno cais da vila de Guaicuí está logo abaixo das ruínas.

Segundo o historiador Fabiano Lopes de Paula, do IEPHA-MG, existe um documento que data a edificação de 1755.

Várzea da Palma, MG – Localidade de Porteiras

Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas. Bem imóvel.

As ruínas apresentam estado razoável de conservação; parte da parede frontal e de uma das paredes laterais está de pé. Segundo o historiador Fabiano Lopes de Paula, do IEPHA-MG, trata-se de igreja construída sobre taipa, técnica pouco utilizada em Minas Gerais; também a invocação a Nossa Senhora do Bom Sucesso é relativamente rara; a conclusão é que pode-se tratar de templo construído por bandeirantes paulistas.

Posteriormente à construção da igreja, foi alocado um cemitério na sua parte frontal.

Na igreja moderna de Guaicuí, moradores nos mostraram imagens retiradas da igreja antiga. Há uma imagem do Cristo Morto, além de outros santos. Outra parte das imagens foi levada para Ouro Preto, para restauração. Um dos moradores nos informou que há documentos antigos ainda não identificados.

Ibiaí, MG

A cidade não parece possuir patrimônio histórico ou artístico relevante para o projeto. Houve registro de manifestação de cultura popular no capítulo *Patrimônio Cultural Imaterial*.

São Romão, MG

Casa da Cadeia. Bem imóvel tombado pelo município. Há informações não confirmadas de que teria sido fundada em 1880, pela proprietária de terras Joaquina de Pompeu. Edificação de dois pavimentos. A parte externa do prédio encontra-se em estado médio de conservação; a estrutura está intacta mas as paredes estão muito sujas, o reboco soltou-se em alguns pontos e a parte inferior da porta de madeira está carcomida. Não foi possível conhecer a parte interna, que não é utilizada.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Bem imóvel. Há informações não confirmadas de que seja de 1668; trata-se da edificação mais antiga da cidade. Apresenta bom estado de conservação; a fachada antiga está sendo descaracterizada por reformas contemporâneas. O telhado antigo foi

mantido. Há imagens antigas de madeira. Na área externa, frontal à igreja, encontra-se um espaço para cavalhada.

Edificação antiga. Bem imóvel. Uma das casas da avenida central da cidade, em estilo neoclássico, data do início do período republicano e ainda mantém o brasão da República na sua fachada. O estado de conservação é bom, mas as paredes externas estão sujas e há pichações na base. O seu interior poderá abrigar, no futuro, o museu da cidade, tarefa na qual está empenhado o morador Júlio César Lima Souza.

Acervo de antiguidades. Bens móveis. O acervo já recolhido espontaneamente por Júlio César para constituir o museu da cidade inclui uma algema da época da escravidão, um cachimbo indígena, uma carranca, moedas antigas e diversos outros objetos. Foram fotografadas duas dessas moedas, uma datada de 1649 e outra de 1685. Júlio César relata que em 1998 foi encontrado, durante trabalhos de terraplenagem de uma das ruas da cidade, um baú com cerca de 2.000 moedas antigas, que teriam sido vendidas para numismatas. Essas antiguidades encontram-se espalhadas pela edificação citada no item anterior, e nenhuma delas foi ainda tecnicamente identificada.

Casario antigo nas proximidades do porto. Bens imóveis. Foram registradas várias casas antigas, em diversos estilos arquitetônicos. Algumas têm belas platibandas. As datas de construção variam desde o período colonial até meados do século XX. Os estados de conservação também variam bastante – há uma casa colonial, de portas e janelas azuis, bem conservada, mas várias das edificações estão depredadas.

Cemitério antigo. Bem imóvel. Possui vários túmulos antigos, alguns datados do século XVII. Um túmulo é do estilo carneiro, constituindo uma espécie de gaveta semicircular em pedra onde é enterrado o cadáver. O cemitério encontra-se tomado pelo mato e parcialmente abandonado.

Tamarindeiro. Bem imóvel. Essa árvore teria, segundo informações do prefeito da cidade, Dênio Marcos Simões, cerca de 200 anos. Já foi mencionada a idade de 500 anos. De qualquer forma, tudo indica que a região onde está o tamarindeiro constitua o sítio original da cidade.

Capela. Bem imóvel, aparentemente construído na primeira metade do século XX. A edificação está situada no balneário conhecido como Veredinha. Trata-se de construção exótica, de estilo eclético, instalada dentro de um pasto para o gado e ao lado de uma vereda explorada como balneário. Bovídeos pastam livremente ao

lado da edificação, da qual tivemos apenas impressões à distância, tendo em vista o pasto estar fechado.

São Francisco, MG

Casa. Bem imóvel. Av. Olegário Maciel, 1010. A edificação antiga, com características baianas, estilo eclético, está muito bem preservada pela proprietária, Clío Nícia Ferreira.

Casa. Bem imóvel. Edificação antiga, em estado médio de conservação. A estrutura está intacta, mas as paredes externas estão sujas e o reboco está solto em alguns pontos. No local funciona a sede da organização não governamental Preservar. Há calçamento antigo nas ruas fronteiras à casa, que fica numa esquina.

Igreja. Bem imóvel. Bom estado de conservação. Há calçamento antigo na rua fronteira.

Avenida com casario antigo. Bem imóvel. Bom estado de conservação.

Rua antiga. Casario antigo.14

Januária, MG

Casario e calçamento da rua Visconde de Ouro Preto e ruas transversais. Rua antiga com diversos bens imóveis de valor histórico-arquitetônico. As épocas de construção variam entre o período colonial e início do século XX. *Detalhes das características físicas e históricas do calçamento da rua encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

Muitas das edificações foram inventariadas pelo IEPHA-MG, estando em processo de tombamento, mas nenhuma delas foi ainda tombada. Algumas casas estão muito bem conservadas, tendo sido restauradas e pintadas seguindo-se as características originais. Outras edificações encontram-se em estado periclitante. As casas de números 50 e 142, constantes do inventário do IEPHA-MG, foram completamente descaracterizadas. Numa das esquinas da rua as edificações antigas foram destruídas, encontrando-se em construção um hotel de dois blocos, cuja frente é voltada para a avenida São Francisco, paralela ao rio. O endereço dessa edificação é avenida São Francisco, 448. O proprietário, Ildeu Caldeira Brant, defende-se alegando que no local havia somente bares, sem características arquitetônicas que pudessem ensejar a sua preservação. A calçada na área do

¹⁴ Por um lapso, alguns dados de referência na cidade de São Francisco não foram registrados.

futuro hotel foi igualmente alterada, alegando o proprietário que já estava também “muito mexida”. A construção do hotel alterou significativamente a harmonia arquitetônica e volumétrica do casario, prejudicando bastante o conjunto histórico da rua. É importante registrar ainda, na questão do hotel, que a casa antiga de número 85, constante dos relatórios do IEPHA-MG, não foi encontrada, indicando a forte possibilidade de que edificações importantes tenham sido derrubadas para a nova construção, ao contrário do que diz o proprietário.

O calçamento antigo, feito de pedras retiradas dos morros, encontra-se intacto, afora no trecho onde está sendo construído o hotel.

Casario da rua Barão do Rio Branco. Essa rua antiga, paralela à anterior, também apresenta casario antigo de grande valor histórico-arquitetônico. Várias edificações, com fachadas e platibandas antigas, foram reformadas e restauradas, preservando-se o padrão original. Outras foram derrubadas para dar lugar a casas modernas. Numa ruela transversal à rua existem duas casinhas do período colonial, com batentes de madeira grossa. Os tetos de ambas estão bastante avariados.

Centro de Cultura e Turismo de Januária. Praça Patrocínio Mota, 47 (esquina com a rua Barão do Rio Branco, descrita anteriormente). Bem imóvel. A edificação, de dois andares, apresenta características do século XIX. Foi restaurada e pintada recentemente. O proprietário, Juarez Teixeira, nos informa que o Centro, com apenas oito dias de funcionamento na data da nossa visita, deverá abrigar oficinas de arte e salas de exposição. Algumas exposições já estão montadas, como a sala que exhibe os trabalhos em cerâmica do grupo denominado Mulheres do Candeal (ver relato no capítulo *Patrimônio Cultural Imaterial*).

Casa da Memória do Vale do São Francisco. Bem imóvel tombado pelo município. Prédio do final do século XIX. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

O prédio encontra-se em bom estado de conservação. Do acervo, em estado médio de conservação e proteção, constam indumentárias antigas, imagens, quadros, fotografias etc. Parte do acervo está ainda sendo organizada. O prédio abrigou no passado a cadeia e, posteriormente, a câmara municipal da cidade.

Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco. Bem imóvel com características da primeira metade do século XX. Bom estado de conservação.

Casa. Rua Lindolfo Caetano, 316. Bem imóvel com características da primeira metade do século XX. Essa pequena construção, de apenas duas janelas e uma porta, possui expressiva arquitetura.

Armazém. Localizado no centro da cidade, endereço não registrado. Bem imóvel. O proprietário, Luiz Carlos, vem se esforçando para preservar as características antigas do imóvel, representadas por um longo balcão de madeira, teto de madeira, portas altas e fachada externa expressiva.

Prefeitura Municipal. Bem imóvel. Não foi identificado o período de construção. Prédio antigo, com arquitetura expressiva.

Calçamento da rua Cônego Marinho. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco*. A rua não foi visitada por este pesquisador.

Cônego Marinho, MG

Ruínas de usina antiga. Durante a nossa visita à localidade de Candeal, fomos informados da existência de ruínas de uma usina de 1936, na localidade de Lajeiro. Foi mencionada ainda a intenção do prefeito do município de tombar o bem. Infelizmente não o encontramos.

Januária, MG – Distrito de Brejo do Amparo

Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Bem imóvel tombado pelo estado. Construção na primeira metade do século XVIII. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco*. *As impressões que se seguem foram colhidas em depoimento da pesquisadora Máisa Füst Miranda, pesquisadora do IEPHA-MG, já que o autor deste relatório não visitou o local*.

A igreja encontra-se numa área isolada, à qual se chega por estrada que passa por fazendas de cana-de-açúcar. Trata-se de edificação grandiosa, mas o estado geral de conservação não é bom. As portas e janelas estão deterioradas, da varanda lateral foi retirado todo o ladrilho hidráulico e o teto foi refeito em 1998, para evitar desabamento. A pintura no altar-mor está desgastada, a parede de adobe está deteriorada, a escada para o coro está quebrada e a sacristia foi retirada por causa da obra de prevenção executada. O piso de tábuas está deteriorado, cheio de empenas e falhas. As janelas e portas estão escoradas. O marco com o cruzeiro e todo o madeirame estão ameaçados por cupins. O piso do coro está mofado. Como a igreja está semi-abandonada, só

ocorrendo cultos uma vez por ano, não há bancos. As imagens antigas estão guardadas na casa da zeladora, consistindo de um Cristo crucificado e um São Benedito, ambos originais. A imagem de Nossa Senhora do Rosário está completamente deteriorada. O cruzeiro frontal ao templo corre o risco de cair, por estar próximo a um barranco. Na fachada havia a inscrição de 1668, que desapareceu, devido à repintura realizada na edificação. O muro que cerca a igreja e as torres da fachada principal estão pichados e em estado de deterioração.

Apesar do estado geral precário da igreja, o risco de desabamento foi evitado pela obra de cunho paliativo que alinhou a cumeeira da nave.

Itacarambi, MG

Não observamos bens histórico-arquitetônicos ou artísticos que mereçam registro. A antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição foi totalmente reconstruída. Não há imagens originais. Nas ruas laterais à área da capela existem várias casas antigas, algumas reformadas, outras não.

São João das Missões, MG

Igreja (não temos informação do nome oficial do templo). Bem imóvel. Não temos informação da data de construção. *As impressões que se seguem foram colhidas em depoimento da pesquisadora Maísa Fürst Miranda, já que este pesquisador não visitou o local.*

A construção encontra-se completamente descaracterizada e já passou por algumas reformas. O piso é de cerâmica, o altar é encaixado e sem nenhum ornamento. Não há retábulo no altar-mor, que é de alvenaria. Nele está uma imagem de São João Batista de barro e pedra, esculpida pelos caboclos locais e bastante venerada, especialmente na procissão do dia do padroeiro da cidade. Há oito oratórios de cada lado da igreja, com várias imagens não originais. Há três imagens diferentes dessas, de madeira, na sacristia; uma delas tem feições indígenas.

Manga, MG – Localidade de Brejo de São Caetano

Igreja de Brejo de São Caetano (não temos informação sobre o nome oficial da igreja). Bem imóvel. Não obtivemos informação sobre a datação da edificação.

Segundo Erasmo Carlos Fernandes, funcionário da prefeitura municipal de Manga, a cidade nasceu na localidade de Brejo de São Caetano e foi posteriormente transferida para o local atual.

As impressões que se seguem foram colhidas em depoimento da pesquisadora Máisa Fürst Miranda, já que este pesquisador não visitou o local.

A igreja original ocupava outro local, tendo sido derrubada e reconstruída onde está hoje. Parece que essa reconstrução se deu em 1976, que é a data no cruzeiro. A madeira de ornamentação foi vendida pelo padre responsável pela igreja na época.

Hoje a igreja encontra-se completamente descaracterizada, foi pintada recentemente e tem janelas de vidro. A construção já passou por duas reformas, segundo a zeladora, Terezinha Alves de Almeida. O sino de bronze foi retirado e está hoje na parte externa da igreja. A imagem de São Caetano, de madeira, com coroa e cruz de prata e detalhes em ouro branco, foi roubada. As únicas peças de importância histórico-arquitetônica que permanecem na edificação são o altar-mor e o retábulo, que parecem originais e têm sido pintados freqüentemente. O altar-mor está em perfeito estado de conservação e provavelmente foi transferido da edificação original para a igreja contemporânea (o funcionário Erasmo Carlos Fernandes, acima citado, mencionou esse dado durante contato com este pesquisador).

Matias Cardoso, MG

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Bem imóvel tombado pela União. Foi provavelmente construído entre 1670 e 1673. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A igreja, grandiosa em relação ao aspecto geral de carência da cidade, retrata o período de apogeu do antigo arraial de Matias Cardoso. O templo possui três portas e características das igrejas baianas. O estado de conservação da edificação é razoável, mas há necessidade de restauração do prédio. A inscrição referente à sepultura de Januário Cardoso, citada por Burton,¹⁵ não pode mais ser vista. Segundo a zeladora, Suzana Barbosa, a pedra original da sepultura foi quebrada em busca de ouro. A imagem original da padroeira foi roubada na década de 60 do século XX. Há ainda três imagens originais: Santana e Nossa Senhora do Desterro, colocadas no altar à esquerda do altar-mor, e São Miguel, no altar à direita do mesmo. Há oratório de madeira, com imagem de São Vicente de Paulo. Os belíssimos afrescos do teto de madeira estão em bom estado. No topo do altar lateral direito, destacam-se duas figuras indígenas, provavelmente uma alusão à antiga ocupação ameríndia da região. Os muros que cercam a igreja estão em bom estado de conservação.

Restaurante Normanha. Praça Cônego Maurício, 65. Bem imóvel tombado pelo município. Bom estado de conservação.

Casa. Praça Cônego Maurício, 462. Bem imóvel tombado pelo município. Bom estado de conservação.

Casa. Praça Cônego Maurício, 525. Bem imóvel tombado pelo município. Bom estado de conservação.

Casa. Praça Cônego Maurício, 556. Bem imóvel tombado pelo município. Bom estado de conservação.

Carinhanha, BA

Igreja Matriz de São José. Bem imóvel construído no século XVII.

O aspecto externo da edificação é bom, mas fomos informados por José Castor, secretário de Agricultura do município, de que ela já foi bastante descaracterizada. Há “alguns anos” houve mudança do telhado e pintura do altar-mor, que foi assim completamente desfigurado do seu aspecto original. A pintura original era banhada a ouro e de grande beleza.

¹⁵ Burton, *Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*, p. 221.

Casa da Careta. Bem imóvel construído no século XVIII.

Segundo José Castor, teria se originado de uma rixa entre dois portugueses que residiam no local. Cada um construiu uma casa, tentando jocosamente mostrar a face do outro. Quando concluídas as obras, as duas caretas tinham o mesmo aspecto e se assemelhavam bastante aos dois contendores.

À parte a história local, a única das duas casas que restou encontra-se em bom estado de conservação. A fachada é majestosa, ornada com platibanda, e um rosto do português encima a parede frontal.

Casa. Rua 2 de Julho, 493. Bem imóvel construído no século XIX, em bom estado de conservação.

Casa. Rua 2 de Julho, 376. Bem imóvel construído provavelmente no início do século XX. O estado de conservação é razoável, as paredes têm cerca de 60 cm de espessura e o sótão é característico.

Casa. Rua Quintino Bocaiúva, 124. Bem imóvel dos mais antigos da cidade. Não foi identificada a época da construção. Hoje abriga a Filarmônica Pedro Leite de Almeida, uma banda local. Está em estado ruim de conservação, com batentes das janelas carcomidos e paredes pichadas com propaganda política.

Bom Jesus da Lapa, BA

Santuário do Bom Jesus e Gruta de Bom Jesus da Lapa. Bem imóvel. A primeira ocupação religiosa da gruta data de 1691. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

O Santuário do Bom Jesus está instalado na Gruta do Senhor Bom Jesus, no Morro da Lapa, morro com formação calcária. Na boca da gruta encontram-se três estátuas sacras de bronze, cada uma com cerca de três metros de altura. A poucos metros foi erguida estátua profana,

também de bronze, de dimensões análogas às das primeiras.¹⁶ Há ainda, na entrada, imagem do descobridor da gruta, padre Francisco de Mendonça Mar. A placa afixada na estátua traz os seguintes dizeres: “Padre Francisco de Mendonça Mar para a glória de Deus faz se exaltar como emissário intrépido da cruz. Fundou a devoção do Bom Jesus e da Senhora Mãe da Soledade plantando os alicerces da cidade. O Bispo João Muniz o fez erguer e o padre Teofrânio Stallaert – CSSR”. Apesar dos avisos em contrário, as paredes da gruta estão pichadas em vários pontos. No altar-mor está a imagem do Bom Jesus, contemporânea. Atrás do altar-mor da capela, no interior da gruta, há uma área onde são depositados os ex-votos: pernas de madeira, muletas, armações para pernas defeituosas. Há uma imagem de São Geraldo, protegida por um estrutura de vidro, também este pichado. Nas paredes laterais podem se ver imagens de Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora do Carmo e um pequeno São Francisco em madeira, bem como a pia batismal e oratórios.

O Morro da Lapa tem 93 metros de altura. À esquerda do altar campal se eleva uma torre de 40 metros e à direita inicia-se a Via Sacra, que termina no cume do morro.

A poucos metros da entrada da gruta encontra-se uma feira a céu aberto, que toma cerca de um quarteirão da área. Lá são vendidas diversas mercadorias, tais como camisetas, peças de artesanato, chapéus, bijouterias, terços, velas de cera. Uma vaca viva, enfeitada com adereços, podia ser vista na feira quando da nossa visita.

Ponte Nilo Coelho. Bem imóvel. Não foi pesquisada a data de construção da edificação. A ponte sobre o São Francisco, de 1.180 metros, forma com o Morro da Lapa e o próprio rio paisagem de alto valor cênico.

Quartel de Polícia. Praça do Livro, s/nº. Bem imóvel. É provável que tenha sido construído no início do século XX.

A edificação encontra-se bastante avariada, os batentes das janelas e portas estão carcomidos, a fachada está muito suja, a pintura está danificada em muitos pontos, há várias pichações. O prédio encontra-se praticamente abandonado. No passado abrigou, ao mesmo tempo, o fórum local, uma delegacia de polícia e a cadeia pública.

Praça do Livro. Bem imóvel, inaugurado em 1952.

¹⁶ O estilo clássico dessa estátua lembra muito o das obras do escultor barrense Deocleciano Martins de Oliveira.

Segundo Raquel Rodrigues Barbosa da Silva, funcionária da Secretaria de Educação do município, trata-se da primeira praça dedicada ao livro no Brasil. Foi o professor Antônio Barbosa quem a idealizou e inaugurou, como parte das comemorações da Semana do Livro. Durante a década de 80 do século XX a praça foi reestruturada. Uma placa no centro traz os dizeres: “Monumento ao Livro. O primeiro que se construiu no Brasil, 1952, por iniciativa do Professor Antônio Barbosa. Destruído em 1957, foi restaurado pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, na administração do Dr. Hildebrando Magalhães e Alberto Guedes, sendo Secretário Municipal de Obras Públicas, o Professor Antônio Barbosa, em 31 de maio de 1985”. Há ainda uma citação de Castro Alves e outra de Belmiro Braga. A praça encontra-se em bom estado de conservação; há flores e grama plantadas.

Abrigo dos Pobres. Avenida Lauro de Freitas, s/n°. Bem imóvel. A construção da edificação foi concluída em 1906.

O prédio antigo parece praticamente abandonado. As atuais instalações do abrigo foram construídas anexando partes do prédio antigo, utilizando-se de algumas de suas paredes. A fachada está bastante depredada, nas janelas foram instaladas grades modernas. O interior do prédio, ao qual tivemos acesso visual através de uma janela, apresenta forro antigo de madeira. As paredes são grossas, com cerca de 75 cm de espessura. Há mobiliário antigo. As instalações do abrigo antigo não estão sendo utilizadas, devendo-se referir que a funcionária Aparecida dos Santos Silva revelou que trabalha no local há oito anos e nunca entrou no prédio.

Paratinga, BA

Igreja Matriz de Santo Antônio. Praça 15 de Novembro, s/n°. Bem imóvel construído na primeira metade do século XVIII. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

Tendo sido construída inicialmente em área próxima à localização atual, nas imediações do rio São Francisco, a igreja teria sido transferida há cerca de 300 anos, segundo Paulo Roberto Campos de Oliveira, diretor de Cultura da prefeitura da cidade, para a posição onde está hoje. A edificação original teria sido destruída por uma enchente e a sua antiga localização é marcada por um

cruzeiro com base branca, próximo a um campinho de futebol e ao rio, a menos de 100 metros da localização atual.

Quando de sua construção, a igreja atual tinha somente uma torre, tendo sido a segunda construída em 1948. Trata-se de típica igreja baiana, pouco rebuscada e clara. A construção se alonga bastante em direção aos fundos da igreja. Uma cruz na parede lateral externa traz os dizeres: “Santa Missão – Novembro – 1941”.

Há belos afrescos no teto, informando Paulo Roberto que teriam sido pintados décadas após a construção da igreja. A estrutura do coro é também antiga. A escada que leva até ele está bem suja, com excrementos de morcegos. Os espaços laterais, antigamente utilizados para sermões dos padres, não são mais usados, mas estão conservados. Há um confessionário de madeira. Há três lustres modernos. Há imagens do Cristo Morto, de Santo Antônio, Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de Fátima. Há cerca de 15 anos os mármorees que cobriam sepulturas antigas foram retirados; hoje, portanto, não indicam o local exato onde estão enterrados os cadáveres. Na área lateral interna da igreja há lápides antigas; a data mais recuada que encontramos foi 1898, do tenente-coronel Miguel Francisco Brandão.

O pároco da Paróquia de Santo Antônio chegou à igreja durante a nossa visita, mas infelizmente não quis estabelecer contato conosco. Segundo os nossos guias na cidade, ele poderia ser de grande ajuda, já que está na Paróquia há quase 30 anos.

Duas pequenas árvores, chamadas são-joão, foram plantadas há cerca de 10 anos na frente da edificação e prejudicam cenicamente o conjunto, havendo um projeto de retirá-las do local.

Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Rua Padre Nogueira, s/n°. A construção foi iniciada no século XVIII.

Segundo as informações prestadas por Paulo Roberto, a não conclusão da igreja se deu em função de conflito armado ocorrido entre grupos que disputavam a posse da região. A edificação nunca chegou a ser utilizada como templo.

Hoje as ruínas da construção apresentam paredes inteiras e semi-inteiras. A estrutura de pedra com tijolo está intacta, mas os pilares e o reboco estão bastante danificados. No interior do prédio há belo arco central, em bom estado. Uma cruz de ferro encima a fachada principal. As pessoas utilizam o interior das ruínas para encontros e há cacos de vidro e lixo espalhados pelo chão de terra.

O prédio, apesar de estar em ruínas e bastante avariado, é belo e encontra-se numa área aberta. A área da edificação formava um conjunto harmônico com o casario em torno e as palmeiras centrais da avenida Benjamim Constant. Entre as ruínas e as palmeiras foi construída, em 1969, uma escola, que interferiu na harmonia do conjunto.

Centro Cultural Rio Branco. Rua Marechal Deodoro, 131. Bem imóvel. Edificação do início do século XX.

O prédio, que se encontrava em ruínas, com risco de desabamento, foi recuperado pela atual administração municipal, em 2000. Está totalmente restaurado e em ótimo estado de conservação. Hoje abriga uma biblioteca, um acervo de vídeos e a primeira brinquedoteca da região. É também local de reunião da comunidade.

Sede da Sociedade Filarmônica 13 de Junho. Rua Marechal Deodoro, 209. Bem imóvel. Edificação do início do século XX.

O prédio possui bela fachada com platibandas e está em ótimo estado de conservação. Nele funciona uma das mais antigas filarmônicas da Bahia, criada em 1902.

Paço Municipal. Avenida Benjamim Constant, s/n°. Bem imóvel construído no século XIX.

Essa edificação de dois andares está avariada, apresentado reboco solto em alguns pontos, batentes das janelas carcomidos, porta danificada. O prédio está sendo reformado pela prefeitura municipal da cidade, tentando-se manter as suas características originais. Foi colocado um telhado novo e restaurada a fachada frontal. No imóvel funciona hoje a câmara municipal e a sede da guarda municipal. A edificação destaca-se cenicamente no conjunto urbano da cidade.

Mercado Municipal. Praça Rui Barbosa, s/n°. Bem imóvel datado de 1938. Possui oito belas colunas de sustentação, feitas de pedra revestida. Está em pleno funcionamento.

Sobrado. Rua Marechal Deodoro, 218. Bem imóvel. Edificação construída no início do XX.

No imóvel de dois andares reside a proprietária, Antônia de Almeida, já bem idosa. No andar térreo funcionou a primeira farmácia de manipulação de remédios da cidade. Ainda possui as antigas prateleiras. Hoje abriga escritórios da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia.

Casa. Praça Rui Barbosa, 82. Bem imóvel construído no século XIX pelo tenente-coronel Miguel Francisco Brandão.

O imóvel está em ótimo estado de conservação. Merece referência o sótão, característico de algumas residências das cidades da região. Possui um pequeno e gracioso quintal com árvores antigas. A maior parte do mobiliário antigo foi transferida para Salvador.

Casa. Praça Dois de Julho, 6. Bem imóvel construído na década de 30 do século XX. Está em estado razoável de conservação.

Casa do Cais. Bem imóvel construído no cais, em frente ao canal do rio que banha a cidade. Não foi identificado o período de construção. Na época dos vapores o imóvel abrigava um depósito de mercadorias, especialmente cereais. Hoje funciona ali apenas um bar.

Comentário: É importante registrar que, apesar da riqueza do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade, nenhum dos seus bens está tombado, em nenhuma esfera administrativa. A informação foi prestada por Paulo Roberto.

Barra, BA

Igreja Bom Jesus dos Navegantes. Avenida Getúlio Vargas, 102. Bem imóvel. Edificação construída em 1808.

O templo, que foi a matriz da cidade antes da construção da Catedral São Francisco das Chagas, encontra-se em bom estado de conservação. O piso, que era em lajota de barro cozido, foi trocado por cerâmica. O altar-mor apresenta imagem de Nossa Senhora das Dores, cuja idade não foi identificada. Não possui torres. No topo da parede frontal há uma cruz de ferro e logo abaixo a inscrição “Bom Jesus dos Navegantes – Abençoai-nos”. A igreja, localizada de frente para o cais, forma com o encontro dos dois rios que banham a cidade – São Francisco e Grande – um conjunto de grande valor cênico.

Catedral de São Francisco das Chagas. Praça Nizan Guerreiro, s/n°. Bem imóvel. A construção foi iniciada em 1859.

A construção antiga, erguida por devoção ao santo padroeiro da cidade, passou por reforma recente, coordenada pelo frei Luiz Flávio Cappio, bispo da Diocese de Barra. O nosso guia na cidade, Sócrates Teixeira do Nascimento, chefe de gabinete do prefeito, apontou algumas das modificações oriundas dessa reforma, que, segundo ele, teriam descaracterizado a arquitetura original da igreja e incomodado pessoas da comunidade: retirada dos altares laterais; retirada da pia batismal original e sua substituição por pia moderna; modificação das funções do coro, que passou a abrigar instalações da rádio comunitária Grande Rio; transformação do púlpito original em altar e da sua base em apoio para a Bíblia; destruição de vitrais laterais para construção de um parede.

Em entrevista concedida para a equipe, o frei Luiz Cappio afirmou, em contrapartida, que foi feito um estudo para se buscar o padrão original do prédio, antes de se iniciar a reforma. Alegou que a edificação fora bastante alterada no passado, com a introdução de altares modernos; que o piso original já estava bastante modificado; que a pia batismal existente antes da reforma era de cimento e já havia sido substituída uma vez; que o púlpito fora colocado daquela maneira por fidelidade às características originais da igreja; que não existia nenhum vitral lateral na igreja.

Independentemente da polêmica, é inegável que a igreja apresenta características francamente modernas para uma edificação datada de meados do século XIX.

Palácio Episcopal. Rua Dom João Muniz, s/n°. Bem imóvel. A edificação foi erguida por volta de 1932, segundo Sócrates.

O majestoso prédio, em estilo neoclássico, recentemente restaurado, abriga várias instalações, como a residência oficial do bispo, a capela, um auditório, uma área de exposições, uma biblioteca. O estado de conservação é excelente e a edificação destaca-se no conjunto arquitetônico da praça

central da cidade, a Praça Barão de Cotegipe. No seu interior visitamos a biblioteca, uma sala de exposição de fotografias e uma pequena exposição de imagens sacras.

Sobrado. Rua dos Mariani, 1817. Bem imóvel. Construção iniciada em 1900.

A edificação de dois pavimentos, erguida em torno de um pátio com mirante, abrigou no passado a prefeitura municipal. Possui bela fachada com decoração eclética. Está em ótimo estado de conservação. Trata-se de uma das edificações mais destacadas do conjunto fronteiro ao cais.

Mercado Municipal. Praça do Mercado, s/n°. Bem imóvel. Edificação erguida em 1917.

O mercado foi construído por João Antônio dos Santos, comerciante local. A estrutura do prédio encontra-se em ótimo estado de conservação. A fachada é impressionante. Foi referido que quatro enchentes já alagaram o imóvel, mas não houve nenhum dano. Encontra-se em pleno funcionamento e no seu interior ainda se podem comprar artigos artesanais típicos, como as bruacas, que são malas de couro cru utilizadas para transporte de objetos em bestas.

Chalé dos Mariani. Rua dos Mariani, 1050. Bem imóvel. A edificação data provavelmente do final do século XIX – segundo a atual proprietária, Joana Camandaroba, tem pelo menos 110 anos.

O chalé encontra-se em ótimo estado de conservação. As portas, as arcadas e o piso são originais. Abriga uma espécie de museu privado, mantido pela proprietária. Muitas das peças pertenceram ao Barão de Cotegipe. Foram-nos mostrados móveis antigos, alguns deles da época da construção do prédio, um oratório com friso de ouro, paredes com afrescos originais, tecidos, pratarias, um urinol de porcelana, lustres e outros detalhes. Há uma imagem bastante rebuscada, valiosa, de Nossa Senhora da Conceição. Há outra imagem, de São

Gonçalo do Amarante. Esses objetos encontram-se dispostos naturalmente pela casa, onde reside a proprietária.

Prédio da Usina. Rua dos Mariani, 802. Bem imóvel. Edificação construída na década de 20 do século XX.

Inicialmente construído para abrigar uma usina de beneficiamento de algodão, o prédio foi transformado, na década de 40, numa usina de eletricidade. A energia elétrica era produzida nessa usina por um gerador movido por uma caldeira, alimentada pela queima de lenha – trata-se de sistema semelhante ao utilizado nos antigos vapores. Essa segunda usina funcionou até a década de 60, quando a energia elétrica da cidade passou a vir de um motor a diesel. O prédio encontra-se em bom estado de conservação e abriga hoje um centro de artesanato de couro, barro e louças, denominado Artesanato Nossa Senhora de Fátima. Como outros prédios da cidade, também esse apresenta duas fachadas, ambas idênticas, uma na frente e outra nos fundos, cada uma voltada para uma rua diferente.

Casa dos Pinto Guerreiro. Avenida Getúlio Vargas, 202. Bem imóvel. Edificação erguida no início do século XX.

O prédio encontra-se em estado médio de conservação; a estrutura está inteira, mas o reboco está sujo em muitos pontos e alguns detalhes da fachada encontram-se avariados. Como em outras edificações da cidade, a fachada é ornada com platibandas. Segundo Sócrates, o interior da casa, que não visitamos, abriga acervo importante, constituído de peças que pertenceram à família Pinto Guerreiro. A casa apresenta duas fachadas, uma voltada para a Avenida Getúlio Vargas e a outra para a Praça Coronel José Guerreiro.

Templo da Primeira Igreja Batista. Praça Barão de Cotegipe, 160. Bem imóvel. A edificação foi construída em 1948.

O prédio, construído em estilo neoclássico, está em bom estado de conservação. A fachada está intacta.

Prédio da Maçonaria. Rua Dom João Muniz, 274. Bem imóvel. A edificação foi construída por volta de 1830.

Originalmente destinado a abrigar o primeiro hospital da região, pertencente à Santa Casa de Misericórdia, posteriormente o prédio foi adquirido pela Maçonaria. Segundo Sócrates, conserva-se até hoje no seu interior, que não visitamos, a imagem de São Pedro, esculpida na época de construção do prédio. A edificação encontra-se em bom estado de conservação.

Casa. Rua dos Mariani, 1827. Bem imóvel. A edificação foi construída em 1904, para servir como armazém de maniçoba. O nome da rua é uma homenagem a influente família da cidade, de origem italiana, que prosperou no início do século XX.

Estátua de São Francisco de Assis. Avenida Getúlio Vargas, em frente ao cais. Bem imóvel. Obra de arte inaugurada em 1959.

A estátua de bronze foi esculpida por Deocleciano Martins de Oliveira, autor de várias outras esculturas espalhadas por cidades ribeirinhas do São Francisco, como Três Marias, Pirapora, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Paulo Afonso e a própria Barra. A base da estátua está pichada, mas o estado de conservação é muito bom. A placa afixada na base traz os dizeres: “Senhor, dai-nos a fé pura, a esperança firme, a caridade perfeita, a veneração dos barrenses. Bispo Dom João Muniz. 1959”.

Colégio Santo Eufrásio. Praça Nizan Guerreiro. Bem imóvel. Edificação construída em 1920. Trata-se de um dos mais antigos colégios da região ribeirinha do São Francisco.

Casa. Rua Dom João Muniz, 19. Bem imóvel. Edificação construída em 1920. Bom estado de conservação.

Casa Paroquial. Rua Dom João Muniz, 10. Bem imóvel. Edificação do início do século XX. Estado médio de conservação.

Casas da Rua Dom João Muniz. Bens imóveis. Edificações do início do século XX.

O estado de conservação dessas casas varia bastante. Há edificações antigas em excelente estado e outras quase totalmente destruídas. De uma dessas casas, por exemplo, só restou a parede frontal.

Casas da Rua dos Mariani. Bens imóveis. Edificações do início do século XX.

A antiga rua do Comércio apresenta diversas edificações relevantes do ponto de vista histórico-arquitetônico. A maioria dos prédios era, no passado, estabelecimentos comerciais. Apesar de algumas descaracterizações do padrão original, provocadas por reformas sem apuro técnico, o conjunto ainda é bastante harmônico. Há belas fachadas, ornadas com platibandas.

Capela de Nossa Senhora do Rosário. Bairro do Rosário. Bem imóvel. Edificação erguida em 1951.

O prédio da capela foi erigido na praça de mesmo nome por um mutirão dos moradores do bairro, coordenado por dois padres missionários. O estado de conservação é bom. Uma estátua de São João Batista e o Carneirinho, em tamanho natural, também de autoria de Deocleciano Martins de Oliveira, foi instalada em 1970 em frente à capela.

Casa da Fazenda Torrinha. Povoado de Torrinha. Bem imóvel. Edificação construída no século XIX.

Essa bela edificação destaca-se na margem esquerda do rio, antes da chegada à sede do município. Trata-se de casarão de dois andares, pertencente a fazenda antiga. O povoado não foi visitado pela equipe, mas há fotografia à distância do casarão, tirada da barca, por sugestão deste pesquisador.

Comentário: O patrimônio histórico e artístico da cidade impressiona pela beleza, pela harmonia e, também, por não estar tombado em nenhuma esfera administrativa. A equipe surpreendeu-se com o fato de que nem mesmo o poder público municipal tenha promovido a proteção legal do rico acervo em edificações da cidade. Há que se referir ainda que prédios historicamente importantes, como a casa do Barão de Cotegipe e a antiga câmara municipal e cadeia, este último de 1818, foram derrubados ao longo do século XX para dar lugar a edificações modernas.

Xique-Xique, BA

Igreja de Santana do Miradouro. Ilha do Miradouro. Bem imóvel construído no século XVIII. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A tradição local afirma que a igreja é o mais antigo templo da região, construído na ilha que constituiria o sítio histórico original da cidade de Xique-Xique. O nome “Miradouro” viria da expressão “mira ouro”, pronunciada por aqueles que observavam à distância a serra do outro lado, em busca de ouro. A construção, em singelo padrão baiano, encontra-se em estado precário de conservação, apresentando reboco descascado, piso de cerâmica da sacristia intencionalmente quebrado, em busca de ouro, e imagens antigas quebradas ou parcialmente destruídas por cupins. A coroa de ouro da pequena imagem de madeira de Santana foi roubada. Foram registradas outras duas imagens, do Cristo Morto e de São Judas Tadeu. A comunidade residente na ilha, à qual se chega por pequenos barcos que cruzam o canal do rio que a circunda, mostrou-se bastante preocupada com a preservação do patrimônio da igreja.

Mercado São Francisco. Praça Francisco Guimarães, s/nº. Bem imóvel construído no século XIX.

A estrutura antiga do Mercado está intacta, mas as paredes estão muito sujas e a construção como um todo não parece ter grande significado histórico-arquitetônico. Foi reformado em 1980.

Igreja Senhor do Bonfim. Praça Dom Máximo, s/nº. Bem imóvel. Não foi identificada a data de construção, mas os dados da Secretaria da Cultura da Bahia informam o século XVI – provavelmente houve equívoco nesta datação, pois o povoamento da região não é tão antigo.

A edificação parece já ter passado por várias reformas e guarda hoje estilo neoclássico. Está bem conservada. Não visitamos o seu interior, pois a igreja encontrava-se fechada.

Casas da Rua Gustavo Costa. Bens imóveis, cujas datas de construção possivelmente variam entre o final do século XIX e o início do XX. O estado de conservação é bom na maioria dos casos.

Túmulo de pedra. Margem direita do rio, logo após Copixaba, no sentido Morpará – Xique-Xique. Bem imóvel. Período de construção não identificado.

Trata-se de antigo túmulo de pedra, com dois carneiros e fachada frontal alta. Está hoje abandonado numa pequena mata na margem do rio. A construção foi tomada por insetos.

Juazeiro, BA

Fundação Cultural de Juazeiro. Praça Barão do Rio Branco. Bem imóvel. Construção iniciada no final do século XIX. Prédio inaugurado em 1934. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco. Observar que no catálogo o bem figura como sede da Câmara Municipal de Juazeiro, o que deixou de ser em 2000.*

A parte externa do prédio encontra-se em estado razoável de conservação. A estrutura está intacta, a edificação foi reformada, mantendo-se as características originais. A pintura é recente. O prédio não conserva o mobiliário primitivo. Localiza-se em área descaracterizada da cidade, tendo uma escola ao lado, que substituiu antiga praça e estação ferroviária. A entrada principal do prédio foi transferida da posição primitiva para a atual.

Vapor Saldanha Marinho. Rua Juvêncio Alves, s/nº. Bem móvel. Não temos informação sobre a data de construção da embarcação.

O antigo vapor encontra-se em bom estado de conservação. A estrutura está intacta e a pintura é recente. No entanto, como hoje abriga um restaurante no centro da cidade, tem passado por muitas modificações. Várias mesas e cadeiras foram colocadas no segundo pavimento, os banheiros originais foram alterados, uma placa de identificação do restaurante foi afixada no teto superior. O trânsito de pessoas pela antiga embarcação é constante. Além disso, pareceu-nos inadequado, do ponto de vista do patrimônio histórico representado por um dos vapores do São Francisco, nele instalar um restaurante popular.

Estação ferroviária antiga. Bairro do Piranga. Bem imóvel. Edificação erguida no final do século XIX. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A estação de Piranga, construída como um dos pontos de parada da ferrovia entre Alagoinhas e Juazeiro, foi totalmente desativada nas últimas décadas do século XX. Apesar do seu grande valor histórico, inclusive por se localizarem numa das primeiras áreas de concentração urbana de Juazeiro, os dois prédios que compõem a estação encontram-se em estado avançado de deterioração. Em ambos a estrutura básica permanece de pé, mas a parte externa está altamente comprometida, com portas destruídas, reboco danificado, tijolos expostos e teto de latão, em substituição às antigas telhas francesas. Uma parede lateral foi derrubada para permitir a passagem de trilhos no interior de um dos prédios, uma atitude impensada que agrediu brutalmente a edificação. Esse desvio da linha original foi feito, ao que parece, para possibilitar o transporte até o interior do prédio de uma máquina pesada, que ainda permanece lá. A edificação encontra-se abandonada; as duas linhas férreas que a ladeiam ainda são utilizadas para o transporte de petróleo e gipsita para o Recôncavo Baiano, mas a antiga estação não é mais um ponto de parada dos trens.

Casa do Engenheiro da RFFSA. Rua Imaculada Conceição, 162. Bem imóvel. Construção datada do início do século XX. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A antiga casa onde residiram os engenheiros e, posteriormente, os fiscais da Rede Ferroviária Federal localiza-se nas proximidades da estação ferroviária, acima descrita. A edificação encontra-se em estado precário de conservação. A fachada está um pouco danificada, o telhado foi retocado ou substituído em alguns pontos.

Casa do Agente da RFFSA. Rua Imaculada Conceição, 202. Bem imóvel. Construção datada do início do século XX. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A antiga residência dos agentes da RFFSA está localizada na mesma quadra que a casa anterior, nas proximidades da estação ferroviária. Essa edificação encontra-se mais descaracterizada que a anterior; a fachada está mais comprometida, o reboco das paredes está solto, o muro externo está danificado e sem rebocos em alguns pontos e as grades estão enferrujadas. Apesar disso, conserva boa parte das características originais.

As duas casas foram adquiridas pelo ferroviário Miguel Aguiar. A família tem tentado, de maneira intuitiva e com poucos recursos, conservar as características originais das casas e impedir a sua deterioração. Houve inclusive a preocupação de se conservar o madeirame original, para ser utilizado nas futuras reformas.

Aqueduto do Horto Florestal. Campus da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, da Universidade do Estado da Bahia. Bem imóvel. Construção datada do início do século XX. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

O aqueduto, de 280 metros de extensão, é utilizado para captação de água do rio São Francisco, com o objetivo de irrigação dos plantios da escola de agronomia. A água é retirada de um ponto do rio em frente à Ilha de Nossa Senhora. O aqueduto encontra-se com alguns vazamentos. Há uma árvore crescendo num ponto do topo da estrutura, o que pode comprometê-la.

Residência do Horto Florestal. Campus da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, da Universidade do Estado da Bahia. Bem imóvel. Construção datada de 1919. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

Originalmente erguida para servir de residência ao agrônomo do Horto Florestal de Juazeiro, a casa já serviu também como moradia do diretor da atual escola de agronomia. Hoje encontra-se sem utilização e em reforma. A edificação está bastante deteriorada.

Igreja Catedral Nossa Senhora das Grotas. Praça Imaculada Conceição, s/n°. Bem imóvel. Edificação erguida na década de 50 do século XX.

A edificação atual foi erguida em razão do desabamento do templo antigo, fruto de uma enchente. Trata-se de prédio relativamente moderno, com duas torres. O interior é vasto e simples. Há uma imagem de madeira de Nossa Senhora das Grotas, muito antiga, em estado razoável de conservação – foi mencionada a data de 1706, mas não temos mais elementos para averiguar esse dado. Há outras imagens antigas, dentre elas uma do Cristo Morto. A lenda diz que a imagem de Nossa Senhora foi encontrada por nativos numa gruta na margem do rio e entregue a um vaqueiro, que a repassou para os franciscanos da missão religiosa local.

Instalações da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE. Bens móveis e imóveis. Conjunto de galpões datado de 1892.

Os galpões da FRANAVE encontram-se parcialmente desativados. As edificações, que possivelmente abrigavam um estaleiro, e a maquinaria que se conservou lembram a época áurea da navegação pelo rio. Há pesadas máquinas inglesas, uma delas construída em 1912. No cais da FRANAVE está ancorado o Rose's, embarcação antiga que se pretende, segundo Xisto de Assis

Bandeira Filho, presidente da Fundação Cultural de Juazeiro e um dos nossos guias pela cidade, transformar num museu, que seria instalado no centro da cidade.

Sobrado. Rua Góis Calmon, 9. Bem imóvel. Edificação construída no final do século XIX.

Segundo Maria Isabel Muniz Figueiredo Fonte de Bela, pesquisadora da história local e pertencente a família tradicional da cidade, trata-se do primeiro sobrado construído em Juazeiro. Ainda segundo a nossa guia, a edificação, de cômodos vastos, foi erguida por seu avô, o barão Enéas Muniz. O prédio está parcialmente deteriorado. Nada resta do mobiliário original.

Museu Regional do São Francisco. Praça da Bandeira. Acervo de bens móveis e bem imóvel. Edificação construída em 1926. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

O prédio de três pavimentos foi originalmente residência de um fazendeiro e comerciante, que mais tarde veio a ser prefeito da cidade. Em 1977 o imóvel foi dado em comodato à Fundação do Museu Regional do São Francisco. Segundo Maria Isabel, o acervo inclui principalmente peças oriundas de Juazeiro, razão pela qual não se trata de um museu regional do vale do rio, como o nome informa. Um impasse entre a atual administração municipal e a presidente da Fundação obrigou ao fechamento do museu, que não pode ser visitado. O prédio encontra-se em estado ruim de conservação; as paredes externas estão um pouco danificadas e sujas.

Sociedade Beneficente dos Artistas Juazeirenses. Praça Dr. José Inácio da Silva (ou Praça da Misericórdia), s/n°. Bem imóvel. Entidade fundada em 1928.

A parte externa do prédio encontra-se preservada em suas características originais e razoavelmente conservada. A parte interna foi totalmente modificada.

Casa. Praça Imaculada Conceição, 7. Bem imóvel. Construção datada de 1901. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A edificação está danificada, descaracterizada e suja. A porta e parte da fachada foram trocadas. Apesar de figurar no catálogo que orientou a pesquisa, o imóvel não mais apresenta características relevantes do ponto de vista histórico-arquitetônico.

Casa. Praça Dr. José Inácio da Silva, 7. Bem imóvel. Construção datada de 1921. Não houve registro do estado de conservação.

Coreto. Praça da Misericórdia. Bem imóvel. Edificação erguida em 1929. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco*. A estrutura encontra-se em bom estado de conservação, enriquecendo o cenário da praça.

Igreja Evangélica Congregacional. Praça Dr. José Inácio da Silva, s/nº. Bem imóvel. Prédio construído possivelmente na década de 40 do século XX.

O templo está em ótimo estado de conservação; a pintura é recente e as características originais têm sido mantidas. É destinado aos cultos da igreja evangélica.

Sociedade Apolo Juazeirense. Rua Góis Calmon, 32. Bem imóvel. Entidade fundada em 1901. Não houve registro do estado do prédio.

Escola Dr. José Inácio Silva. Rua Góis Calmon, 17. Bem imóvel. Construção iniciada em 1928 e concluída em 1937. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco*.

Prédio em estado razoável de conservação. A pintura não é recente. Uma grande placa com letreiro enfeia a edificação. Afora isso, não parecem ter havido grandes modificações em relação ao aspecto original.

Ponte Presidente Dutra. Ligação rodoviária entre Juazeiro e Petrolina. Bem imóvel. Construção iniciada em 1949 e concluída em 1954.

Com uma extensão de 810 metros, a ponte foi iluminada em 1999 através de uma ação conjunta das prefeituras de Juazeiro e Petrolina. Trata-se de edificação de valor cênico e urbanístico, por ligar, sobre o rio São Francisco, duas de suas mais expressivas cidades ribeirinhas. Ao lado está a Ilha do Fogo.

Centro Cultural João Gilberto. Praça Imaculada Conceição. Bem imóvel. Não foi identificado o período de construção. Trata-se de centro de difusão da cultura e das artes. O prédio está em bom estado de conservação, com pintura recente.

Rua Coronel João Evangelista. Bem imóvel sem características arquitetônicas antigas, de valor exclusivamente histórico. Nesta rua, que nos foi apontada por Maria Isabel, residiu um potentado local, de nome João Evangelista e apelido Coronel Janjão, que teria sido o responsável imediato

pela Guerra de Canudos. Foi ele que, tendo vendido madeiras para o líder religioso Antônio Conselheiro, não entregou a encomenda, pela qual já tinha recebido pagamento. Esse retrucou ameaçando investir sobre Juazeiro e arrebatou as madeiras à força. O juiz de direito local avisou o governo do estado, que enviou tropa para a cidade; esse contingente, ao partir de Juazeiro para o ataque a Canudos, constituiu a primeira expedição militar dirigida contra o arraial.¹⁷

Petrolina, PE

Igreja de Nossa Senhora Rainha dos Anjos. Praça Dom Malan, s/n°. Bem imóvel. A construção original do prédio se deu entre 1858 e 1860. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A Capela de Santa Maria Rainha dos Anjos, em torno da qual surgiram as primeiras edificações sólidas que deram origem à cidade, foi construída pelas missões religiosas radicadas na região. A edificação original foi paulatinamente modificada até adquirir o aspecto atual. A igreja mantém parte das características que tinha no final do século XIX, quando consolidou-se a sua forma contemporânea. As esquadrias, as portas, os nichos com as imagens e o coro em madeira são originais e estão bem preservados. Há uma imagem original de madeira de São Francisco, roubada em 1975 e recuperada posteriormente, e várias outras imagens sacras, de diversos períodos. Durante a ausência da imagem principal, um artesão local, Celestino Gomes, fez uma outra imagem de madeira, de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, de características típicas do ambiente sertanejo, que se encontra num nicho lateral. Há lápides antigas. Há um projeto de se reabilitar o cruzeiro, que foi removido em 1946. O templo encontra-se bem conservado, apesar das modificações por que já passou, e tem importância decisiva por representar o sítio histórico original da cidade. Há um projeto de instalação do marco zero de Petrolina na área fronteira.

¹⁷ A seqüência de fatos, sem referência do nome do Coronel José Evangelista, é narrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, p. 295-301.

Estação ferroviária antiga. Avenida das Nações, 131. Bem imóvel tombado pelo estado. O prédio foi inaugurado em 1923. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A antiga estação ferroviária de Petrolina surgiu a partir do anúncio da construção da estrada de ferro Petrolina – Teresina, que acabou por chegar somente até Paulistana, no Piauí. A edificação não é mais utilizada como estação ferroviária, funcionando hoje como o escritório de uma empresa, mantendo-se, não obstante, aberta ao público. Infelizmente não foi possível visitar o seu interior, que, segundo o arquiteto Cosme José Cavalcante Ramos, que nos guiou pela cidade, apresenta peças de artesanato em madeira de Mestre Quinca, o primeiro artesão de Petrolina. O prédio foi restaurado e encontra-se em ótimo estado de preservação, com manutenção das características originais, pintura recente e gradil protetor na área externa. A ambiência harmônica que marcava a estação foi sacrificada pela construção, na década de 80 do século XX, de um viaduto ao seu lado, dotando a edificação de um ar de isolamento em meio ao complexo viário vizinho. A retirada dos trilhos também prejudicou o conjunto.

Catedral do Sagrado Coração de Jesus. Bem imóvel. A igreja foi inaugurada em 1929.

A construção do templo foi iniciativa de Dom Antônio Maria Malan, primeiro bispo da cidade e responsável por várias ações sociais e culturais na época. Segundo Cosme, a igreja neogótica foi construída com a função inicial de ser um templo nacional, daí terem os vitrais da nave superior os escudos do estado brasileiro. Ainda segundo o arquiteto, a edificação possui o maior conjunto de vitrais da América Latina. Essas peças, francesas, estão passando por processo de restauração. Outro detalhe interessante da igreja é que ela possui um carrilhão feito em Juazeiro do Norte e doado pelo padre Cícero Romão Batista. As imagens de bronze, do Cristo Redentor, de São Pedro e São Paulo, vieram de Portugal. A lápide de Dom Malan, falecido em 1931, ocupa lugar de destaque no interior da igreja. Na praça onde se localiza a edificação, enriquecida com outras edificações importantes, dentre elas o Palácio Episcopal, está-se, segundo Cosme, “no coração da cidade”. A igreja é majestosa, encontra-se em estado excelente de conservação e representa a principal referência arquitetônica de Petrolina.

Museu do Sertão. Praça Santos Dumont, s/n°. Acervo de bens móveis. O Museu foi instalado em 1973, criado oficialmente em 1985 e reinaugurado em 1996.

O rico acervo do museu inclui mais de três mil objetos representativos do meio ambiente, da cultura indígena, do artesanato e da moradia rural do meio sertanejo. Além disso, há exposições de fotografias e de objetos ligados ao cangaço e à história de Petrolina. São exemplares de

árvores, fósseis, materiais de pesca, réplicas de embarcações, objetos utilizados por cavaleiros, tropeiros e cangaceiros, armas, um presépio, um busto do compositor e cantor Luiz Gonzaga, de 1995, e um do padre Cícero Romão Batista, sem datação, peças de barro, máquinas rústicas, fotografias etc. Há um pequeno jardim na área interna do estabelecimento, onde estão plantadas árvores características do sertão, cactos e outros vegetais.

Monumento ao centenário da Igreja Matriz. Praça do Centenário. Bem imóvel. Inauguração em 1962.

O monumento consta de uma réplica de barco a vela com carranca e de uma pequena estátua do frei Henrique, capuchinho italiano, responsável pelas primeiras prédicas missionárias na região e pelo assentamento da primeira pedra da Capela Nossa Senhora Rainha dos Anjos. A igreja matriz, o monumento, o chalé, descrito a seguir, e uma pequena vila de casas da época da construção do templo formam um só conjunto urbano.

Chalé. Praça do Centenário. Bem imóvel. Não foi identificado o período de construção. O prédio, que já foi residência do bispo Dom Malan, encontra-se desocupado e em lastimável estado de degradação. Há um projeto de restauração em andamento.

Chalé. Rua José Rabelo Padilha, 1007. Bem imóvel. A edificação provavelmente foi construída na primeira metade do século XX. Prédio em estilo neoclássico e em ótimo estado de conservação.

Casa. Rua Dom João Alfredo, 227. Bem imóvel. A edificação provavelmente foi construída na primeira metade do século XX. Prédio em ótimo estado de conservação.

Curaçá, BA

Igreja Bom Jesus da Boa Morte. Praça Bom Jesus da Boa Morte, s/n°. Bem imóvel. A edificação parece ter sido erguida no século XIX. Encontra-se em bom estado de conservação. Não possui imaginário relevante para registro.

Praça Bom Jesus da Boa Morte e casario. Bens imóveis. Edificações erguidas possivelmente no século XIX. Casas em bom estado de conservação, apesar de alterações significativas no padrão original de construção. Algumas apresentam platibandas. O conjunto formado pela praça, igreja e casario vizinho forma um núcleo histórico harmônico e importante.

Teatro Raul Coelho. Bem imóvel. Edificação erguida possivelmente no século XIX. Excelente estado de conservação. Não foram avaliadas as características arquitetônicas.

Comentário: O tempo de visita a essa cidade foi absolutamente insuficiente. Trata-se de núcleo urbano formado com a transferência, em 1853, da sede de antiga vila de origem indígena (Pambu) para a localidade. As edificações de interesse histórico-arquitetônico encontradas pela equipe são importantes e estão, na sua maioria, em bom estado de conservação. Há manifestações culturais, belezas naturais e um sítio arqueológico, rapidamente mencionados nos capítulos correspondentes.

Santa Maria da Boa Vista, PE

A cidade não foi visitada por este pesquisador.

Abaré, BA

Parte da equipe esteve na cidade apenas como parada para refeição durante viagem terrestre entre Juazeiro e Paulo Afonso. Este pesquisador pôde notar, contudo, que a localidade possui patrimônio histórico-arquitetônico relevante para o projeto, constituído por igreja matriz, capelas, sobrado e casario antigo, este último distribuído ao longo da Rua Nicolau Tolentino. Algumas dessas edificações foram fotografadas.

Belém do São Francisco, PE

A cidade não foi visitada por este pesquisador.

Paulo Afonso, BA

Furna do Morcego. *Canyon*, área da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso. Bem natural de interesse histórico. O local era um dos esconderijos do cangaceiro Lampião e do seu bando. Trata-se de uma gruta cravada no bloco rochoso do *canyon*, vista à distância pela equipe a partir da margem direita do rio.

Delmiro Gouveia, AL

Usina de Angiquinho. *Canyon*, área municipal de Delmiro Gouveia. Bem imóvel. Edificação erguida em 1912. *Bem constante do catálogo Acervos do São Francisco, com algum detalhamento histórico.*

A usina foi construída no meio de um paredão de granito, ao lado da antiga cachoeira de Paulo Afonso, e foi fruto da ação pioneira do industrial Delmiro Gouveia. Há referências de que seria a primeira usina hidrelétrica da América Latina, mas é de se observar que o mesmo também é afirmado sobre outras usinas brasileiras.¹⁸

O prédio e as instalações da usina encontram-se em estado razoável de conservação. A estrutura original está intacta, mas várias pichações marcam as paredes externas e internas. Parte da maquinaria antiga está preservada, podendo-se observar, dentre outras, uma máquina de 1915. Escadas laterais dão acesso às paredes do *canyon*. O conjunto externo da usina, do *canyon* e das águas do rio forma paisagem de grande valor cênico.

Naturalmente, a usina está desativada e tem sido visitada por grupos de turistas, sem orientação específica. Uma família residente ao lado cuida do local, mas não há projeto de aproveitamento turístico e de controle da visitação, que é freqüente.

Museu Delmiro Gouveia. Antiga estação ferroviária de Pedra. Acervo de bens móveis e bem imóvel. Não foi identificado o período de construção do prédio.

O museu ocupa as instalações da antiga estação ferroviária, que no passado servia como ponto de parada para as linhas que ligavam a povoação a Jatobá (PE) ou Piranhas (AL). O prédio está reformado e em ótimas condições de conservação. Há referências de que o museu possui expressivo acervo, mas não foi possível visitar o seu interior, pois o estabelecimento encontrava-se fechado, quando da nossa passagem pela cidade.

Monumento a Delmiro Gouveia. Praça Delmiro Augusto da Cruz Gouveia. Bem imóvel. Não foi identificado o período de construção do monumento.

Trata-se de monumento alusivo ao assassinato de Delmiro Gouveia em 1917. Sobre uma base de pedra ergue-se uma cruz de madeira. Está em bom estado de conservação. A placa afixada na base traz os dizeres: “Aqui o evangelizador dos

¹⁸ Um exemplo é a Usina de Marmelos Zero, em Juiz de Fora, que, segundo o *Guia Turístico Juiz de Fora*, p. 24, foi inaugurada em 1889 e “é o primeiro grande marco do setor elétrico brasileiro”.

sertões e fundador da Pedra, Delmiro Gouveia, tombou mortalmente ferido pela bala homicida de sicários assalariados, no dia 10 de outubro de 1917”.

Piranhas, AL

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde. Bem imóvel tombado pelo município. A construção do prédio se deu por volta de 1890. *O bem consta do catálogo Acervos do São Francisco.*

A edificação foi possivelmente construída pelos engenheiros ingleses e franceses que construíram a estação ferroviária, devido à semelhança de estilo arquitetônico entre os dois prédios. A igreja encontra-se em bom estado de conservação. Destaca-se a paisagem vista a partir da única torre, onde estão pendurados dois sinos de bronze. O altar-mor possui uma torre onde está incrustada uma cruz de ferro. O nicho principal está ocupado pela imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Saúde. Há uma imagem do Cristo Morto e outras, de São Francisco, Jesus e São José. Há uma referência não confirmada de que no local teria ocorrido uma emboscada contra Lampião.

Igreja de Santo Antônio. Bem imóvel. O prédio é datado oficialmente de 1850.

Trata-se do sítio histórico original da cidade, que posteriormente foi transferido para a área da Igreja Matriz, que oferecia melhores condições portuárias. A edificação encontra-se em bom estado de conservação. Uma escada de pedra dá acesso à parte interna do prédio. Há lápides de 1890 no interior e uma lápide externa do engenheiro Francisco Colombo Monteiro de Carvalho, falecido em 1882, que, segundo a zeladora da igreja, foi o responsável pelo projeto de construção do prédio. Esse túmulo externo encontra-se cercado por um gradil e coberto de mato. Não houve registro escrito de imagens.

Museu do Sertão. Bem imóvel e acervo de bens móveis. Há referências não confirmadas de que o prédio tenha sido concluído em 1879.

O museu hoje ocupa o espaço da antiga estação ferroviária de Piranhas, acima descrita. Segundo Sônia Maria Brito Rodrigues, zeladora da Igreja Matriz, a estação era um dos pontos de parada da ferrovia Piranhas – Petrolândia, construída na década de 70 do século XIX e depois desativada. A construção da linha férrea e da estrada foi incentivada pelo imperador Dom Pedro II, que esteve na localidade durante a sua viagem pelo Baixo São Francisco, em 1859. O prédio encontra-se em bom estado de conservação.

O pequeno acervo do museu inclui peças e documentos ligados à história do cangaço, tais como fotografias do bando de Lampião, embornais projetados pelo próprio líder cangaceiro e outros objetos. Possui ainda peças ligadas à vida sertaneja em geral.

Palácio Dom Pedro II. Bem imóvel. Segundo Jairo Luiz de Oliveira, diretor de turismo da prefeitura, o prédio foi construído em 1890.

A atual sede da prefeitura municipal está em ótimo estado de conservação. Houve reforma interna recente, com restauração que seguiu os padrões originais da construção. A pintura, segundo Jairo, foi feita também na cor original. Uma referência importante é que foi esse prédio o primeiro local de exposição pública das cabeças de Lampião e Maria Bonita, depois de mortos. Ali foi tirada célebre foto da cabeça do cangaceiro.

Mirante e Marco do Ano 1900. Bem imóvel. Foi construído em 1899. Constitui um mirante ao qual se chega por escada de cerca de 300 degraus. No topo do morro foi instalado um obelisco alusivo à passagem do ano 1899 para 1900. Permite visão panorâmica da região.

Mirante e Marco do Ano 2001. Bem imóvel. Foi construído em 2001. Esse segundo marco consiste num mirante ao qual se chega por escada de cerca de 250 degraus, no topo do qual foi instalado um obelisco de alvenaria e granito em homenagem à passagem do ano 2000 para 2001. Na caixa, lacrada durante a nossa passagem pela cidade, foram depositadas, ao longo do ano, oferendas e lembranças para a posteridade. O mirante permite vista privilegiada do conjunto da cidade, dos morros em torno e do rio.

Comentário. A cidade de Piranhas é composta por dois núcleos urbanos distintos e distantes um do outro. O núcleo histórico, pesquisado pela equipe, consiste na área mais baixa e próxima ao rio, onde nasceu e se expandiu a cidade. A área nova, mais alta e distante do rio, foi construída a partir das obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Xingó, na década de 80 do século XX, e é formada por bairros modernos como Xingó, Vila Sergipe, Vila Lagoa e outros, sem interesse histórico-arquitetônico.

Poço Redondo, SE – Localidade de Angicos

Gruta de Angicos. Bem natural de interesse histórico tombado constitucionalmente pelo estado. *Detalhes da importância histórica do bem são fornecidos no catálogo Acervos do São Francisco.*

A gruta está localizada numa área de mata de caatinga na margem direita do rio. A chegada à gruta é feita por uma trilha de 680 metros. A gruta e o seu entorno formam uma área de 45 hectares, tombada em 1989 pela Constituição do estado de Sergipe. Na gruta foram mortos, em 1938, Lampião e 10 homens do seu bando, que tiveram as cabeças cortadas e expostas em praça pública, em diversas cidades. Uma cruz e uma placa de metal marcam o local das mortes. A área está muito bem preservada, devido inclusive à consciência do proprietário, Pedro Rodrigues Rocha, 67 anos, que foi coiteiro de Lampião. Segundo Jairo, 14 mil pessoas visitam anualmente o local.

Jairo alude ainda à estreita relação de Lampião com o Baixo São Francisco. Segundo o pesquisador, no período entre 1929 e 1938, o líder cangaceiro foi intensamente ajudado por barqueiros do rio, que abasteciam o seu bando de mantimentos e armas e o transportavam pelo rio nas rotas de fuga, e por vaqueiros das fazendas locais, que o guiavam pelas matas de caatinga.

Piranhas, AL – Vila de Entremontes

Igreja Nossa Senhora da Conceição. Bem imóvel. Não foi identificada a data de construção da edificação.

Há referências de que Entremontes seria o aglomerado urbano mais antigo da região de Piranhas. A igreja de duas torres, em bom estado de conservação, possui lápides da segunda metade do século XIX. Há imagens antigas, dentre elas uma do Bom Senhor dos Passos. O piso antigo de tijolo queimado e ornamentado foi trocado por cerâmica comum.

Casa comercial. Mercearia Santana. Bem imóvel. Não foi identificada a data de construção da edificação. O prédio, com características arquitetônicas do início do século XIX, está bem conservado. Nele ficou hospedado Dom Pedro II quando de sua passagem pela localidade.

Poço Redondo, SE – Localidade de Currealinho

Capela de Nossa Senhora da Conceição. Bem imóvel. Existe referência a 1879 como o ano de construção da edificação.

Há referências não comprovadas de que o líder religioso Antônio Conselheiro teria passado pela localidade antes de se fixar em Canudos, o que ocorreu em 1893. A população local teria contado com a ajuda do Conselheiro na construção da capela. Essas vagas referências foram pesquisadas pelo historiador Itamar Freitas de Oliveira, que não chegou a conclusão definitiva.¹⁹ De toda forma, essa possibilidade levou o autor deste relatório a sugerir o desembarque na localidade, não tendo os moradores consultados contribuído para esclarecer a questão.

A capela, localizada numa colina, um dos pontos mais altos do povoado, possui bela fachada e estrutura intacta, mas o interior encontra-se em precário estado de conservação. O piso está bastante sujo de excrementos de morcegos. Não há bancos. Há um belo afresco pintado atrás do altar e um cruzeiro em frente à entrada do prédio. O templo não parece ser usado regularmente, existindo inclusive outra capela, mais nova, de frente para o rio. A moradora Tereza Vieira mostrou-nos uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, bastante antiga, folheada a ouro e certamente valiosa. Por segurança, a imagem é mantida em sua casa e não na capela à qual pertence.

Ao longo da rua fronteira ao rio distribuem-se diversas residências antigas, com estilos arquitetônicos dos períodos colonial e imperial.

Pão de Açúcar, AL

Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Bem imóvel. A edificação foi construída em 1853.

A fachada principal apresenta cinco portas de madeira em arco batido. No frontão está a imagem do Coração de Jesus, em alto relevo, pintado em vermelho. Há pintura no forro de madeira e uma imagem de Jesus Crucificado no centro da nave. O interior da igreja foi bastante modificado, apresentando diversas características modernas. As paredes externas receberam a mesma reforma grosseira encontrada na Igreja de Nossa Senhora da Luz, abaixo descrita.

Igreja do Bonfim. Praça Senhor do Bonfim. Bem imóvel. Há referências apenas de que a igreja é centenária.

Essa igreja foi a que mais sofreu com a reforma empreendida pelo vigário local nos templos de Pão de Açúcar. Além de receber revestimento externo idêntico ao descrito na Igreja de Nossa Senhora da Luz, abaixo descrita, o altar-mor foi retirado, restando apenas uma cruz central e duas imagens

¹⁹ <http://www.infonet.com.br/canudos/roteiro.htm>

laterais. A cruz foi afixada na parede interna central, tendo esta recebido a mesma base de pedra moderna.

Sobrado. Rua Ferreira Novais, 1001. Bem imóvel tombado pelo município. Não foi identificado o período de construção da edificação.

Nesse prédio Dom Pedro II ficou hospedado em 1859, quando de sua viagem pelo Baixo São Francisco. A edificação apresenta estado bastante degradado; as janelas superiores estão completamente danificadas, a fachada está avariada e há trincas nas paredes laterais.

Pão de Açúcar, AL – Localidade de Meirús

Igreja de Nossa Senhora da Luz. Bem imóvel. A construção é datada de 1714. *Esse bem é mencionado no catálogo Acervos do São Francisco.*

Trata-se de construção de pedra, com três portas e paredes de cerca de 80 centímetros de espessura. O altar-mor de madeira é original. Há imagens antigas de Nossa Senhora da Luz, de madeira, do Sagrado Coração de Jesus e de São José, ambas de gesso. Uma reforma grosseira empreendida pelo vigário local alterou significativamente o padrão arquitetônico da igreja, impondo às paredes externas um revestimento de pedra moderna de cerca de 1,2 metro de altura. As janelas originais foram substituídas, o forro foi trocado e rebaixado e o piso, apesar de não ser novo, tampouco é original. Na praça em frente à igreja há uma estátua do padre Cícero Romão Batista. O advogado Cícero Almeida, nosso guia em Pão de Açúcar, mostrou-nos ainda o local, na frente do prédio, de onde o bando de Lampião teria desfechado tiros contra o tradicional sino que existia na torre principal da igreja. Esse sino está hoje em Palmeira dos Índios.

Porto da Folha, SE – Ilha de São Pedro

Igreja de São Pedro. Bem imóvel tombado pelo estado. A construção data de meados do século XVII. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A bela igreja de torre única e três portas localiza-se numa comunidade remanescente dos índios xocós. Como a comunidade não estava preparada para a nossa visita e a chave do prédio não se encontrava disponível, tivemos acesso a ele por uma entrada lateral, que nos levou diretamente ao que restou do coro. O piso do coro ruiu, existindo hoje apenas algumas vigas contíguas às paredes. O interior da igreja, visto deste local, parece decadente. Bancos escolares são utilizados no lugar dos tradicionais bancos longos. Fomos informados de que a imagem antiga, de madeira, de São Pedro, padroeiro da capela e da vila, foi roubada e posteriormente recuperada, permanecendo no altar-mor. Segundo João Batista dos Santos, cacique da comunidade, essa imagem data da época de construção da igreja. As outras imagens são recentes. Apesar da forte estrutura de pedra permanecer intacta, o estado geral da igreja é bastante precário. Há um cruzeiro em frente à edificação. Há cerca de 15 anos uma estátua de um índio com arco e flecha, de cerca de 1,5 metro, foi colocada defronte a ele. Os três elementos – a igreja, o cruzeiro e a estátua – formam harmônico conjunto.

Comentário: A visita à ilha isolada impressiona pelo sincretismo entre a herança indígena nativa da comunidade e o elemento religioso europeu materializado na igreja. A instalação recente da estátua de um índio, em total harmonia com a edificação religiosa, foi certamente uma representação intuitiva dessa rica mescla cultural.

Belo Monte, AL – Ilha Nossa Senhora dos Prazeres

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Bem imóvel. A construção da igreja data de 1667.

Chega-se aos fundos do templo por uma trilha que parte da margem esquerda do rio, passando antes ao lado de um cemitério. A edificação de pedra, alvenaria e madeira encontra-se em bom estado de conservação. Atrás do altar-mor existe uma estrutura em madeira original, com alguns pontos trincados. Também a chamada mesa de comunhão é de madeira original. Há imagens do Cristo Crucificado, de madeira, de São José e de Nossa Senhora dos Prazeres, ambas de gesso. Num pequeno quadro é exibida fotografia, em tamanho de cerca de 10 por 5 centímetros, do padre Leão João Dehon, fundador da Congregação dos Sacerdotes; não há data. No interior da edificação há uma lápide de 1895. Na parte externa, em frente à porta principal, há um túmulo de pessoa falecida em 1918. Há ainda, ao lado, um túmulo de uma criança. O cruzeiro foi colocado recentemente, em substituição ao antigo, feito de madeira, que foi danificado.

Guiou-nos na visita Eliene Santana Nunes Gomes, zeladora da igreja, residente no povoado de Barra do Ipanema, vizinho à ilha.

A exótica igreja branca, feita de pedra e cravada no topo da ilha fluvial, forma com os elementos naturais ao redor uma paisagem de rico valor cênico.

Porto Real do Colégio, AL

Conjunto arquitetônico. Praça Rosita de Góes Monteiro. Bens imóveis. Uma das edificações é de 1923. Não foi identificado o período de construção das demais.

O conjunto é formado pela Casa Paroquial, Prefeitura Municipal e algumas residências. As edificações encontram-se em estado razoável de conservação. No local foi fundado, em meados do século XVII, um colégio jesuíta, posteriormente derrubado. Desse colégio se originou o nome da cidade. Em frente a ele existia uma capela, em local hoje ocupado pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que não visitamos.

Propriá, SE

Casarão. Praça Dom Antônio Cabral, 67. Bem imóvel. Edificação construída em 1929. Belo prédio em estilo neoclássico, em dois pavimentos, com jardim frontal. Bom estado de conservação.

Sobrado. Avenida Graccho Cardoso, 584. Bem imóvel tombado pelo estado. Edificação erguida em meados do século XIX. *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

No prédio funciona o Fórum Odilon Palmeiras. Apesar de ter sido incluída no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, a edificação encontra-se em precário estado de conservação. Parte da parede frontal está descascada, as janelas estão sujas e há velhos aparelhos de ar condicionado descaracterizando a fachada. No vão das janelas antigas foram colocadas janelas basculantes. A estrutura está intacta.

Neópolis, SE

Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Praça General Oliveira Valadão, s/n°. Bem imóvel tombado pelo estado. Não há precisão quanto à data de construção do templo, mas existe publicação que menciona o século XVII.²⁰ Há fonte primária que, por outro lado, menciona o ano de 1800.²¹ *Detalhes das características físicas e da história do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A igreja, de torre única, tem influência fortemente barroca. A estrutura é em madeira e pedra sabão; o altar-mor, o coro e o piso são originais. Há lápides sem os nomes das pessoas enterradas; exibem apenas números inscritos no piso de madeira. As imagens existentes não foram identificadas. A edificação encontra-se em estado médio de conservação. Um pesquisador local, Sérgio Ricardo Vieira Rocha, chefe de gabinete da Prefeitura Municipal, garante que, pelos documentos que possui, no local hoje ocupado pela igreja teria existido um forte, mandado construir por Maurício de Nassau.

É de se observar ainda que, ao contrário do que é comum, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário localiza-se no centro da cidade, em frente à Igreja Matriz.

Igreja Matriz de Santo Antônio. Praça General Oliveira Valadão, s/n°. Bem imóvel. A edificação foi reconstruída em 1837.

Originalmente sem torres, a igreja apresenta hoje duas torres, colocadas na segunda metade do século XX. O estado de conservação externo é bom, mas o interior passou por reformas que lhe retiraram totalmente as características originais.

Sobrado. Rua Gomes Assunção, 396. Bem imóvel. Não foi identificado o período de construção da edificação.

O prédio, de dois pavimentos e características coloniais, encontra-se relativamente bem conservado, apesar de ter sido parcialmente descaracterizado. Hoje nele funciona um restaurante.

Sobrado. Praça General Oliveira Valadão, 142. Bem imóvel. Não foi identificado o período de construção da edificação. *Detalhes das antigas características físicas do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

²⁰ *Tricentenário da Paróquia de Neópolis*, p. 19.

²¹ Conforme informação constante do catálogo *Acervos do São Francisco*, p. 46.

Hoje a edificação encontra-se praticamente em ruínas. Quase todo o teto e as paredes internas ruíram, permanecendo apenas parte da parede frontal, algumas vigas que sustentavam o teto e restos de algumas janelas e portas. Há escombros em toda a área interna. Dois *outdoors*, um de propaganda de mercadoria e outro do governo federal, referindo-se à construção de unidades habitacionais no município, foram afixados na parede frontal, aproveitando-a como suporte e escondendo parcialmente o que restou do antigo sobrado.

Casas comerciais. Avenida Getúlio Vargas. Bens imóveis. Não foram identificados os períodos de construção das edificações.

Algumas das casas fronteiras ao rio apresentam características arquitetônicas antigas. No passado certamente todo o casario da avenida formava harmônico conjunto, mas hoje a maioria das edificações foi modificada ou está deteriorada. Há, não obstante, muitos sinais da arquitetura antiga que permanecem nas fachadas de algumas dessas casas.

Piaçabuçu, AL

Este pesquisador não integrou a equipe encarregada de pesquisar o patrimônio histórico-arquitetônico da cidade, que apresenta edificações relevantes nesta área.

Penedo, AL

Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade de Penedo. Área central da cidade. Conjunto de bens imóveis.

Constitui um quadrilátero de cerca de 400 metros de comprimento, tendo um dos lados voltado para a margem do rio. Incluem-se aí todas as edificações de interesse histórico-arquitetônico da cidade.

Igreja de Nossa Senhora da Corrente. Praça 12 de Abril. Bem imóvel tombado pela União. Construção edificada em 1785. *Algumas informações sobre as características físicas do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

Essa igreja, que possivelmente é a mais rica de todo o trajeto da Expedição Engenheiro Halfeld, impressiona pelos detalhes finamente trabalhados. Destacam-se os retábulos neoclássicos, de influência baiana, os púlpitos, os azulejos portugueses, a pintura do forro da capela-mor e as imagens portuguesas em estilo barroco.

Segundo Sérgio Paulo Rodrigues, secretário de turismo da cidade, trata-se de um dos 10 mais belos templos barrocos do Brasil. Ele acrescenta que, dentre essas igrejas, somente a de Nossa Senhora da Corrente foi construída por iniciativa de uma família, tendo sido todas as outras erguidas por irmandades ou ordens religiosas. O nome da igreja se deve às correntes do rio fronteiro. Há uma versão de que o nome seria uma alusão aos grilhões dos escravos, em razão de a família Lemos, construtora da edificação, ter sido abolicionista. Essa versão, no entanto, não é confirmada por Sérgio.

Todo o majestoso conjunto está em perfeito estado de conservação, estando em implantação, à moda das edificações europeias de importância histórico-arquitetônica, a cobrança de taxa de visitação.

Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos. Bem imóvel. Construção iniciada em 1758 e concluída em 1759. *Algumas informações sobre as características físicas do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

A igreja teve a sua versão original na forma de uma capela, construída por devotos esmoleiros em homenagem ao mártir São Gonçalo Garcia. A fachada e o interior têm excelente trabalho de cantaria, o altar-mor é barroco e os demais são neoclássicos. Segundo Sérgio, o maior conjunto de imagens em tamanho natural da região se encontram nessa igreja. Há várias imagens do século XVIII, de madeira, como a de Nossa Senhora da Conceição e a de São José. Há imagens esculpidas pelos famosos santeiros de Penedo, em madeira revestida de gesso.

O estado de conservação é bom, mas é de se consignar a informação de que foi iniciado, pelo governo estadual, trabalho de restauração da igreja em 1991, projeto que não foi concluído até o momento, encontrando-se embargado judicialmente. As informações dos bancos de dados do IPHAN registram a alteração das torres, que comprometeu o equilíbrio original do monumento.

Igreja Nossa Senhora dos Anjos e Convento dos Franciscanos. Bem imóvel. O primeiro convento foi fundado em 1661; a construção de novo convento iniciou-se em 1682 e foi terminada em 1694; a igreja foi concluída em 1689. *Algumas informações sobre as características físicas do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

Na realidade a edificação foi sendo enriquecida ao longo de todo o século XVIII. Trata-se de conjunto de rara beleza. A igreja apresenta decoração antropomórfica, com mistura de detalhes europeus e indígenas na mesma figura humana. O templo sofreu influência das igrejas baianas, especialmente no teto. Há dois altares, um dedicado a Nossa Senhora da Conceição e o outro a Santo Antônio, ambas esculturas barrocas do século XVIII. O exterior do convento segue a tendência sóbria das demais casas franciscanas do Brasil. O interior tem talha do século XVIII em estilo rococó.

Todo o conjunto está em estado excelente de preservação.

Teatro Sete de Setembro. Avenida Floriano Peixoto. Bem imóvel. O teatro foi inaugurado em 1884. *Algumas informações sobre as características físicas do bem encontram-se no catálogo Acervos do São Francisco.*

O teatro foi construído em estilo neoclássico, em forma de ferradura. Trata-se, segundo Sérgio, do primeiro teatro do estado de Alagoas. O estado de conservação é muito bom, mas a reforma ocorrida na última década alterou significativamente as características originais do prédio. Foi colocado um piso xadrez e, no último andar, parte do teto foi cortada para dar lugar a um pequeno palco. Ainda assim, trata-se de edificação luxuosa e de bela fachada.

Casa de Aposentadoria. Bem imóvel. A edificação foi construída entre 1781 e 1782. *O bem encontra-se listado no catálogo Acervos do São Francisco.*

O prédio abrigava, nos séculos XVIII e XIX, aposentos para ouvidores, altos funcionários e nobres em viagem pela cidade, no andar de cima, e a cadeia pública local, no andar de baixo. Hoje é repartição pública municipal. Teve reforma concluída em 2000. Encontra-se em ótimo estado de conservação.

Oratório da Força. Bem imóvel. A edificação foi construída em 1769. *O bem encontra-se listado no catálogo Acervos do São Francisco.*

Com um traçado barroco português, o prédio destinava-se às orações dos condenados à forca. Há placa antiga com inscrição em latim no topo da parede frontal. Está em ótimo estado de conservação.

Catedral Matriz de Penedo. Praça Barão do Penedo. Bem imóvel. A construção da edificação iniciou-se em 1690. *O bem encontra-se listado no catálogo Acervos do São Francisco.*

A construção do templo foi lenta, tendo o frontispício sido concluído somente em 1808, data registrada acima do pórtico principal. Em 1815 o frontispício foi demolido e substituído pelo atual, encimado por uma cruz de pedra. A edificação passou por várias descaracterizações. Do antigo estilo barroco restaram as fachadas e portas. O interior, não visitado pela equipe, é neoclássico. O estado de conservação do prédio atual, bastante modificado no passado, é bom. Trata-se certamente do templo católico arquitetonicamente menos expressivo da cidade.

Paço Imperial. Praça 12 de Abril. Bem imóvel. O prédio foi construído no início do século XIX. *O bem encontra-se listado no catálogo Acervos do São Francisco.*

O prédio foi transformado em paço imperial quando da visita de Dom Pedro II, em 1859. Trata-se de grande e belo sobrado de dois pavimentos. O prédio forma expressivo conjunto com o rio que corre ao lado e a Igreja de Nossa Senhora da Corrente, do outro lado da praça. A parte externa está em excelente estado de conservação; não visitamos o seu interior. Deverá abrigar, em futuro próximo, o museu da cidade.

Casa do Penedo. Rua João Pessoa, 126. Acervo de bens móveis. O estabelecimento foi inaugurado em 1992.

De iniciativa de Francisco Alberto Sales, médico psiquiatra penedense, a Casa do Penedo exhibe rico acervo de peças ligadas à história da cidade e da região do Baixo São Francisco. São documentos, fotografias e mapas antigos, instrumentos de sujeição dos escravos, paramentos eclesiásticos, um busto do Barão do Penedo e outros objetos. Destaca-se, na biblioteca, um exemplar original do *Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio de S. Francisco, desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico*, do engenheiro Henrique Halfeld, que, por razões óbvias, encantou a equipe da Expedição. Há originais de outros livros raros, como do *Hidrografia do Rio São Francisco e do Rio das Velhas*, do pesquisador francês Liais.

Chalé dos Loureiro. Avenida Getúlio Vargas. Bem imóvel. Edificação construída no final do século XIX.

A arquitetura do imóvel é de inspiração francesa. O prédio encontra-se em estado precário de conservação, com falhas no reboco, paredes sujas e grades enferrujadas. Está em andamento um projeto para restaurá-lo e instalar ali a biblioteca e o arquivo da Casa do Penedo.

Casas. Avenida Getúlio Vargas. Bens imóveis. Edificações construídas em períodos diversos dos séculos XIX e XX.

Ao longo da avenida encontram-se várias casas antigas com arquitetura expressiva, em estilos que variam entre o neoclássico e o eclético. Destaca-se o prédio da Santa Casa de Misericórdia, vasta construção com larga fachada neoclássica. A grande maioria dos imóveis encontra-se em bom estado de conservação.

Conjunto urbano da Roqueira. Bens imóveis. Edificações construídas no período colonial.

Sobre o bloco rochoso que dá nome à cidade e que constituiu, no século XVI, o seu primeiro núcleo de ocupação, existem ainda casas populares do período colonial, algumas em bom estado de conservação.

Casas da Vila de Santo Antônio. Bens imóveis. Não se identificou o período de construção das edificações.

Essa vila de pescadores possui casas populares com fachadas antigas, algumas em bom estado de conservação. No bairro fica ainda a Igreja de Santo Antônio, não visitada.

Comentário. Penedo constitui, sem dúvida, a cidade mais rica em patrimônio histórico e artístico dentre os núcleos urbanos ribeirinhos do São Francisco. A profusão de edificações antigas, a grande maioria em ótimo estado de conservação, tornou a visita da equipe à cidade um dos momentos mais férteis da viagem. Penedo detém ainda quatro dos cinco bens ao longo de todo o rio que foram tombados como patrimônio cultural pela União.²² Surpreende o fato de que nenhum dos bens penedenses tenha sido declarado patrimônio cultural do município, mas nota-se em toda a cidade o esforço do poder público e da comunidade em prol da preservação do mais rico acervo histórico-arquitetônico do rio São Francisco.

²² O quinto bem, conforme descrito acima, é a Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Matias Cardoso.

OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL

É da arqueóloga Gabriela Martin a afirmativa de que

Durante os trabalhos de campo desses projetos arqueológicos, foram registrados abrigos com pinturas e gravuras rupestres **em quase todos os municípios do vale**, nas serras ou nos rochedos às margens dos rios e riachos tributários do São Francisco.²³ [grifos nossos]

O levantamento, ainda que sumário e apenas indicativo, dos sítios arqueológicos relacionados com o vale do rio, para fins do dossiê a ser encaminhado à UNESCO, demandará, portanto, novos e ingentes esforços de coleta de dados e pesquisa de campo. No presente capítulo deste relatório, este pesquisador limita-se a resumir as principais constatações feitas durante as visitas realizadas aos sítios arqueológicos localizados em Buritizeiro, no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, no povoado de São Gonçalo da Serra e em Canindé do São Francisco. A ordem de apresentação dos sítios é cronológica, de acordo com a seqüência da viagem.

Cemitério da Caixa D'Água – Buritizeiro, MG

A denominação do sítio deve-se à existência de uma grande caixa de água ao seu lado, que abastece a sede do município de Buritizeiro. O sítio localiza-se na margem esquerda do rio e constitui um retângulo de 50 por 10 metros. Segundo informações do IPHAN, inclui fossas com corpos fletidos, ou talvez fogueiras com corpos queimados. Foram encontrados quebra-cocos em rocha verde, machados polidos e picoteados, instrumentos plano-convexos, lascas e vegetais. O sítio encontra-se a céu aberto, possui estruturas funerárias e artefatos líticos lascados e polidos. Não há arte rupestre. Uma equipe de arqueólogos da Universidade Federal de Minas Gerais vem pesquisando o local. Não há informação técnica de datação.

Segundo o arquiteto Evandro Quinaud, que acompanhou a visita, há informações, não comprovadas, de que os índios caiapós habitavam o local e utilizavam-no como cemitério. O sítio não está preparado para receber visitas e fica hoje localizado numa área ambientalmente degradada da margem do rio.

Abrigo do Janelão – Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – Januária, MG

Segundo Hamilton dos Reis Sales, biólogo que nos guiou durante a visita, há cerca de 150 cavernas e sítios arqueológicos catalogados na área do parque.

²³ Martin, Gabriela. *O Homem do Vale do São Francisco*.

O Abrigo do Janelão, um desses sítios, localiza-se em parede rochosa próxima à entrada da gruta do Janelão e tem dimensões de 77 por 8,5 metros. Está localizado numa área de mata de cerrado e apresenta pinturas e gravuras rupestres. Segundo informações do IPHAN, possui artefatos líticos lascados e cerâmicos. Trata-se de sítio de grande importância, também explorado por equipe técnica da UFMG.

Durante a visita a esse sítio, foi-nos explicado por Hamilton o processo de desgaste dos desenhos e pinturas rupestres. O fenômeno é causado pelo calor, que dilata a rocha e ocasiona a sua descamação e fragmentação. O corte de madeira na área, provocando a exposição constante da rocha ao sol, é a causa mais séria desse problema; por isso, já foi proposto aos órgãos responsáveis o reflorestamento da região como forma de proteção do acervo arqueológico.

O processo de pintura consistia na utilização de pigmentos de rochas, em cores amarela e vermelha, que eram moídos e recebiam um fixador, em geral gordura animal ou vegetal; um exemplo é a cera de abelha. A pasta formada era então aplicada diretamente à rocha. O picoteamento, por outro lado, é o processo pelo qual se utilizava, ao invés de tinta, uma rocha mais dura, como sílex, que era batida contra a parede, definindo contornos. A gravura produzida consistia, portanto, numa representação em baixo relevo, mais resistente à ação antrópica e aos efeitos naturais.

Durante a visita a esse sítio foram-nos mostrados ainda vários exemplos de justaposição de pinturas e gravuras, produzidas pelas sucessivas comunidades que, ao longo dos milênios, utilizaram a parede rochosa para registrar mensagens.

Abrigo do Malhador - Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – Januária, MG

A visita a esse segundo sítio foi realizada rapidamente no final do dia de circulação pelo Parque do Peruaçu. Trata-se de abrigo sob rocha, localizado num *canyon* seco e com área abrigada das intempéries e do sol durante a maior parte do dia. Segundo os dados do IPHAN, o sítio tem dimensões de 55 por 13 metros, sendo a área em torno utilizada como pastagem e abrigo pelo gado; daí o nome do sítio, numa alusão à malhada, ou área em que o gado se protege do sol.

Esse local foi utilizado como cemitério e local de impressão de pinturas rupestres. Foram encontrados artefatos líticos lascados e polidos, produzidos sobre material orgânico e conchas e cerâmicos. Segundo Fabiano Lopes de Paula, historiador e arqueólogo, que também acompanhou a visita, o sítio vem sendo escavado desde a década de 70, tendo sido encontrados até o presente três sepulturas, uma delas de uma criança.

Trata-se de sítio de alta importância, que deve, segundo os arqueólogos da UFMG que o pesquisam, ser protegido do desmatamento, da atividade agropecuária e do turismo sem orientação específica.

No fim da visita ao Parque, Hamilton identificou os sítios arqueológicos mais importantes na região. São eles a Lapa dos Bichos, a Lapa de Rezar, o Sítio do Elias, a Lapa dos Troncos, a Lapa do Boquete, os próprios Abrigo do Janelão e Abrigo do Malhador e a Lapa dos Desenhos, este último, segundo ele, o painel de pintura rupestre mais preservado do Parque.

São Gonçalo da Serra – Sobradinho, BA

A equipe visitou, em dois grupos distintos, esse importante conjunto de sítios arqueológicos. Como o trabalho de identificação e registro dos sítios está em fase inicial, a cargo do pesquisador Celito Kesting, os dados disponíveis são ainda sumários.

Foram citados pelo menos quatro sítios importantes no local: Pedra Gêmea, Pedra dos Macacos, Pedra da Mangueira e Pedra da Gameleira. Em todas elas há conjuntos impressionantes de pinturas rupestres, ao que parece de diferentes datações, sem ação antrópica significativa. Pelo menos duas pinturas observadas teriam sido feitas já no período colonial: um homem segurando uma espada e um braço de homem negro.

O conjunto de sítios localiza-se numa área de mata de caatinga, situada entre grandes blocos rochosos e montanhas de pedra. Há belos e frondosos juazeiros. A mata está razoavelmente preservada, com algumas áreas ocupadas por pequenos sítios. Nas proximidades está o pequeno povoado de São Gonçalo da Serra. Esse relativo isolamento tem contribuído para a preservação das pinturas rupestres existentes no local.

Comentário: O conjunto de sítios arqueológicos de São Gonçalo da Serra impressiona não só pela integridade dos registros, garantida pelo relativo isolamento da área e pela preservação da mata de caatinga circundante, mas também pelo importante trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido pelo

pesquisador Celito Kesting. É de se observar ainda que os sítios arqueológicos de São Gonçalo da Serra não se encontram registrados nos bancos de dados do IPHAN.

Museu de Arqueologia de Xingó – Canindé do São Francisco, SE

Esse museu, localizado no Km 52 da Rodovia Juscelino Kubitschek, nas vizinhanças da barragem da Usina Hidrelétrica de Xingó, apresenta impressionante acervo oriundo das escavações realizadas no contexto do Projeto de Salvamento Arqueológico de Xingó, desenvolvido a partir de 1988. O projeto foi criado para resgatar os vestígios arqueológicos existentes na área que seria posteriormente inundada pelo lago da usina. Foram localizados e sondados 41 sítios, dentre os quais se destacam os sítios Justino e São José I. Hoje esses sítios encontram-se cobertos pelo lago, mas o projeto permitiu que fosse recuperada expressiva coleção arqueológica, constituída por 7.802 peças líticas, 21.790 peças cerâmicas, mais de 20 mil restos faunísticos, 49 fogueiras e 191 esqueletos.

A unidade museológica, inaugurada em 2.000, possui no seu acervo uma parte altamente representativa da coleção arqueológica recolhida. Construído em arquitetura moderna e dotado de sofisticados recursos de exposição, o museu possui diversos espaços, dentre os quais se destacam as salas de simulação de escavações, de apresentação didática do povoamento da América e da região de Xingó e de exposição dos registros gráficos, materiais líticos e cerâmicos, restos da fauna e enterramentos encontrados durante o projeto de salvamento. São hoje mais de 200 indivíduos identificados nos casulos de enterramento, com idades que variam entre 1.200 e 9.000 anos.

Atualmente, segundo informações da arqueóloga Cleonice Vergne, diretora do museu, as sondagens já realizadas indicam a existência de 41 sítios arqueológicos entre Paulo Afonso e a Usina Hidrelétrica de Xingó e 214 de Xingó até a foz do São Francisco. A grande maioria desses sítios está localizada em terraços situados nas duas margens do rio.

Comentário. O trabalho de pesquisa arqueológica que vem sendo desenvolvido pela equipe do Museu de Arqueologia de Xingó é fundamental no contexto da Campanha São Francisco Patrimônio Mundial. A identificação de mais de duas centenas de sítios arqueológicos entre Paulo Afonso e a foz do rio dão uma medida da importância da ocupação pré-colonial do Baixo São Francisco e do papel do rio na pré-história da América. É de se observar ainda que os sítios arqueológicos identificados pela equipe do museu não se encontram registrados nos bancos de dados do IPHAN.

Fazenda Mundo Novo – Canindé do São Francisco, SE

Ainda acompanhada pela arqueóloga Cleonice Vergner, a equipe visitou o sítio de registros gráficos da Fazenda Mundo Novo, localizado na área rural do município de Canindé do São Francisco. Foram apresentados sítios de grafismos puros, dos quais não se conhece o significado, registrados nos blocos rochosos na área da fazenda. Alguns desses registros estão localizados em lapas ou em matacões, que serviam como moradia para os grupos humanos.

A visita a esse sítio foi uma oportunidade para a equipe conhecer um dos sítios arqueológicos que vêm sendo pesquisados pela equipe do Museu de Arqueologia de Xingó.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Ainda que se trate de campo novo para os órgãos nacionais e internacionais de proteção do patrimônio cultural, inclusive para a própria UNESCO, a documentação daqueles bens inseridos no universo da cultura popular e tradicional e do folclore das comunidades ribeirinhas foi considerada uma das áreas mais importantes do trabalho de campo realizado durante a Expedição Engenheiro Halfeld. Foram registrados diversos bens inseridos no chamado patrimônio oral e imaterial, reservando-se para fase posterior do projeto a sua identificação técnica e classificação. A ordem de apresentação desses bens neste relatório é cronológica, de acordo com a seqüência da viagem.

Cânticos religiosos – Várzea da Palma, MG, distrito de Guaicuí

Durante visita noturna à vila de Guaicuí, a equipe encontrou, na Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas, um grupo de mulheres entoando cânticos religiosos, um treinamento para missa que se realizaria no domingo seguinte. Impressionou-nos o tom de voz agudo, gutural e lamentoso, típico dos cantos femininos do interior brasileiro. O ritmo monótono e repetitivo do canto, bem como o olhar vago das fiéis, anunciava um estado de abstração e alheamento, característico dos ritos religiosos tradicionais.

Casos de banditismo no sertão – Fazenda Baluarte, proximidades da foz do rio Jequitaiá

No trajeto entre Guaicuí e Ibiaí, Lúcio Barreto, armador da barca Luminar, relatou para este pesquisador que a propriedade que víamos na margem direita, denominada Fazenda Baluarte, fora de um tio dele, Rotílio Manduca. Segundo Lúcio, esse homem, falecido há mais de 50 anos, era um poderoso proprietário de terras na região, chefe de muitos capangas e envolvido em confrontos políticos. Os casos relatados por Lúcio são interessantes. Rotílio chegou a construir, na Fazenda Baluarte, um túnel que ligava diretamente a propriedade ao rio, permitindo a fuga rápida do seu bando em barcos, quando perseguido pela polícia ou por outro bando. Numa das igrejas de Bom Jesus da Lapa haveria uma parede crivada de balas, resultado de tiroteio entre o bando de Rotílio e bando adversário. A causa da morte do chefe político teria sido uma surra que o seu bando deu num morador de Bom Jesus da Lapa. Quando se recuperou, esse morador tomou o mesmo gaiola em que Rotílio viajava e no interior da embarcação o apunhalou pelas costas. Guimarães Rosa teria conhecido o chefe político e se inspirado nele para construir o personagem Zé Bebelo, uma das figuras principais do romance *Grande Sertão: Veredas*. A história de Rotílio Manduca, segundo as informações finais de Lúcio Barreto, foi retratada em minissérie e em documentário de televisão.

Exteriormente a Fazenda Baluarte, segundo este pesquisador pôde observar à distância, é hoje uma propriedade moderna.

Benzedor – Ibiaí, MG

Durante a visita à cidade uma parte da equipe deslocou-se até a casa de Minervino Pereira da Silva, nonagenário benzedor local. No trajeto já se anunciava a importância social do benzedor na comunidade, retratada nas placas colocadas na rodovia principal e na estrada de terra, indicando candidamente “Minervino”.

Durante décadas Minervino atuou como benzedor na região, ministrando ervas e raízes para os “pacientes” que o procuravam. Essas plantas eram cultivadas pelo próprio benzedor no grande quintal de sua chácara, que, depois de entregues ao “paciente”, eram conservadas em álcool, no caso das pessoas que tomam bebidas alcoólicas, ou em vinho branco, no caso dos abstêmios. Minervino encarregava-se ainda de benzer as pessoas, com toques de mão e sinais característicos. As informações prévias que nos foram passadas indicavam tratar-se de um grande conhecedor do rio, mas não conseguimos dele um depoimento consistente, tendo em vista encontrar-se em idade avançada, doente e acamado. A idade exata do benzedor não é conhecida, tendo a sua esposa estimado “90 ou 91 anos”. Ambos residem em instalações rústicas, numa chácara com árvores frondosas e mata exuberante, que se destaca na região. Criam cerca de 40 reses.

É de Minervino a previsão sombria de que “a cama dos peixes vai se tornar a cama dos bois”, uma alusão ao esgotamento das águas do rio, que, segundo ele, irá passar por um período de três anos sem chuva.

Cavanhada de Brejo do Amparo – Januária, MG

A cavanhada de Brejo do Amparo ocorre anualmente em frente à Igreja Nossa Senhora do Amparo, sítio histórico original da cidade de Januária. Trata-se da representação de uma luta entre dois grupos de oito cavaleiros cada um, sendo um grupo cristão e o outro mouro. O grupo cristão veste-se de trajes azuis e o mouro de vermelho, todos enfeitados com flores nos chapéus, lenços, capas. Todos os cavaleiros portam espadas. Os cavalos são engalanados com fitas coloridas.

Antes da luta, os cavaleiros passam entre si pequenas doses de cachaça. A representação da luta ocorre num ritmo ágil, com a utilização de lanças, pistolas e espadas. O espetáculo ocorre numa espécie de arena, o público postado em círculo ao redor. A apresentação mobiliza intensamente a população local. O evento completo dura três dias.

Mulheres do Candéal – Cônego Marinho, MG

Tivemos notícia dos trabalhos em cerâmica das mulheres residentes na pequena vila do Candéal, no município de Cônego Marinho, quando de nossa visita ao Centro de Cultura e Turismo de Januária, onde uma das salas exibe uma exposição denominada “Impressões no Barro”. Decidiu-se então conhecer *in loco* o trabalho das artesãs, o que exigiu um deslocamento de cerca de 40 quilômetros por estrada de terra até a vila do Candéal.

As peças de cerâmica são produzidas num galpão construído especialmente para esse fim. Nele são fabricados vasos, pratos, xícaras, pires, tigelas, cumbucas, filtros, cuias e objetos decorativos, como réplicas de aves e bules. O material utilizado é barro preparado a partir da terra, que é matéria-prima tanto para o corpo das peças como para as tintas com que elas são decoradas. As peças são moldadas com as mãos à medida em que giram sobre uma base movida a energia elétrica. Uma pequena peça conhecida como “lisador” ou “mucunã” é utilizada para o alisamento das peças.

A rotina de produção sugeriu a este pesquisador as formas indígenas de trabalho. A atividade é desenvolvida comunitariamente, num mesmo espaço aberto. Há divisão sexual do trabalho, cabendo aos homens apenas a coleta do barro; a produção artística é toda feita por mãos femininas.

A organização da produção e comercialização das peças é fruto de um projeto em que se envolveram a prefeitura municipal e o governo federal, através de diversos órgãos, dentre eles o Ministério da Cultura e o Conselho da Comunidade Solidária. O “Galpão dos Oleiros do Candéal” foi inaugurado em 1999. O encarregado do espaço, Januário Lopes dos Reis, nos informou que antes do desenvolvimento do projeto o trabalho era feito individualmente; as casas dos moradores eram de palha de buriti e não de alvenaria, como hoje. Havia grande incidência de alcoolismo, que se reduziu significativamente a partir da inauguração do galpão.

No fim da visita duas das oleiras mais idosas nos brindaram com um canto tradicional na região:

Viva São Gonçalo viva

Viva São Gonçalo viva

Viva São Gonçalo viva

São Gonçalo é casamenteiro

São Gonçalo é casamenteiro

Fica aqui neste terreiro

Fica aqui neste terreiro
Ora viva rediviva
Viva São Gonçalo viva
Viva São Gonçalo viva
Viva São Gonçalo viva

Crença no Nêgo D'Água – Serra do Ramalho, BA, localidade de Campinho

A crença numa entidade mítica, denominada Nêgo D'Água, ou Caboclo D'Água, ou ainda Porco D'Água, que habita as águas do rio, é comum em muitas comunidades do Médio São Francisco. Ouvimos referências a ela em alguns dos locais mais rústicos visitados. O Nêgo D'Água é sempre um caboclo, que ataca os pescadores para os devorar. Alguns se referem a ele como “compadre”, para evitar pronunciar o seu nome.

Na localidade de Campinho, pertencente ao município baiano de Serra do Ramalho, foi entrevistado o pescador Otacílio Pereira da Silva, 61 anos, que afirma já ter visto a entidade. Segundo ele, trata-se de um homem completamente careca, que deixou o fundo do rio para atacá-lo. Ele conseguiu escapar abandonando a canoa numa das coroas do rio e deixando o remo na água.

A crença reflete a relação intensa das pequenas comunidades ribeirinhas com as águas do rio. A gradual redução do número de pescadores no São Francisco certamente tem contribuído para tornar mais raro e menos vívido esse mito regional.

Romarias católicas – Bom Jesus da Lapa, BA

São nacionalmente famosas as romarias de fiéis católicos para Bom Jesus da Lapa. A manifestação popular de cunho religioso torna-se ainda mais interessante porque se dirige a um santuário instalado nas grutas de um morro rochoso. Durante a nossa passagem pela cidade foi entrevistado o padre Francisco Micek, polonês, 66 anos, 25 deles radicado no Brasil, que nos forneceu detalhes do cotidiano das romarias.

O público que aflui às romarias é, na sua maioria, oriundo das camadas pobres e da classe média baixa da população brasileira. Não obstante, tem-se tornado representativo o número de fiéis das classes média alta e alta. Há inclusive uma certa divisão espontânea dos grupos. A população carente comumente deixa os seus locais de residência nos domingos e chega a Bom Jesus da Lapa nos dias do meio da semana; já a população de melhor nível de renda frequenta o santuário especialmente nos fins de semana. O padre estima que cerca de 65% dos romeiros vêm da Bahia,

20% de Minas Gerais e o restante se distribui entre os estados de Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo. Há grande número de romeiros de origem baiana que residem na capital paulista.

Esse contingente atinge cerca de 120 mil pessoas nos primeiros dias de agosto, quando ocorre a festa do Bom Jesus, e aproximadamente 50 mil em meados de setembro, época da festa da Soledade. Fora desses períodos, há um afluxo diário de 2 a 3 mil pessoas ao santuário. Na praça fronteiriça ao morro cabem 15 mil romeiros, na Gruta da Soledade cerca de dois mil e na Gruta do Bom Jesus até mil fiéis.

Naturalmente o transporte dessas pessoas até a cidade varia de acordo com as condições financeiras de cada um, mas merecem ser destacados os grupos que utilizam os caminhões paus-de-arara. Viajam distâncias imensas pelo interior do Brasil apinhados nos estreitos bancos das carrocerias dos caminhões, tendo muitas vezes apenas farinha e carne seca por alimento. Muitos trazem os filhos. Há caminhões com nove bancos coletivos instalados na carroceria coberta com lona rústica.

As acomodações na cidade, da mesma forma, variam bastante. Especialmente características são as rancharias, que abrigam os romeiros mais carentes. São acomodações bastante rústicas, onde se dorme coletivamente em cômodos grandes, utilizando-se esteiras ou beliches. No fundo desses estabelecimentos há um fogão a lenha ou a gás. Alguns têm banheiro, outros não, o que obriga o "hóspede" a utilizar o rio. É comum inclusive que os moradores da cidade deixem temporariamente as suas casas, para serem alugadas para romeiros nos dias das festas religiosas.

A equipe visitou uma dessas rancharias, localizada na rua Pé do Morro, que, como o nome indica, está ao lado do Morro da Lapa. O estabelecimento possui um cômodo grande com três beliches, um fogão, uma mesa e uma pequena geladeira. No fundo, em torno de um pátio interior, distribuem-se diversos quartos. Como se vê, nesse estabelecimento os antigos fogão a lenha e esteiras foram substituídos por equipamentos mais modernos.

Naturalmente, a cidade tem também hotéis de boa qualidade, para os fiéis que podem pagar por acomodações melhores.

Papel especial na organização dos deslocamentos e da permanência na cidade têm os chefes de romaria. A Paróquia de Bom Jesus da Lapa tem cadastrados cerca de seis mil chefes de romaria em todo o Brasil, que são anualmente comunicados por carta da programação das festas religiosas.

Toda essa estrutura está voltada para assegurar ao romeiro o exercício pleno da sua devoção católica. Ela pode ser captada em diversos aspectos do comportamento dos fiéis na cidade.

As ladainhas são cantadas em latim grosseiro pelas mulheres, sentadas ou agachadas no chão com panos nas cabeças, tendo os homens de pé ao lado, em silêncio ou rezando em tom baixo. Como a maioria é iletrada, essas ladainhas, cânticos e rezas são memorizados e transmitidos oralmente.

É comum a remessa de cartas para o santuário, onde o fiel pede às divindades soluções para os mais diversos problemas, de ordem econômica, social, familiar ou íntima. Quando recebe uma “graça”, o fiel se desloca até o santuário, lá depositando objetos alusivos ao problema resolvido. São os ex-votos, que podem ser fotografias, muletas, esculturas rústicas, pernas de cera ou de madeira.

A água que mina das paredes da gruta é considerada sagrada e por isso utilizada para passar no corpo.

A subida ao morro, de 93 metros de altura, com um cruzeiro no topo, é considerada ato de penitência.

Cabe lembrar, por fim, a chamada romaria da terra. É, sempre segundo o padre Francisco, uma das mais antigas romarias da atualidade no Brasil. Iniciou-se em 1977, no contexto dos conflitos fundiários provocados por grileiros, e vem ocorrendo desde então. Há orientação específica para os lavradores quanto a questões judiciais e trabalhistas envolvendo a posse de terra, relações de trabalho, latifúndios etc. A questão das águas do São Francisco é sempre colocada. Trata-se, como se vê, de evento de cunho político-religioso, onde a fé católica não inibe a expressão de reivindicações sociais.

Comentário. As romarias de Bom Jesus da Lapa estão, para este pesquisador, entre as mais ricas manifestações de cultura popular tradicional do interior brasileiro. Esse universo de profunda crença religiosa constitui típico bem cultural imaterial do entorno do rio São Francisco.

Carrancas – Bom Jesus da Lapa, BA

A equipe visitou uma casa de artesanato de carrancas na cidade, chamada “Carrancas e Imagens de Madeira”, localizada na rua Araújo Bulcão, 6, bairro Amaralina. O artesão é Adalberto Dias Ferreira (“Nenzinho”), 70 anos. Ele esculpe em madeira carrancas, algumas de 1,5 metro, imagens de santos, correntes e outros objetos. Utiliza ferramentas como o formão, o enxó, o goivo, o

gopche e uma pequena faca de cabo lavrado. A produção é lenta; o artesão esculpe em média uma peça por mês, devido à sua idade e ao fato de trabalhar sozinho. As peças são compradas principalmente para decoração de interiores; algumas são vendidas na Holanda.

Banda de pifaros – Bom Jesus da Lapa, BA

Trata-se de banda local que se apresenta principalmente durante a Folia de Reis. Houve uma apresentação para a equipe na rua Pé do Morro.

Banda local – Paratinga, BA

A banda, denominada Filarmônica 13 de Junho, foi criada em 1902 e é tradicional na cidade. Acompanha as festas religiosas (de Santo Antônio, do Divino, de Nossa Senhora da Conceição, de São Sebastião), as procissões, as festas de aniversário, os batizados, as formaturas, as cerimônias oficiais e os demais eventos. Tem cerca de 30 músicos, na sua maioria jovens de 18 a 20 anos. É apoiada pelo poder público municipal e pela comunidade paratinguense em geral. Segundo Paulo Roberto Campos de Oliveira, diretor de Cultura da prefeitura municipal, trata-se de uma das principais filarmônicas da Bahia.

Banda de pifaros – Paratinga, BA

O grupo, denominado Zabumba Alecrim, é formado por pessoas oriundas do meio rural e da periferia da cidade, a maioria lavradores e pescadores. De acordo com Paulo Roberto, é um trabalho que representa as raízes africanas da cidade. O repertório é transmitido oralmente de geração para geração.

Folia de Reis do Boi – Paratinga, BA

Trata-se de apresentação vinculada à festa dos Santos Reis, que ocorre no dia 6 de janeiro. Tradicionalmente, como é comum em outras regiões do Brasil, o grupo se apresenta no interior das residências. O grupo se apresenta na frente da casa, é convidado a entrar pelo proprietário, canta no interior da residência, se despede e passa para a casa seguinte, o que culmina numa grande festa pública.

Os três grupos descritos acima se apresentaram simultaneamente, na frente da Igreja Matriz de Santo Antônio, para a equipe que esteve em Paratinga. Segundo Paulo Roberto, é também típica da região a Festa de Santo Antônio, que atrai milhares de pessoas.

Imagem religiosa na margem do rio – proximidades de Morpará, BA

Bastante representativas da relação do homem com o rio são as imagens colocadas em pequenas capelas ou locas naturais nos morros marginais ao rio. Nesse caso, trata-se da Gruta de Santa Luzia, protetora dos pescadores, instalada na margem esquerda do rio.

Artesanato – Petrolina, PE

Na Oficina do Artesão Mestre Quincas, localizada na avenida Cardoso de Sá, na vila Eduardo, são confeccionadas peças em madeira, cerâmica, couro e tecido. Encontram-se no local carrancas, imagens sacras, sandálias, bolsas, cintos, lençóis, almofadas e outros produtos. Há peças de cerâmica esculpidas pela artesã Ana das Carrancas.

Canto local – Piranhas, AL

Apresentou-se espontaneamente para nós na cidade o cantor e violinista Evandro Carvalho. O seu canto alegre e informal expressa a riqueza da cultura popular no Baixo São Francisco. A música escolhida é uma exaltação ao rio:

Ele veio lá da Serra da Canastra
se arrastando feito cobra pelo chão
De Pirapora passou em Pilão Arcado
Em Petrolina irrigou a região
Desceu direto
foi parar em Paulo Afonso
Abraçou a cachoeira
fez aquela alegria
E no encontro das pedras da cachoeira
onde junta as duas águas
Transformou-se em energia.
O rio São Francisco vem descendo devagar
sai da Serra da Canastra e vai bater no meio do mar.

Feira popular – Canindé do São Francisco, SE

Nos sábados instala-se a grande feira popular de Canindé do São Francisco, numa área a céu aberto vizinha do antigo mercado municipal. As mercadorias vendidas são típicas da região sertaneja do vale do São Francisco: artigos de

couro de bode, como sandálias, bolsas e cintos, peixes e crustáceos pescados no rio, temperos e ervas medicinais coletados nas matas de caatinga, redes, porcos, aves. As tendas são armadas com estruturas metálicas e lonas plásticas.

Artesanato – Piranhas, AL, localidade de Entremontes

Na pequena localidade são produzidos belos trabalhos artesanais em tecido nos estilos redendê e ponto em cruz. A oficina é denominada Companhia de Bordados das Artesãs de Entremontes e conta com 52 artesãs.

Procissão – Piaçabuçu, AL

O dia da nossa visita a Piaçabuçu coincidiu com a chegada da procissão que trazia da cidade de Feliz Deserto a imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens. A imagem permanece dois meses em Piaçabuçu, retornando depois ao lugar de origem.

Artesanato – Penedo, AL, localidade de Marituba do Peixe

A equipe visitou a Associação dos Trançados de Marituba do Peixe, onde se produzem artigos em palha de ouricurizeiro, árvore típica da região. São confeccionadas bolsas, esteiras, tapetes, cintos, chapéus e outros objetos de uso e de decoração. Algumas das palhas são pintadas com tintura colorida, para embelezar as peças. Segundo Eduardo Ávila, nosso guia na visita ao local, trata-se do único ponto de artesanato em palha de ouricurizeiro do Baixo São Francisco. O trabalho é executado coletivamente pelas mulheres residentes no povoado.

Encontro de bandas – Penedo, AL

No último dia de trabalho da Expedição, parte da equipe assistiu o I Encontro de Bandas de Música do Baixo São Francisco. O encontro foi realizado pela Secretaria da Cultura de Penedo e contou com a participação das seguintes bandas: Musical Penedense, Lyra Traipuense, Musical Guarany de Pão de Açúcar, Euterpe São Benedito de Piaçabuçu, Carlos Gomes de Marechal Deodoro e Academia de Polícia de Arapiraca.

MEIO AMBIENTE

Ainda que não tenha constituído o foco principal de pesquisa da Expedição Engenheiro Halfeld, a observação e o registro das formações naturais existentes ao longo e no entorno do rio e dos graves problemas ambientais nele presentes foram atividades constantes da equipe. No momento atual, em que a redução do nível das águas do São Francisco e os danos à sua fauna e flora atingem patamares alarmantes, a questão ambiental torna-se decisiva em qualquer projeto que tenha o rio como campo de atuação.²⁴

Aspectos físicos do rio e do entorno

No capítulo *Considerações Gerais* foi apresentada a divisão física da Bacia do São Francisco que tem sido adotada pelos órgãos governamentais que nela atuam diretamente. Foi ainda esboçada outra divisão, de natureza histórica. Nenhuma dessas divisões será utilizada na presente seção do capítulo, pois o objetivo é organizar as observações de natureza ambiental segundo as impressões registradas e as constatações feitas durante a própria viagem. Sendo assim, o aspecto físico geral do rio segue apresentado em cinco trechos principais, de acordo com o conjunto de características físicas que se pôde observar durante a viagem.

O **trecho que vai das corredeiras de Pirapora à foz do rio Carinhanha** apresenta barrancas baixas, bastante arenosas, que se desfazem com facilidade. Durante a nossa viagem as águas tinham aspecto barrento e cor marrom avermelhada, devido às chuvas finas e esporádicas que caíam desde a nossa partida de Pirapora. O movimento das águas do rio, a mareta, é bem pequeno. O curso das águas é incrivelmente sereno, fenômeno provocado pela baixa declividade do rio neste trecho, dirigida para o norte. Surpreendeu a este pesquisador que os pratos de louça para o almoço na barca Luminar pudessem ser colocados livremente, sem proteção, em prateleiras na amurada da embarcação, tal a tranquilidade das águas. Freqüentemente aparecem ilhas e coroaas, algumas delas formadas temporariamente pelo rebaixamento das águas, outras permanentes. Na frente da cidade de São Romão há uma grande ilha, de mesmo nome.

O rio corre por uma vasta planície pontuada, onde a ação do homem não a destruiu, por matas de cerrado. Há muito desmatamento, que chega até as margens do rio. Se deixamos o leito do rio e

²⁴ Merecem menção, como tentativas de intervenção legal no meio ambiente do São Francisco, as leis do estado de Minas Gerais de números 9375/86, que protege as veredas do rio, 10629/92, que o transforma em rio de preservação permanente (com alteração importante dada pela 12016/95), 11943/95, que protege as lagoas marginais do rio e dos seus afluentes, e a 14007/01, que transforma o trecho mineiro do São Francisco em patrimônio cultural, paisagístico e turístico do estado. Cópias podem ser obtidas em <http://www.almg.gov.br>. Não foi pesquisada a legislação federal e de outros estados.

pesquisamos o entorno, como o fizemos em São Romão, poderemos encontrar as famosas veredas, chamadas pelo geógrafo Ivo das Chagas de “mães” ou de “santuários” do cerrado. São elas que conservam água e alimentos frescos para os animais durante o ano inteiro, defendendo-os ainda do fogo natural ou provocado por mão humana. Formam ecossistemas próprios, dotados de espécies não encontradas em nenhum outro subsistema do cerrado.

A temperatura apresentou-se, durante a viagem pelo trecho, relativamente amena, pelo menos até Itacarambi. O dia da nossa chegada à cidade foi o mais quente até então – 32 graus. O céu, quase sempre encoberto até aquele dia, pela primeira vez se abriu totalmente.

Os tributários importantes neste trecho são, na ordem em que aparecem, o das Velhas, o Jequitaiá, o Paracatu, o Urucuia, o Pardo, o Pandeiros e o Verde Grande. O rio das Velhas chega à sua foz trazendo a poluição industrial e doméstica da região de forte urbanização nucleada em Belo Horizonte e na sua região metropolitana. O Pandeiros, por outro lado, ainda é um berçário natural de peixes na região. O Paracatu forma bela paisagem na sua chegada ao São Francisco; os dois rios correm formando os vértices de um triângulo, com a mata de cerrado no meio. Na região da foz do Verde Grande o São Francisco já se apresenta bem mais largo do que em Pirapora, um resultado dos inúmeros afluentes de peso que recebe até ali.

O trecho tem cidades populosas, mas quando deixamos as suas áreas de influência, a ocupação humana se mostra bastante baixa. A navegação é reduzida. Vimos pouquíssimas embarcações, apenas canoas, próximas dos pequenos núcleos urbanos. Há muito poucos pescadores.

No **trecho que vai da foz do rio Carinhanha à foz do rio Grande** a planície por onde corre o rio se amplia e o curso das águas é ainda mais calmo. O rio se apresenta mais largo, especialmente na região de Paratinga, onde forma um canal que banha a cidade. Também em frente a essa cidade está uma das maiores ilhas do rio, a de Paratinga. Permanecem as barrancas, mas, provavelmente em razão do clima seco, sem chuvas, as águas se aclaram um pouco. A vegetação permanece a de cerrado, aqui já um pouco mais ralo.

A temperatura se eleva consideravelmente. Durante a nossa estada em Bom Jesus da Lapa o termômetro chegou a 42 graus, uma das temperaturas mais altas de toda a viagem.

Entre os tributários de peso neste trecho estão o Carinhanha, o Corrente e o Paramirim. A região da foz do primeiro, chamada Pontal, impressiona pelos criatórios naturais de peixes.²⁵

²⁵ O Pontal será abordado com mais detalhes na seção seguinte deste capítulo.

A ocupação humana, fora das áreas de influência das cidades do trecho, permanece baixa. Há ligeiro incremento do número de embarcações, em comparação com o trecho anterior.

O trecho seguinte constitui todo o **lago formado pela Barragem de Sobradinho**. Inicia-se, do ponto de vista da nossa viagem, na foz do rio Grande e termina na própria barragem. A partir de Xique-Xique destaca-se, na margem direita, uma longa cadeia de morros baixos, que nos acompanhará por todo o lago. Trata-se, segundo Pierson,²⁶ da Serra do Açuruá, que seria parte da Serra São Francisco, que se pode identificar nos mapas dos guias rodoviários. Na região essa serra ganha nomes locais, tais como do Tabuleiro Alto e Carolino. Na margem esquerda aparecem morros arredondados, que se destacam especialmente a partir da cidade de Remanso. Uma faixa de área plana aparece entre o rio e a Serra do Açuruá; segundo nos informou o armador da barca Nina, que nos transportou pelo lago, essa faixa de terra é normalmente submersa, emergindo apenas quando o nível da água está baixo. Dunas podem ser vistas na margem esquerda, algumas dotadas de uma vegetação rala e rasteira. Uma delas, próxima à povoação de Barra da Cruz, logo após Pau-a-Pique, é especialmente bela. Entre essa duna e o canal principal do rio, por onde passou a barca, aparecem galhas de árvores parcialmente emersas, outro resultado do rebaixamento das águas do lago.

Em razão desse rebaixamento, no período da nossa viagem as duas margens do grande lago de Sobradinho podiam ser constantemente vistas a partir da barca. Parece que quando as águas sobem as margens se distanciam tanto que perde-se o contato visual com elas em alguns trechos do lago. A vegetação aqui já é tipicamente de caatinga.

As águas do lago parecem serenas, mas é de se referir que podem se tornar turbulentas por efeito do vento, o que especialmente notado numa manhã em que problemas mecânicos na barca Nina deixaram, por algum tempo, a embarcação ao sabor da maré. Somente barcas de maior potência e estabilidade, como a própria Nina, navegam pelo lago.

Afora o rio Grande, no início do trecho, não há outros tributários importantes. O encontro das águas do rio Grande com o São Francisco produz belos cenários. As águas do primeiro, mais profundas, de tom verde escuro, azeitonado, encontram-se com um São Francisco barrento e amarelado, mais raso. Os dois rios seguem juntos por alguns quilômetros sem se misturar, produzindo um efeito visual bastante interessante. Esse fenômeno pode ser observado no cais da cidade de Barra.

²⁶ Pierson, *op. cit.*, I, p. 118.

A ocupação humana nas vizinhanças do lago, com exceção das cidades novas surgidas com o alagamento, é bastante escassa. Vêm-se pouquíssimas embarcações e quase nenhum pescador.

Sobre o trecho seguinte, de **Sobradinho a Paulo Afonso**, há pouco o que dizer em relação ao rio, pois foi exatamente este o trecho percorrido quase integralmente por terra. Após a transposição da barragem de Sobradinho (“eclusagem”), a equipe seguiu pelo rio até Juazeiro, abandonando-o aí para seguir em duas *vans* até Paulo Afonso e, depois, Piranhas.

Aqui é um dos pontos de maior expressão da vegetação de caatinga. Para este pesquisador foi uma grata surpresa encontrar, na região de São Gonçalo da Serra, povoação pertencente ao município de Sobradinho, uma pequena mata de caatinga onde estão representados muitos dos seus espécimes mais importantes. São cactáceas como o facheiro, o xique-xique e o mandacaru, árvores como o umbuzeiro e o juazeiro e plantas como a favela e a palma.

A ocupação humana, ao contrário dos trechos anteriores, é densa e diversificada. Núcleos urbanos pequenos e médios se sucedem nas duas margens, separados por distâncias que raramente ultrapassam 30 quilômetros.

O trecho seguinte, de **Paulo Afonso até a foz do rio**, caracteriza-se, ao contrário dos outros trechos percorridos, por grande diversidade física e social. As paisagens são muito variadas, podendo-se dividir este trecho em pelo menos quatro sub-trechos.

De **Paulo Afonso até a barragem de Xingó** é a região do famoso *canyon* do São Francisco. Ele será explorado mais detidamente na seção seguinte deste capítulo, mas é já importante informar que, segundo as medições do navegador Luiz Eduardo Corrêa, integrante da equipe, o rio corre dentro do *canyon* por cerca de 60 quilômetros, até atingir a barragem de Xingó. As águas são límpidas a tal ponto que foi possível bebê-las, num local logo abaixo da barragem de Paulo Afonso. Há informações não confirmadas de que a profundidade média no lago de Xingó é de 75 metros, podendo chegar a 160 metros. A vegetação permanece de caatinga, da qual tivemos outra vívida experiência na visita ao Raso da Catarina, também detalhado na seção seguinte. Não há tributários de importância. Naturalmente, a navegação aqui é praticamente impossível, a não ser para canoas e barcos pequenos. Todo o grande trecho de Paulo Afonso à foz é bastante povoado, mas este sub-trecho, em especial, apresenta pouca ocupação nas margens do rio, possivelmente em razão da forte polarização exercida pela cidade de Paulo Afonso sobre a região.

Da **barragem de Xingó até Propriá** tem-se um longo sub-trecho, caracterizado, do ponto de vista do relevo, pela presença de pequenos morros, suavemente ondulados, formando bela paisagem nas duas margens. Há forte declividade do rio até Pão de Açúcar e a profundidade é significativa –

recebemos informações não confirmadas de que as águas descem 35 metros na região de Piranhas. A vegetação permanece de caatinga. Tivemos mais uma valiosa percepção da caatinga durante a visita à Gruta de Angicos. Na mata circundante nos foram mostrados espécimes de juazeiro, pega-velho, quixadeira (utilizada como cicatrizante de feridas), uma bromeliácea comestível denominada macambira de flecha, caatingueira (tomada para baixar o teor de colesterol no sangue), braúna (utilizada no fabrico de embarcações) e imburana (utilizada no artesanato). Não há tributários de importância neste sub-trecho. A ocupação humana é, talvez, a mais densa de todo o rio. Há diversos núcleos urbanos nas duas margens, quase nunca separados por distâncias maiores que 20 quilômetros. É também o trecho mais navegado, destacando-se, pela sua simplicidade e beleza, os barcos a vela. Há muita pesca, até onde ainda o permitem as condições ambientais do rio.

O sub-trecho seguinte, de **Propriá a Neópolis**, apresenta relevo plano, de planície ondulada, desaparecendo os morros do sub-trecho anterior. O curso do rio é também suave e a vegetação circundante permanece típica de caatinga. Não há tributários relevantes. A ocupação humana e a navegação permanecem densas, como no sub-trecho anterior.

E, por fim, temos o pequeno sub-trecho que vai de **Neópolis até a foz do rio**. É a região denominada por Pierson, baseado em Valverde, de “zona do delta”.²⁷ A ilha das Flores, incluída neste sub-trecho, é das maiores ilhas de todo o grande trecho de Paulo Afonso à foz. A vegetação sofre modificação significativa nesta região, deixando de ser de caatinga para passar a tipicamente de floresta. As árvores são grandes e frondosas, de cor verde-escura. Há muita vegetação aquática nas proximidades das margens. Estamos já na faixa costeira, cuja vegetação de floresta abrange cerca de 8% da superfície total do vale do rio. A região de dunas da foz é uma das mais belas paisagens de todo o rio; será abordada mais adiante. Não há tributários de importância em termos de volume de água, mas deve-se ressaltar o papel do rio Marituba e da região de brejos por ele formada na fauna deste sub-trecho do São Francisco, tema também abordado na seção seguinte deste capítulo. As características de ocupação humana e de navegação permanecem as mesmas que nos dois sub-trechos anteriores.

Áreas naturais de grande valor ambiental

Durante a viagem a equipe teve oportunidade de percorrer algumas das mais belas reservas ecológicas incluídas na Bacia do São Francisco. As impressões deste pesquisador, bem como alguns dados referenciais, serão rapidamente expostos abaixo. A ordem de exposição segue o cronograma da nossa viagem.

²⁷ Pierson, op. cit., p. 123.

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

O parque, que possui área de 56.800 hectares, foi legalmente criado por decreto federal em 1999. Está inserido na Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu, que engloba ainda o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, onde estão as nascentes do rio, e a área de proteção dos índios xacriabás, perfazendo uma superfície total de 150 mil hectares. O parque está inteiramente localizado no município de Januária. Um trajeto de 45 quilômetros leva da sede do município até o povoado de Fabião I, onde está localizado o posto de fiscalização do IBAMA. A rodovia asfaltada atravessa vasta área, tendo à direita, no sentido Januária – Itacarambi, a serra de São Felipe, e à esquerda a serra do Cardoso. A partir do povoado, dois quilômetros de estrada de terra levam até o vale do rio Peruaçu. O parque não se encontra aberto para a visitação.

A visita da equipe ao parque realizou-se a partir de Januária e durou cerca de oito horas. Fomos guiados por Hamilton dos Reis Sales, biólogo e espeleólogo. Segundo ele, há cerca de 30 a 35 povoados na área do parque, onde residem de 6 a 7 mil pessoas. Essa população pratica culturas de subsistência, propiciadas pela grande fertilidade das terras do vale; a atividade ocasiona eventuais queimadas na mata. Não há registros de incêndios naturais. No trajeto de carro até o povoado de Fabião I passamos por grandes fazendas de gado, que se encontram na área do parque mas ainda não foram desapropriadas. Hamilton identifica algumas delas: Minará, Nova Índia, Peruaçu, Olhos D'Água. São propriedades de dois a três mil hectares, grandes para o padrão da região.

A estrada interna do parque corre por uma fenda natural no calcário, que foi aproveitada para a construção do acesso de terra. Ao lado da estrada, na região do Boqueirão, corre o rio Peruaçu. Segundo Hamilton, os cerca de 120 quilômetros do rio podem ser divididos entre o trecho superior, das nascentes, um trecho médio de aproximadamente 25 quilômetros, onde estão concentradas as cavernas e no qual o rio corre por área cárstica, cortando o calcário, e o trecho inferior, próximo à foz. Os trechos superior e inferior são planos e não apresentam grutas. Mesmo sendo um rio relativamente pouco volumoso, o Peruaçu é um dos poucos rios perenes da região. Os outros secam em determinada época do ano, fenômeno que, de acordo com o guia, é um resultado direto do desmatamento do passado, quando as árvores foram utilizadas para a produção de carvão, que deixava a região numa frequência de 20 a 30 caminhões por semana.

O primeiro local visitado pela equipe foi o Buraco dos Macacos, imensa “clarabóia” provocada pela erosão na rocha. Nessa área vivem os macacos guaribas.

Logo seguimos para a fazenda Terra Brava, de criação de gado bovino, de cuja antiga sede, hoje desativada, se enxerga o chamado “falso Janelão”, grande gruta na montanha rochosa ao lado da propriedade. Dali seguimos para o sítio arqueológico Abrigo do Janelão, descrito no capítulo *Ocupação Pré-Colonial*, e para o verdadeiro Janelão. Esse consiste numa imensa caverna de 90 metros de altura e 70 de largura, em média, e três quilômetros de extensão. Segundo Hamilton, trata-se do “carro-chefe das cavernas da região”. Penetramos na área passando por baixo de um imenso portal natural, em formato de semi-circunferência, que dá nome à caverna. No seu interior podemos observar a alternância dos fenômenos do sumidouro e da ressurgência do rio: alguns dos seus trechos são ocultos debaixo do solo e das formações rochosas, enquanto outros encontram-se totalmente expostos. A água é cristalina e bastante fria. Estalactites pendem do teto e das paredes laterais. Um deles impressiona pelo tamanho.

No retorno à sede do parque cruzamos novamente a bela área de mata de cerrado que se estende pela região.

Na visita constatamos que, apesar de problemas fundiários, da ocupação de algumas zonas do parque por fazendas de gado e pastagens e da carência de funcionários do IBAMA para o controle da área, que hoje conta com somente dois fiscais, a situação geral do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu é muito boa. A vegetação encontra-se preservada, permitindo a recuperação da mata nativa que no passado foi derrubada. As cavernas e os sítios arqueológicos estão em ótimas condições de preservação. A proibição do acesso para turistas e a visitação controlada de pesquisadores certamente têm concorrido para assegurar essa condição.

Não obstante, há que se registrar as denúncias a nós trazidas pela arqueóloga Sueli Aparecida Pereira do Nascimento, de apelido “Eterna”. Segundo ela, têm ocorrido irregularidades na política de desapropriação executada na área. Além disso, acusa a existência de uma pousada no interior do parque, o que não observamos e não foi confirmado por Hamilton. Menciona ainda a existência de gado na zona protegida, problema que, conforme apontamos acima, dificulta a preservação da região, e a destruição de grandes áreas do parque pelo desmatamento provocado por proprietários locais.

Pontal

O rio Carinhanha separa os estados de Minas Gerais e Bahia pelo lado oeste do São Francisco, constituindo o seu quarto afluente em vazão específica média. As suas águas caracterizam-se pela grande presença de sedimentos calcários. Durante a passagem pela cidade de Carinhanha parte da equipe teve oportunidade de visitar a foz do rio, que deságua no São Francisco na zona conhecida como Pontal.

As águas do Carinhanha, ao contrário das do São Francisco nesta região, são límpidas, mesmo na época da nossa visita, quando havia descido considerável volume de sedimentos pelo curso do rio, em razão das chuvas intermitentes que caíam desde o dia da partida.

Na vizinhança do encontro das águas, seguindo o curso do Carinhanha, alguns quilômetros a montante, podem ser admirados belíssimos criatórios naturais de peixes. São lagoas existentes ao longo das duas margens, repletas de vegetação aquática, circundadas por matas, que formam, cada uma, um ecossistema próprio. Ali, além da ictiofauna, formada pela reprodução de peixes no ambiente subaquático, coexistem aves como garças e quero-queros, habitantes das matas vizinhas. O terreno é lamacento e a flora aquática é abundante. Quando o rio enche, os peixes nascidos nas lagoas podem deixá-las e se integrar à fauna do leito principal.

Reserva Ecológica Raso da Catarina

A reserva ecológica, com área de cerca de 100 mil hectares, está localizada no estado da Bahia, abrangendo parte dos municípios de Paulo Afonso e Geremoabo. A reserva foi criada por decreto federal, em 1984. O seu nome é uma referência à vegetação e relevo nela presentes e uma homenagem a antiga moradora e líder local, de nome Catarina.

A região do Raso da Catarina situa-se na porção mais seca do território baiano, sendo classificada como zona de transição entre os climas semi-árido e árido. As temperaturas são altas e as chuvas torrenciais e irregulares. No dia da nossa visita a temperatura estava “amena” para os padrões áridos da região.

Para a visita à reserva partimos da cidade de Paulo Afonso, dela distante cerca de 50 quilômetros. O acesso ao Raso da Catarina é feito pela povoação de Juá, pertencente ao município de Paulo Afonso. Não há estrutura local para visitação turística, devendo a visitação ser organizada em Paulo Afonso, que não obstante conta ainda com poucos guias conhecedores da região. A reserva pode ser percorrida em veículo com tração nas quatro rodas, utilizando-se as inúmeras estradas que cruzam a mata.

Durante a visita, que durou cerca de cinco horas, foi possível observar a razão topográfica do nome da unidade ambiental. De fato a região é plana, em forma de tabuleiro. Há *canyons* entalhados nos tabuleiros, um dos quais foi percorrido parcialmente pela equipe de pesquisadores. Segundo informações locais, tem extensão total de 12 quilômetros. Em algumas de suas rochas observa-se o crescimento de cipós grossos, que formam verdadeira rede ao longo da parede natural, pela qual moradores locais habilmente sobem. Nos blocos rochosos laterais destacam-se

pequenas locas, conhecidas na região como “panelas”. Uma formação rochosa, apontada para o céu, se destaca – é o chamado Dedo de Deus. O terreno interior do *canyon* é arenoso e apresenta vegetação nativa típica da caatinga, com abundância de xique-xiques, mandacarus e bromeliáceas, somados a pequenas lavouras de milho e feijão.

Este pesquisador observou a existência de uma espécie de caldeirão natural nas rochas, cheio de água, oculta por uma cobertura de musgo verde. Essa cobertura contribui para manter a água fria e evitar a sua evaporação, um recurso natural valioso nessa região árida.

A fauna nativa é diversificada, observando-se a presença de veados, onças pardas e aves como a ararinha azul e a pomba-avoante. Há algum gado, cuja criação, segundo informações do IBAMA, constitui ameaça aos animais silvestres da reserva, em razão da transmissão de doenças e competição alimentar.

No interior da reserva há pequenas povoações, como a Baixa do Chico, que será rapidamente abordada no capítulo *Aspectos Sociais* deste relatório.

Canyon do São Francisco

Essas formações rochosas estendem-se da cidade de Paulo Afonso até a barragem de Xingó. Estima-se que sejam cerca de 60 quilômetros de paredões íngremes, com vegetação de caatinga rasteira e fauna rica e variada, que inclui inúmeras espécies de répteis, insetos e aves. A altura das paredes rochosas pode chegar a 50 metros, circundando o lago formado pela represa da Usina Hidrelétrica de Xingó, lago este que atinge, em alguns pontos, 190 metros de profundidade. O *canyon* é ainda o limite entre os estados de Bahia e Alagoas e Alagoas e Sergipe. Na divisa entre Bahia e Alagoas há uma ponte metálica ligando os dois paredões do *canyon* e os dois estados – do lado sul está o município baiano de Paulo Afonso e do lado norte o município alagoano de Delmiro Gouveia.

Este pesquisador teve acesso ao *canyon* numa visita às instalações da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, na cidade de Paulo Afonso, e durante um passeio comercial de catamarã que parte de Xingozinho, localidade próxima à cidade de Piranhas. A formação natural representada pelas águas do São Francisco correndo em meio aos paredões constitui paisagem de alto valor cênico.

Área de Proteção Ambiental de Marituba do Peixe

Esta unidade ambiental foi criada por decreto do governo do estado de Alagoas em 1988. Possui área estimada em 8.600 hectares, que compreende parte dos municípios de Penedo, Piaçabuçu e

Feliz Deserto. A topografia é plana, marcada pela presença de lagoas temporárias, formadas pelo rio Marituba, último afluente de importância do São Francisco. A vegetação é de floresta de restinga, constituindo a região uma das últimas áreas úmidas do Baixo São Francisco. A característica mais importante da área é a presença das várzeas, que propiciam a existência de rica flora e fauna. Há pesquisadores que a classificam como o “pantanal alagoano”. Uma de suas funções ambientais mais importantes, segundo Eduardo Ávila, empresário de ecoturismo e nosso guia na visita à unidade ambiental, é ser um berçário natural de peixes, responsável por significativa melhoria do volume de fauna aquática nesse trecho do São Francisco.

Dentre as espécies vegetais representativas, estão o cajueiro, o angelim, a piaçava, a imbaúba, a maçaranduba, a guabiraba, o ouricuri, a mangabeira, a sucupira-brava, o ingá e o louro. Há cactáceas e vegetação rasteira. A fauna inclui espécies de hábito aquático, como o jaçanã, o socó, o galo d’água, o pato d’água, a garça-branca, o jacaré e a lontra. A fauna terrestre inclui o tatu, a cotia, o tejo, o camaleão e cobras diversas.

Durante a visita notamos algumas áreas desmatadas no interior da unidade ambiental. Há monocultura de cana-de-açúcar nas vizinhanças e projetos de irrigação e drenagem que tornam a área vulnerável aos desequilíbrios ecológicos.

Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu

A unidade ambiental foi criada em 1983 por decreto federal. Possui área de cerca de 9 mil hectares e perímetro de 74 quilômetros. Abrange vários municípios alagoanos e tem sua sede na cidade de Piaçabuçu. A vegetação é de floresta atlântica, dunas e restingas. A unidade é aberta à visitação durante todo o ano, com exceção da Zona de Conservação da Vida Silvestre.

A permanência na região da foz do São Francisco, incluída na área, é restrita a uma hora, mas autorização especial do IBAMA permitiu à equipe da Expedição permanecer na região quase um dia inteiro. A foz do rio constitui uma das paisagens mais belas de toda a sua extensão. O encontro das águas do rio com o mar é ornado com a presença de dunas nas margens do rio e na zona marinha costeira, formando um conjunto natural rico em valor cênico. Além disso, constitui ecossistema costeiro de grande importância, caracterizado pela presença de quelônios marinhos, aves migratórias e vegetação de restinga.

A área de proteção ambiental está toda em território alagoano, distando a foz do São Francisco 22 quilômetros do povoado de Pontal do Peba, que não conhecemos, pertencente ao município de Piaçabuçu. Há povoações na zona da foz, como a ameaçada Cabeço, localidade referida em

seção abaixo, pertencente ao município sergipano de Brejo Grande. Nas proximidades da margem sergipana há um antigo farol, com a base submersa.

Durante a nossa estada na área observamos o grande fluxo de embarcações turísticas. A foz do rio é bastante procurada e uma das ameaças que pairam sobre a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu é o turismo desordenado.

Além das áreas abordadas acima, merecem referência as ilhas permanentes que pontuam o leito do rio ao longo do seu curso. Dentre elas, merecem ser citadas, pela sua importância no meio ambiente e na paisagem natural das regiões onde estão localizadas, as seguintes ilhas: a) de Paratinga, que está fronteira à cidade de Paratinga e abriga moradores em seu interior, constituindo uma das maiores ilhas do rio; b) do Rodeadouro, que não visitamos, localizada em Juazeiro, um dos mais procurados pontos turísticos desta cidade; c) da Coroa, fronteira à cidade de Curaçá, de grande beleza cênica e também ponto turístico de relevo.

Problemas ambientais

Lagos artificiais. A geração de energia elétrica representa, sem sombra de dúvida, função econômica decisiva na manutenção do parque industrial nacional e das unidades comerciais, residenciais e de serviços brasileiras. Sem embargo, há que se apontar, nesta seção, os ingentes problemas ambientais provocados pela construção das represas das usinas hidrelétricas de Xingó, Paulo Afonso, Sobradinho, Apolônio Sales e Luiz Gonzaga. A grande maioria desses problemas foi observada e registrada durante a Expedição, tendo sido causa de manifestação de comunidades ribeirinhas, preocupadas com as dificuldades trazidas pelos lagos artificiais das usinas hidrelétricas nordestinas instaladas no leito do rio São Francisco.

O primeiro efeito ambiental observável dos lagos é a brutal redução da vazão do rio. Essa situação foi percebida especialmente na zona da foz, onde a localidade de Cabeço, pertencente ao município sergipano de Brejo Grande, está ameaçada de desaparecimento em razão da invasão do leito do rio e do entorno por águas marinhas, que penetram pelos terrenos próximos e destroem as construções humanas. Com essa invasão, os moradores de Cabeço, constituídos por cerca de 20 famílias e 100 pessoas, são obrigados a recuar paulatinamente em direção ao continente, reconstruindo os seus casebres de pau-a-pique e teto de palha em terrenos ainda não atingidos pelas águas do mar. Também sofrem os coqueiros das margens do rio, que são derrubados ou têm suas raízes expostas com a pressão do mar.

No passado distante esse quadro foi inverso. Pierson cita um trecho precioso do cronista Gabriel Soares de Sousa, escrito na segunda metade do século XVI, onde o mesmo afirma que o rio São

Francisco tinha duas léguas de largura na foz e que as suas águas, penetrando no mar, podiam ser reconhecidas por quatro ou cinco léguas na superfície marinha.²⁸

A grande cachoeira de Paulo Afonso, antes de ser encoberta pelas águas represadas para a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, teve ao longo dos séculos decantada a sua força. Dois bons exemplos são o explorador inglês Richard Burton e o brasileiro Theodoro Sampaio, que, em diferentes décadas do final da segunda metade do século XIX, assistiram a furiosa queda das águas em Paulo Afonso e nos transmitiram as suas impressões. Do historiador paulista é o comentário:

Chegando, porém, mais perto, depois de transpor largo trecho do leito rochoso em seco, com as lajes corroídas, desgastadas, lisas, tão lisas como se foram polidas a capricho e cobertas de um verniz metálico, *sui generis*, e alcançando a margem do profundo *talhado* ou canhão [trata-se do *canyon*], para onde as águas se precipitam em rolos de espuma alvíssima, em esplêndido contraste com as rochas negras do granito, o bramir do colosso torna-se então formidável, ensurdecedor. É preciso falar por acenos porque mesmo gritando aos ouvidos do companheiro ele não vos entende.

O espetáculo é, deveras, indescritível, tão vário, tão grande, tão estupendo ele se nos oferece, através dos mais belos efeitos de luz e coroado com o diadema fantástico, fugidio da íris, tantas vezes apagado quantas renovado ao embate da luz oblíqua e dos vapores ascendentes, que não me sinto com forças para pintá-lo.

Paulo Afonso vê-se, sente-se, não se descreve.²⁹

Também Castro Alves se impressionou com a cachoeira e escreveu, em poema reproduzido em placa metálica existente nas instalações da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso:

A cachoeira Paulo Afonso, o abismo,
A briga colossal dos elementos,
As garras do centauro em paroxismo,
raspando os flancos dos parcéis sangrentos,
relutantes na dor do cataclismo,
os braços dos gigantes suarentos
agüentando a ranger espanto assombro,
o rio inteiro que lhe cai no ombro.

Hoje todo esse espetáculo está submerso.

²⁸ Pierson, *op. cit.*, I, p. 41.

²⁹ Sampaio, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p. 306.

Assoreamento. A redução da vazão das águas do São Francisco, combinada com as conseqüências da destruição das matas ciliares, é ainda responsável pelo fenômeno do assoreamento. A redução do nível da água tem provocado, ao longo de décadas, a formação de coroas e ilhas no leito do rio, que são observáveis em diversos dos seus trechos. Evidentemente, o assoreamento tem também um forte componente conjuntural, na medida em que é também uma das conseqüências da falta de chuva; pareceu-nos, todavia, que a razão maior do fenômeno é a redução da vazão e do volume das águas, provocada pela sua retenção nas represas.

Em Januária foi-nos possível caminhar tranqüilamente pelo que já fora leito do rio. Hoje o terreno outrora submerso tornou-se um areal seco, permitindo que retornássemos do centro da cidade para a barca Luminar caminhando por ele, um trajeto de cerca de um quilômetro de extensão.

Mas é certamente nas embarcações que se percebe com maior nitidez os efeitos do assoreamento. Vivenciamos várias situações durante a viagem que denotavam o risco dos bancos de areia formados no leito do rio, que podem tornar a jornada fluvial uma aventura. Algumas dessas situações e as impressões delas resultantes são descritas no capítulo *Embarcações* deste relatório.

Preocupou sobremaneira o autor deste relatório a possibilidade de construção do chamado Canal do Sertão, um aqueduto subterrâneo que levaria água do São Francisco para Maceió e Aracaju a partir do lago de Itaparica. A se concretizar, esse projeto representará verdadeira sangria nas já combalidas águas do São Francisco.

Matas ciliares. A segunda grande causa do assoreamento é a destruição das matas ciliares. As matas têm importante papel retentivo do terreno arenoso marginal do rio, dificultando o seu descimento para o leito. A “limpeza” das margens do rio, seja para plantio, seja para construção de moradias, seja ainda para instalação de hotéis pesqueiros, situações que presenciamos durante a

viagem, contribui enormemente para o assoreamento. No passado os chamados “portos de lenha”, ou locais ribeirinhos onde os vapores ancoravam para se abastecer de lenha, representaram outro poderoso fator de desmatamento das margens do rio. Um antigo porto de lenha, hoje pobre localidade pertencente ao município de Serra do Ramalho, é Campinho. Outro fator de destruição das matas, apontado durante a nossa visita a Barra, foi a existência, no passado, de usinas de geração de energia elétrica que necessitavam de lenha como combustível, como foi o caso da usina, hoje desativada, que existiu naquela cidade.

Ictiofauna. Já foram identificadas 52 espécies de peixes nativos na Bacia do São Francisco. Entre as espécies nativas mais importantes existentes nos rios e lagoas naturais da bacia destacam-se as migradoras, como o curimatã-pacu, o dourado, o surubim, o matrinxã, o mandi-amarelo, o mandi-açu, o pirá e o piau-verdadeiro, e as sedentárias, como o pacamão, o piau-branco, a traíra, as corvinas, a piranha-vermelha e a piranha-preta.

Além desses, diversas espécies provenientes de outras bacias, ou mesmo espécies exóticas, foram introduzidas na bacia, quando do povoamento dos seus reservatórios e açudes. Entre elas encontram-se o tucunaré, introduzido nos reservatórios de Três Marias e Itaparica na década de 80 do século XX, a pescada do Piauí, introduzida em Sobradinho no final da década de 70 do mesmo século e, posteriormente, também em Itaparica. Há espécies introduzidas a partir de experimento de cultivo, como a carpa, a tilápia, o tambaqui, o pacu-caranha, o apaiari e o bagre-africano.

O ambientalista Apolo Lisboa, coordenador do Projeto Manuelzão, que visa a recuperação socioambiental da bacia do rio das Velhas, em contato com a equipe da Expedição em Pirapora, alertou-nos para a importância da ictiofauna como indicador do estado de conservação do meio ambiente no rio. Uma avaliação da situação observada durante a Expedição redundará, ainda que resguardadas as grandes diferenças existentes entre os diversos trechos do rio no que diz respeito

à ictiofauna, num resultado extremamente negativo no São Francisco como um todo.

O lançamento de esgotos domésticos e industriais no rio, os despejos de garimpos, mineradoras e indústrias, o uso intensivo de fertilizantes e defensivos agrícolas, a irrigação, o assoreamento, a pesca predatória e a existência das barragens das usinas hidrelétricas, que provocam desvio do leito dos rios, redução da vazão, alteração da época das enchentes e a transformação de rios em lagos, são causas marcantes de um estado de quase esgotamento do São Francisco no que diz respeito à vida aquática.

Já estávamos no décimo primeiro dia de viagem e os pescadores amadores que compunham a equipe, especialmente Luiz Eduardo Corrêa, relatavam a dificuldade de se encontrar peixe no grande trecho que tínhamos percorrido. No Médio São Francisco, especialmente acima de Barra, antes portanto de se atingir o lago de Sobradinho, a redução da quantidade de peixes atingiu níveis verdadeiramente assustadores. Uma denúncia seriíssima trazida pelo armador da barca Luminar, Lúcio Barreto, é de que os grandes fazendeiros do trecho mineiro estariam criminosamente fechando as lagoas naturais de peixes presentes nas suas terras, impedindo a sua comunicação com o rio. Os peixes nascidos nas lagoas ficariam assim isolados, acabando por morrer no criatório natural, sem conseguir atingir o leito do rio. Ainda conforme Lúcio, essa ação seria menos verificada no trecho baiano, composto de terras mais baixas, onde não há como se impedir a vazão das águas das lagoas.

Outra denúncia, a nós trazida por Alfredo Sampaio, secretário do Meio Ambiente do município de Gentio do Ouro, é que as lagoas da região – Ipueira, Mangue Fundo e Itaparica – têm sido ameaçadas pelo tráfego constante de embarcações. Segundo ele, essas embarcações acabam por paulatinamente alargar os canais de comunicação das lagoas com o rio, facilitando o vazamento da água e a conseqüente perda do criatório natural de peixes.

O assoreamento, ao facilitar a evaporação da água, também contribui de maneira significativa para a redução da ictiofauna. E até mesmo a retirada de troncos do fundo do rio foi apontada como fator de ameaça à vida aquática. Segundo Luiz Carlos Castilho de Almeida, morador de Januária, os troncos caídos no fundo do rio, retirados pelos pescadores para facilitar a passagem das redes de pesca, constituem abrigos para os peixes (“a casa do peixe”) e barreiras contra o deslizamento das areias.

Há que se registrar, por fim, algumas situações encontradas ao longo do rio, em relação à ictiofauna. Na região de Matias Cardoso, quando por lá passamos, relataram-nos que havia sido pescado alguns dias antes um surubim de 51 quilogramas. O cinegrafista Geraldo Moreira Sobrinho pescou com relativa facilidade piranhas no lago de Sobradinho. Na região de Petrolina, segundo este pesquisador foi informado pelo gerente do Museu do Sertão, Félix dos Anjos, pescador amador, tem sido possível se pescarem piaus de até seis quilogramas de peso. Durante a nossa visita às instalações da antiga Usina de Angiquinho, em Delmiro Gouveia, foi-nos mostrado, pelo vigia local, um peixe chamado fidalgo, desconhecido de Ricardo Luiz de Castro, membro da equipe ligado à atividade pesqueira. Tudo indica, segundo esse, tratar-se de peixe criado em laboratório. Em Entremontes, localidade do município de Piranhas, foi pescado, no dia da nossa visita, com arpão, um xira de cerca de sete quilogramas.

Esgotos e lixo urbano. Um dado alarmante é o de que a quase totalidade das cidades ribeirinhas dos trechos do rio percorridos pela Expedição despejam os seus esgotos domésticos diretamente no São Francisco. Seja por via de tubulações subterrâneas, seja através daquelas que passamos a conhecer como “lagoas de esgoto”, seja, enfim, deixando correr para o rio, a céu aberto, os dejetos

domésticos, os núcleos urbanos ribeirinhos fazem do São Francisco o depósito do seu esgoto.³⁰

Em Manga, cidade que polui consideravelmente o seu trecho de rio, e na vizinha Carinhanha encontramos lagoas de esgoto instaladas na região central da cidade. Essas lagoas recebem diretamente o esgoto doméstico, armazenando-o ali na época seca. Quando as chuvas vêm e o rio se enche de novo, o conteúdo das lagoas é liberado nas águas fluviais. Parece haver mesmo um sistema mecânico de controle desse fluxo.

Cidades como Porto Real do Colégio e Propriá, dentre inúmeras outras, canalizam o seu esgoto diretamente para o rio, fazendo da zona portuária fronteira área de alta poluição das águas.

Na cidade de Pão de Açúcar, que tem possivelmente o cais mais poluído de todos nos quais aportamos, o esgoto flui livremente ao longo dos meios-fios, para ser despejado diretamente no rio. Daí ser característico da cidade um forte e constante mau cheiro nas ruas. Na zona portuária há fezes humanas e animais, lixo orgânico e inorgânico, pessoas lavando cachorros e roupas no mesmo local e grandes lagoas de água apodrecida. Há que se consignar, em contrapartida, informação prestada por Cícero Almeida, advogado e nosso guia na cidade, de que Pão de Açúcar é um dos poucos municípios alagoanos que têm usina própria de tratamento de lixo.

Também a área do lixo urbano apresenta, ao longo do São Francisco, situação das mais preocupantes. Cidades como Buritizeiro, São Romão, Manga, Carinhanha, e certamente muitas outras, depositam lixões urbanos nas margens do rio, deixando o material orgânico e inorgânico fluir livremente para as águas.

³⁰ Evidentemente, essa não é uma situação checada caso a caso em todas as cidades, vilas e povoados por que passamos. A cidade de Itacarambi parece constituir uma exceção isolada neste quadro, por utilizar sistema de fossas, sem comunicação com o rio. Na cidade de Piranhas foi mencionada vagamente a existência de uma “fossa de retenção” dos dejetos, informação não confirmada. Salvo engano, não tivemos notícia de nenhuma estação de tratamento de esgoto ao longo do rio.

Em Carinhanha o lixão fica logo abaixo do reservatório de água da COPASA. A margem do trecho de rio de Buritizeiro é especialmente poluída pela intensa favelização ali existente. Galinhas e porcos são criados na margem do rio. As fossas domésticas ficam logo abaixo da área de criação, permitindo o lançamento de dejetos diretamente nas águas.

Na cidade de Januária, como não há sistema de escoamento das águas pluviais, quando chove todo o lixo é levado pela enxurrada até o rio.

Em Juazeiro este pesquisador registrou a existência de verdadeiros campos de lixo, localizados na estrada para Sobradinho. Ali, dos dois lados da estrada, podem-se ver, numa vasta superfície, sacolas plásticas cheias de lixo agarradas nos arbustos ou largadas no chão. Tudo indica ser esse o espaço que a prefeitura local utiliza para expulsão do lixo. Parece que o mau cheiro é tal que chega até a ilha do Rodeadouro, ponto turístico da cidade. Não foi registrada poluição do rio por esse lixão, que está distante dele.

Há que se lembrar ainda que o rio recebe um dos seus mais altos índices de poluição das águas do rio das Velhas, pelas quais desce o esgoto produzido em Belo Horizonte e na região metropolitana, onde estão as maiores cidades da Bacia do São Francisco.

Irrigação. A utilização indiscriminada das águas do São Francisco e dos seus afluentes para a irrigação agrícola é outro fator de diminuição do seu volume. Há mesmo casos de exaustão total das águas, como o registrado por este pesquisador, por sugestão do prefeito de Sobradinho, Luiz Berti, no rio Salitre. Esse rio, que divide os municípios de Sobradinho e Juazeiro, e na época da nossa visita encontrava-se totalmente seco, foi objeto de diversos projetos de irrigação, especialmente nas suas cabeceiras, que provocaram, segundo o prefeito, a situação atual.

Registre-se ainda que a utilização descontrolada da irrigação agrícola também contribui para a poluição do rio, devolvendo para o seu leito o excesso de água aplicada, que arrasta consigo resíduos de fertilizantes, de defensivos, de herbicidas e de outros elementos tóxicos.

Em razão do cronograma, das prioridades da Expedição e dos próprios trechos de rio percorridos, não se chegou a registrar poluição causada pela atividade industrial.

USINAS HIDRELÉTRICAS

Pode-se dizer que a história do parque hidrelétrico brasileiro inicia-se em 1859, quando o imperador Dom Pedro II, em visita à cachoeira de Paulo Afonso, ordena a realização de estudos sobre o seu potencial de geração de energia elétrica. Em 1913 o industrial alagoano Delmiro Gouveia inaugura a primeira usina hidrelétrica do Nordeste, a Usina de Angiquinho, abordada no capítulo *Patrimônio Histórico e Artístico* deste relatório.

A criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF – e o início da construção da Usina Paulo Afonso I são viabilizados pelo então presidente da República Getúlio Vargas em 1950. A inauguração da Paulo Afonso I, com capacidade inicial de 184 megawatts, é de 1955. Logo a energia elétrica por ela produzida começa a chegar às capitais nordestinas. Um dado curioso é que ainda no final da década de 50 do século XX as estruturas das linhas de transmissão eram feitas de madeira. Nas duas décadas subseqüentes são colocadas em funcionamento as usinas de Paulo Afonso II e III, passando o conjunto das três a constituir o maior complexo energético do país, responsável, durante cerca de 30 anos, pela quase totalidade do fornecimento de energia elétrica para a região Nordeste. As três usinas foram instaladas em cavernas independentes, aproveitando-se o desnível natural criado pela cachoeira de Paulo Afonso.

A usina Paulo Afonso IV foi construída na margem do *canyon* do São Francisco, aproveitando as excepcionais condições topográficas da área para a geração de energia, a possibilidade de captação de água no reservatório da usina Apolonio Sales e a garantia de vazão proporcionada pela represa de Sobradinho. A nova usina entra em funcionamento em 1979. A casa de máquinas da Paulo Afonso IV foi instalada numa caverna de 210 metros de extensão, 24 de largura e 55 de profundidade, representando expressiva obra de engenharia na área de usinas subterrâneas.

Durante a nossa estada na cidade de Paulo Afonso, conhecemos a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso I. Tivemos informações, não confirmadas, de que a falta de chuva deixou temporariamente paralisado o funcionamento das usinas Paulo Afonso I, II e III e Apolonio Sales. Somente a Paulo Afonso IV estaria funcionando na época.

Na Paulo Afonso I uma placa de bronze faz alusão à visita de Dom Pedro II à antiga cachoeira de Paulo Afonso, em 1859. A colocação da placa, por iniciativa do governo provincial da época, data de dez anos mais tarde.

O início do funcionamento da barragem de Sobradinho, também ocorrido em 1979, possibilitou o controle do curso do rio e do fornecimento de água para as usinas abaixo dela. A represa garantiu uma vazão mínima de 2.060 metros cúbicos por segundo, correspondentes a 74% da média anual do rio São Francisco no seu trecho em Sobradinho. A eclusa de navegação passou a permitir a ultrapassagem do rio num trecho de desnível máximo de 32,5 metros. O lago gerado pela barragem tem 320 quilômetros de extensão e 4.214 quilômetros quadrados de espelho d'água. As seis unidades geradoras da configuração final da usina garantem uma potência instalada de 1.050 megawatts.

Durante a viagem a equipe da Expedição visitou as instalações da Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Foi observada uma das unidades geradoras, ou turbinas, em funcionamento. Em razão da falta de chuva, apenas três das seis unidades geradoras estavam funcionando; um dado revelador da situação é o de que o lago, com cota nominal de 392,5 metros, tinha na época cota de apenas 382 metros. O volume útil de água da represa estava em seis por cento.

O enchimento da represa da usina de Xingó ocorre em 1994. A usina tem hoje seis unidades geradoras, que proporcionam uma potência instalada de 3.000 megawatts.

O reservatório da usina de Moxotó, hoje chamada Apolonio Sales, em homenagem ao idealizador da CHESF, foi construído para possibilitar, em caráter permanente, a regularização da vazão do rio. A usina foi equipada com quatro unidades geradoras, que totalizam uma potência instalada de 440 megawatts.

A Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, originalmente denominada Itaparica, foi implantada 50 quilômetros a montante de Paulo Afonso, vizinha à cachoeira de Itaparica. A geração de energia pela usina iniciou-se em 1988. Hoje as seis unidades geradoras totalizam uma potência instalada de 1.500 megawatts.

Todo esse complexo hidrelétrico é controlado pela CHESF, sociedade de economia mista que tem como acionista majoritário o governo federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS.

CIDADES ALAGADAS

A construção da represa de Sobradinho e o conseqüente alagamento da vasta área hoje ocupada pelo lago artificial levou ao desaparecimento de cinco núcleos urbanos baianos de porte médio e à transferência dos seus moradores para novas sedes, construídas nas margens do reservatório. Em 1974 foram inundadas as antigas cidades de Casa Nova, Pilão Arcado, Remando e Sento Sé e o antigo distrito de Sobradinho, então pertencente ao município de Juazeiro.

Segundo informação prestada na Usina Hidrelétrica de Sobradinho por engenheiro da CHESF, que preferiu não ser identificado, 12 mil famílias, ou cerca de 70 mil pessoas, foram deslocadas em razão do alagamento.

Com a significativa redução do nível da água represada no lago, conseqüência direta da falta de chuvas na região, um fenômeno inesperado passou a ocorrer: as ruínas das cidades alagadas estão reaparecendo. O fato permitiu que parte da equipe da Expedição visitasse dois desses conjuntos de ruínas.

O primeiro conjunto é formado pelo que sobrou da antiga Pilão Arcado. Na realidade a cidade antiga nunca chegou a ser completamente inundada, tendo sobrado algumas edificações, onde permaneceram cerca de 30 moradores. Como este pesquisador não teve oportunidade de conhecer o local, a descrição foi obtida com a jornalista Denise Menezes, que visitou a povoação. As edificações existentes constam das ruínas da antiga Igreja de Santo Antônio, onde existe inscrição da data de 1873, de ruínas de duas casas, um curral e um muro de contenção. Um calçamento antigo foi arrancado. Os moradores relataram não terem se adaptado à cidade nova, preferindo permanecer ali, em condições de vida bastante precárias. Sobrevivem graças à reduzida lavoura de subsistência, com cultivos de mandioca e feijão, à pesca e à criação de porcos, bodes e cabritos.

A antiga cidade de Pilão Arcado teve origem remota, ocorrida no final do século XVII, quando foi fundado o arraial, por ordem do vice-rei Dom João de Lencastre, com a finalidade de combater os índios mocoazes e acoroazes, que ameaçavam as fazendas de gado da região. Em 1938 tornou-se município. A cidade nova, que não conhecemos, está a 62 quilômetros do núcleo urbano alagado e foi planejada e construída pelo governo federal.

O segundo conjunto de ruínas visitado foi a cidade antiga de Remanso, que este pesquisador conheceu durante uma das paradas da barca Nina. As ruínas incluem o altar da antiga igreja, que tem uma parte ainda ereta, com cerca de 1,7 metro de altura, restos de paredes dessa igreja e de algumas casas. Os vestígios das ruas da cidade ainda podem ser facilmente vistos na área. Troncos secos das árvores que ornavam o que deve ter sido a rua principal da cidade se alinham próximos à margem do lago. Ao lado das ruínas instalaram-se algumas biroschas que vendem bebidas e salgados. No cais fronteiro há uma bomba que retira água do São Francisco, que é levada por tubos grossos até a cidade nova, que está a cerca de sete quilômetros das ruínas.

A cidade alagada nasceu no final do século XVIII, de uma fazenda onde se abrigavam fugitivos de lutas políticas travadas em Pilão Arcado. O arraial foi instalado na margem esquerda do São Francisco, num local onde um grande remanso formava um porto seguro de atracação. Em 1857 o povoado tornou-se município.

A cidade nova nos pareceu, nas duas horas que passamos lá, absolutamente desinteressante do ponto de vista cultural ou turístico. A praça onde se localizam a prefeitura e a câmara municipal é bem arborizada, mas o resto da cidade constitui um espaço urbano árido, com poucas e pequenas árvores, casas comerciais, um posto de gasolina, uma feira, uma torre de TV e um trevo central. A igreja, moderna, está suja e decadente. O calor é insuportável. Entrevistamos um antigo

morador da cidade alagada, que não forneceu informações ou impressões dignas de registro. Na volta à cidade antiga, pegamos a mesma caminhonete que nos levara à nova Remanso, cruzando uma vasta área plana que naquela época do ano se encontrava seca, mas que é freqüentemente coberta pelas águas do rio.

A história de Sobradinho é atípica. No antigo distrito, localizado a 46 quilômetros da sede do município de Juazeiro, ao qual pertencia, iniciaram-se as obras de construção da Barragem de Sobradinho. Logo a povoação tornou-se um grande núcleo urbano, habitado pelos trabalhadores que edificavam a barragem. Segundo José Campos Fonseca, diretor da biblioteca pública de Sobradinho, o projeto da CHESF era, depois de concluída a construção, organizar a retirada dos trabalhadores e destruir o núcleo urbano formado. No entanto, houve forte resistência dos moradores, que se recusaram a deixar o local, que assim acabou por se tornar uma cidade permanente.

Sobradinho foi rapidamente visitada pela equipe e representou, também, a base para a exploração dos sítios arqueológicos de São Gonçalo da Serra, localidade pertencente ao município.

Também a represa de Itaparica, construída para abastecer a Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga, provocou grande deslocamento populacional. Segundo dados da CHESF, cerca de 50 mil moradores foram retirados das áreas inundadas, localizadas em municípios baianos e pernambucanos, e reassentados em novas cidades e em projetos de irrigação. Não chegamos a conhecer, durante a Expedição, nenhuma das novas cidades relacionadas com essa represa.

A destruição de núcleos urbanos e o deslocamento de seus moradores para áreas novas, provocados pela construção de represas para as usinas hidrelétricas, têm sido muito discutidos na atualidade. O processo de transferência dos núcleos urbanos envolve aspectos socioculturais complexos, relacionados com a fixação do ser humano ao seu local de origem e com o vazio de identidade que marca as

idades novas. O habitante dessas novas áreas, ainda que leve para a cidade moderna os seus bens materiais, deixa para trás um universo de referências urbanas, históricas e culturais, que só faziam sentido no espaço físico que foi alagado. A resistência de antigos moradores em deixar a cidade que será alagada, a formação de comunidades espontâneas como a de Sobradinho, a legitimidade da destruição de núcleos urbanos com um passado secular e os mecanismos de reassentamento dos habitantes são questões centrais colocadas pela construção de lagos artificiais para a geração de energia elétrica.

EMBARCAÇÕES E NAVEGAÇÃO

Um dos pontos mais fortes de atração para quem viaja pelo rio são, naturalmente, as embarcações que nele trafegam. Neste capítulo serão abordadas algumas das características dos veículos utilizados no passado e das embarcações contemporâneas, bem como as condições atuais de navegabilidade do Médio e do Baixo São Francisco.

Embarcações antigas

No passado elas foram profusas no Médio e Baixo São Francisco e consistiam principalmente de canoas, feitas do tronco de grandes árvores escavadas com o auxílio do fogo e de enxós; paquetes, que constituíam duas metades de uma canoa com a largura aumentada pela inserção de tábuas; ajoujos, ou duas canoas presas lado a lado; barcas, que eram as embarcações de baixo calado, consideravelmente maiores do que a canoa e o ajoujo, impulsionadas por varejões ou vela; canoas-de-tolda, ou simplesmente toldas, armadas com duas velas triangulares ou quadrilaterais; e os famosos vapores, embarcações de grande porte utilizadas para o transporte de passageiros e carga, movidas a vapor.

Onde foi possível, a equipe da Expedição pesquisou os antigos vapores que trafegaram pelo rio entre 1867 e as últimas décadas do século XX. Em Januária foi entrevistado Paulo Henrique Alves de Barros, 51 anos, filho de barranqueiros. Ainda que surpreendentemente nunca tenha viajado num vapor, Paulo Henrique acompanhou a passagem de vários deles pelo porto de Januária na sua infância e mocidade, e relata com riqueza de detalhes muito do que viu. Uma lista dos vapores que conheceu foi por ele fornecida à equipe. Ele os divide pelo tamanho, tendo sido os maiores o Engenheiro Halfeld, com três pavimentos, o Barão de Cotegipe, o São Francisco, o Wenceslau Braz e o Benjamim Guimarães, ainda hoje preservado no cais de Pirapora e objeto de pesquisa pela Expedição; os médios o São Salvador, também ancorado no cais de Pirapora, o Antônio

Nascimento, o Otávio Carneiro, o Cordeiro de Miranda e o Djalma Dutra; e os pequenos o Siqueira Campos, o Afonso Arinos, o Bahia, o Baependi, o Fernandes da Cunha e o Saldanha Marinho, hoje transformado em restaurante popular em Juazeiro e registrado pela Expedição.

Um detalhe interessante fornecido por Paulo Henrique é sobre os apitos dos vapores. Cada uma das embarcações tinha o seu apito característico, que anunciava a sua chegada e a identificava nos portos ribeirinhos, provocando grande movimentação da população local. O entrevistado ressaltou ainda um fato notado pela equipe: a sua cidade, Januária, não tem atracadouro.

Na chegada a Manga, ainda no cais, tivemos a grata surpresa de encontrar à nossa espera um ex-piloto de vários vapores, Bartolomeu Nunes Borges, hoje residente em Pirapora. Ele trabalhou nos vapores de 1953 a 2000, tendo sido funcionário da antiga Navegação Mineira do Rio São Francisco e da FRANAVE. Atuou como moço de convés, marinheiro, prático, piloto e comandante, tendo circulado principalmente pelo trecho Pirapora – Juazeiro e pelos afluentes, como o Grande, o Carinhanha, o Corrente e o Paracatu.

Como pilotou o Engenheiro Halfeld durante seis meses, Bartolomeu pôde fornecer-nos alguns detalhes do vapor. Segundo ele, a embarcação transportava mercadorias e passageiros, em número máximo de 300, divididos em três classes. O total da carga transportada podia chegar a 100 toneladas.

Muitas das embarcações antigas eram ornadas na sua proa com as extraordinárias carrancas, figuras antropomórficas ou zoomórficas destinadas a espantar os maus espíritos e as dificuldades no rio ou simplesmente a decorar o veículo.

Embarcações contemporâneas

Na atualidade a navegação no São Francisco sofreu drástica redução. Produziram esse fato a prioridade governamental dada à indústria automobilística e ao transporte rodoviário a partir da década de 50 do século XX, a construção dos grandes lagos artificiais e das usinas hidrelétricas, que trouxe consigo sensível diminuição do volume de água navegável, e o assoreamento, que tornou críticas as condições de navegabilidade em muitos dos trechos do rio. Ainda assim, permanecem navegáveis 1.520 quilômetros do curso do rio, representados pelos trechos de Pirapora a Juazeiro/Petrolina e de Piranhas à foz. Os principais portos na atualidade são, segundo informações da CODEVASF, Pirapora, Itacarambi, Ibotirama, Juazeiro e Petrolina.

Hoje trafegam pelo rio canoas, barcos, barcas, lanchas, balsas, chatas e empurradores. Os pequenos barcos a motor recebem nomes pitorescos como fofa-barranco, devido ao fato de atracarem em qualquer ponto das barrancas da margem, ou quebra-resguardo, pelo alto ruído que fazem. Os empurradores são embarcações de porte médio e grande potência utilizadas para rebocar as chatas no Médio São Francisco. Um empurrador como o Santa Catarina, várias vezes visto durante a travessia desse trecho, pode rebocar até 10 chatas, com um peso máximo de duas mil toneladas.³¹

Durante a viagem este pesquisador observou relativo aumento do número de embarcações a partir de Carinhanha, segunda cidade baiana a jusante do rio. Entre essa cidade e Barra, na foz do rio Grande, há certo tráfego fluvial, mais intenso do que o escasso movimento de embarcações observado no trecho mineiro. No trecho navegável do Baixo São Francisco vêem-se ainda grande número de embarcações, salientando-se que são em geral de menor porte que as que percorrem o Médio São Francisco. Entre Piranhas e a foz são muito comuns as canoas e os pequenos barcos a vela ou a motor.

³¹ O empurrador Santa Catarina possui na sua proa uma carranca bastante semelhante a uma das que foram reproduzidas por Paulo Pardal na sua obra sobre as carrancas. É possível que se trate de figura de autoria ou inspirada no trabalho do grande carranqueiro Francisco Guarany, cujas obras foram referência no vale do São Francisco na primeira metade do século XX. Paulo Pardal, *Carrancas do São Francisco*, p. 117, figura 104.

É, sem dúvida, interessante reportar as características das embarcações utilizadas durante a viagem. A barca Luminar, que nos levou de Pirapora a Barra, é movida por um motor a óleo diesel e possui um gerador, também a óleo diesel, que fornece a energia elétrica utilizada no interior da embarcação. A barca tem 21 metros de comprimento e cinco de largura, podendo transportar até sete toneladas, ou 25 pessoas. O seu casco foi construído há mais de 40 anos.

Originalmente a embarcação destinava-se a transportar médicos e dentistas adventistas que prestavam assistência médico-odontológica às comunidades ribeirinhas. Hoje é utilizada em excursões turísticas e de trabalho. Talvez em razão da sua função inicial, a barca é dotada de estrutura interna razoavelmente confortável e segura, dispo de cinco camarotes, com um total de vinte leitos, dois banheiros com água quente, duas duchas frias, cozinha bem equipada e boa alimentação.

Segundo explicação do proprietário da Luminar, Lúcio Barreto, avalizada por Luiz Eduardo Corrêa, coordenador da Expedição no trecho do Médio São Francisco, os dejetos e resíduos orgânicos são livremente lançados no rio, pois constituem alimento para peixes como o curimatã e o matrinxã, vulgarmente conhecido como “bosteira”, de sabor apreciado na região. A água é coletada no rio, por meio de bombas, e filtrada antes da utilização para banho, preparo de alimentos e ingestão direta. A coleta é feita no meio do rio, com a embarcação em movimento, evitando-se os portos ou pontos próximos das margens.

A tripulação da barca Luminar durante a nossa viagem era composta por seis homens.

A barca Nina, que transportou a equipe pelo lago de Sobradinho, possui também motor e gerador de energia elétrica movidos a óleo diesel, tendo sido construída há 31 anos. As dimensões são de 31 metros de comprimento por 6,4 de largura.

Tem capacidade para carregar 17,4 toneladas, tendo a embarcação transportado a *pickup* da Terra Nossa no trajeto. Dotada de dois pavimentos, a forte e grande embarcação é utilizada principalmente como bar e restaurante turístico. O armador é Luiz Raimundo Pereira. A tripulação durante a Expedição compunha-se de sete pessoas.

A alimentação na barca Nina durante a viagem era razoável, mas as condições de pernoite e higiene diminuíram sensivelmente em qualidade, se comparadas com as da barca Luminar. Como não tem camarotes, dormíamos em colchões ou *sleeping bags* no chão da embarcação e utilizávamos barracas de *camping* para a guarda de objetos pessoais. A barca tem somente dois banheiros, e apenas um deles com chuveiro. Foi improvisada uma ducha fria no convés. Alguns problemas mecânicos na barca ocorreram durante a viagem.

As barcas Cédila Denize e Oriente, que nos transportaram de Piranhas até a foz do rio, têm estruturas de casco bastante semelhantes, com algumas diferenças no acabamento interno. A Cédila Denize, como as anteriores, tem motor e gerador movidos a óleo diesel; a Oriente, por seu turno, é movida por motor a diesel, mas não dispõe de gerador de energia elétrica, sendo a iluminação provida por uma bateria de caminhão. Em razão dessa peculiaridade, o grupo que viajou na barca Oriente deixou de ouvir o ruído diurno constante produzido pelo gerador, que era um incômodo nas outras embarcações. Ambas as embarcações têm 20 metros de comprimento e 3,2 de largura e podem transportar até 100 passageiros. A tripulação total de ambas somava seis pessoas. O proprietário da Cédila Denize é José Luiz Néri Calazans e o da Oriente é conhecido como “Geninho”.

As condições de viagem nas duas embarcações foram bastante precárias, se comparadas com as anteriores. A alimentação preparada na barca Cédila Denize caiu bastante em qualidade e sabor se comparada com as refeições servidas nas outras embarcações. A maioria das pessoas passava a noite em redes no interior das barcas, já que os conveses, cobertos apenas com lonas, não ofereciam

espaço e conforto para a pernoite. Algumas pessoas, incluindo-se este pesquisador, passaram todas as noites desta etapa da viagem a céu aberto, nas ilhas e coroas arenosas das margens do rio, abrigadas em *sleeping bags*. Nenhuma das duas barcas dispõe de chuveiro, pelo que na última etapa da viagem acostumamo-nos aos banhos diários no rio. Como as condições de higiene nos banheiros tampouco eram muito adequadas, algumas pessoas utilizavam o solo das ilhas e coroas onde as barcas aportavam para as necessidades fisiológicas, tendo sempre o cuidado de procurar locais distantes das margens, enterrar os dejetos e queimar o papel higiênico utilizado.

Navegabilidade atual

O assoreamento, seja temporário, causado pela falta de chuva, seja permanente, provocado pela diminuição do volume e da vazão de água em razão da construção das barragens e da degradação ambiental, é o fator decisivo quando se fala em navegação pelo São Francisco.

Ao contrário do que tem sido propalado, de maneira um pouco sensacionalista, pela mídia nacional, ainda é possível navegar pelo rio em embarcações de médio e grande porte nos trechos acima citados, de Pirapora a Juazeiro/Petrolina e de Piranhas à foz. Sem embargo, as embarcações que passam pelos trechos assoreados são sempre as de menor calado e os seus pilotos têm que ser exímios. Segundo informações da tripulação da barca Luminar, ela consegue passar por águas que têm apenas 80 centímetros de profundidade, desde que o piloto tenha atenção redobrada no trecho. Para tanto, utilizam-se de diversas referências, tais como o borbulhar da água, que pode indicar a existência de um banco de areia abaixo, e as árvores nas margens do rio, que ajudam o piloto a memorizar a posição dos trechos assoreados. Um dos pilotos da Luminar conseguia estimar a profundidade do rio num certo trecho a partir da altura da coluna de água em relação a um tronco semi-submerso, de cuja posição se lembrava. No lago de Sobradinho o seu Pedro, piloto experiente de 71 anos de

idade e 50 de trabalho no rio, era capaz de identificar o seu leito original, oculto pelas águas da represa. E é de se referir que muitas vezes a barca Nina era por ele dirigida para pontos próximos das margens, e não, como o leigo esperaria, para o meio do lago.

Ainda assim os encalhes são freqüentes. A barca Nina encalhou no lago de Sobradinho a cerca de um quilômetro a jusante da antiga vila de Pilão Arcado, situação que nos tomou mais de um dia de viagem. A aferição da profundidade, feita com um pau denominado “varejão”, indicou que estávamos com apenas 80 centímetros de coluna de água por baixo da embarcação.

Um dos tripulantes da barca Luminar relatou que em junho de 2001 a embarcação em que trabalhava ficou 18 dias encalhada num banco de areia nas vizinhanças da localidade de Meleiro, que indicou estar a 36 quilômetros da cidade de Morpará. Outro caso, relatado na barca Nina, foi o do seu encalhe durante três dias do ano de 1994, quando estava transportando 160 garrotes para Juazeiro. A falta de chuva fazia com o que o rio secasse paulatinamente, o que aumentou o problema. Vinte e dois garrotes morreram pressionados pela movimentação do gado na embarcação parada.

No Médio São Francisco há muitos sinais de tráfego instalados em grandes placas nas margens do rio, indicando os melhores pontos de passagem das embarcações de maior porte. No entanto, a informação da tripulação da barca Luminar é de que no longo trecho de Pirapora a Ibotirama essa sinalização está desatualizada, não correspondendo mais à realidade do curso do rio. A jusante de Ibotirama a situação é um pouco melhor.

A sinalização indica inclusive a distância da foz do rio, o que se torna uma referência importante em viagens técnicas como a empreendida pela Expedição. Há que se referir, não obstante, observação importante feita por Lúcio Barreto, da barca Luminar, que nos chamou a atenção para o fato de que a variação do

volume de água interfere significativamente na distância percorrida pela embarcação. Quando as águas sobem, torna-se possível viajar longos trechos em linha reta, o que reduz a distância. Se as águas estão baixas, a viagem é feita em curvas, aumentando o percurso. Dados de Lúcio indicam que, quando as águas estão bem altas, a sua barca transpõe o trecho entre Pirapora e Manga em 1,5 dia de viagem. Quando o volume de água, pelo contrário, está muito baixo, este período aumenta para três dias.

ASPECTOS SOCIAIS

Durante a Expedição foram observados, em especial nos núcleos urbanos de pequeno porte, aspectos da realidade social das comunidades que vivem às margens do São Francisco. Ainda que o registro das condições sociais de vida no entorno do rio não esteja dentre os objetivos centrais do projeto, algumas das observações feitas por este pesquisador nesse campo merecem ser relatadas.

Cabe advertir que essas observações não tiveram caráter técnico ou sistemático, limitando-se ao registro livre de situações encontradas ao longo da viagem, a partir do contato com comunidades e agentes sociais. Dentre as situações registradas, destacaram-se, pela sua tipicidade no contexto da organização social do entorno do rio, as que são descritas abaixo.

É ainda importante registrar que a impressão de grande carência socioeconômica das comunidades ribeirinhas, observável por quem viaja pelo rio, é confirmada pelos dados estatísticos governamentais. Números do Programa Comunidade Solidária dão conta de que, de 465 municípios do vale do São Francisco, 436, ou 94%, apresentam índice de indigência mais alto do que a média nacional, que é de 24,4% famílias indigentes por município. A condição social do vale, sob esse ponto de vista, é alarmante, o que certamente se refletiu nas situações registradas pela equipe de pesquisa da Expedição.

Reserva indígena dos xacriabás – São João das Missões, MG

A reserva encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu. É constituída por 23 aldeias, onde vivem aproximadamente 6.800 indivíduos, numa área total de cerca de 46 mil hectares, localizada no município de São João das Missões. A área encontra-se demarcada, restando ainda por se concretizar a homologação das terras e a extrusão dos fazendeiros que invadiram a área, com pagamento de benfeitorias realizadas. As impressões que se seguem foram coletadas com Máisa Fürst Miranda, do IEPHA-MG, que visitou uma das comunidades xacriabás da área, durante viagem por terra da qual este pesquisador não participou.

Segundo a pesquisadora, a comunidade visitada vive em casas de pau-a-pique, em condições bastante precárias. A comunidade é formada por lavradores, que praticam a agricultura de subsistência, cultivando principalmente milho, feijão e mandioca, da qual fazem a farinha. Um dos principais problemas é o suprimento de água. Há uma barragem no local, mas o seu volume de água encontra-se atualmente muito baixo. Não há projetos de irrigação e os riachos estão secos.

O cacique xacriabá pode ter três esposas; o cacique Rodrigo, que recebeu a equipe visitante, tem duas, em aldeias diferentes. Periodicamente, de acordo com as condições do dia, da lua e do clima, a comunidade se reúne para tomar chá da planta conhecida como jurema-preta, que, segundo o cacique, provoca visões e chega até mesmo a produzir situações concretas.

Na opinião da pesquisadora, a comunidade indígena visitada encontra-se muito descaracterizada pelo contato com os brancos. Ela ressaltou o vestuário – calça jeans e blusa de malha – e a carência de informações, por parte do cacique, de aspectos culturais e lingüísticos do povo xacriabá.

Comunidade de Campinho – Serra do Ramalho, BA

A localidade de Campinho constitui um povoado pertencente ao município de Serra do Ramalho, na margem esquerda do rio, com mais de 100 casas, onde vivem cerca de 500 pessoas. Trata-se de povoação muito pobre, formada por trabalhadores rurais, a maioria deles residente em casas bastante simples, de pau-a-pique ou alvenaria. Há uma pequena capela e um posto telefônico. Segundo informações de Francisco Pinto Veras, agente comunitário local, a povoação pode ter se originado de antiga ocupação quilombola e foi porto de lenha para os vapores no passado.

A região possui várias vilas oriundas de assentamentos, instalados a partir da ação das organizações de trabalhadores rurais. Duas dessas agrovilas figuram como patrimônio natural nos registros da Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia.

Família nas proximidades de Pilão Arcado, BA

Enquanto aguardávamos reparos na barca Nina, ancorada na margem direita do rio, nas imediações da nova Pilão Arcado, entramos em contato com uma família de barranqueiros que vive no local. As suas condições de vida são, certamente, as mais pobres, rústicas e primitivas que encontramos durante a Expedição.

Onze pessoas, sendo um casal, seus oito filhos e a avó paterna, se espremem numa palhoça de pau-a-pique, coberta com lona plástica. A habitação tem apenas dois cômodos, o primeiro servindo de cozinha e o segundo de dormitório, numa exígua área total de cerca de nove metros quadrados. Todos dormem juntos no quarto, estendidos em lonas ou esteiras no chão. O filho mais novo, um bebê de dois meses de idade, dorme numa rede rústica presa no teto da palhoça. O teto improvisado de lona não impede a entrada de água de chuva na habitação. Nos longos meses de

calor, a família passa os dias do lado de fora da habitação, já que o interior fica insuportavelmente quente.

O transporte mais comum é a canoa, utilizada para travessia do rio até Pilão Arcado e para pesca.

O pai, José Honório Rodrigues dos Santos, 38 anos, faz trabalhos esporádicos nas lavouras locais. Além da escassa remuneração que consegue, a família sobrevive à custa da coleta de vegetais, pesca e plantio de subsistência, nos períodos de chuva. Relataram-nos que, com a escassez de peixe, têm sobrevivido comendo passarinhos caçados na mata de caatinga local. Todos são analfabetos. As crianças não freqüentam a escola; a mais próxima está em Pilão Arcado. Recentemente a família vendeu dois porcos de sua criação; com o dinheiro conseguido, José Honório pretende levar a mulher até Remanso, para ser submetida a ligadura de trompas.

Caboclo em São Gonçalo da Serra – Sobradinho, BA

Durante a visita aos sítios arqueológicos de São Gonçalo da Serra, localidade pertencente ao município de Sobradinho, fomos guiados pelo “seu Buia”, caboclo residente no povoado. Ele representa bem o tipo original do sertanejo brasileiro. Carrega a tiracolo um facão, veste-se com roupas rústicas e bota de boiadeiro e tem comportamento desconfiado e arreado. O corpo é espigado, magro e ágil, a pele negra e os traços faciais finos. Como vários descendentes de indígenas que encontramos durante a viagem, toma chá de jurema-preta, que, segundo ele, provoca visões e expulsa os maus espíritos. Esse caboclo, com o conhecimento que tem da região e o seu senso inato de guia, tem contribuído decisivamente na descoberta dos sítios arqueológicos locais.

Comunidade remanescente dos pancararés em Baixa do Chico – Raso da Catarina, Paulo Afonso, BA

Baixa do Chico, nome bastante sugestivo pela descrição topográfica que encerra, é uma pequena povoação situada no interior da Reserva Ecológica do Raso da Catarina. Ali vive uma comunidade remanescente dos índios pancararés, hoje caboclos habitantes da região árida e agreste do Raso. As condições de vida são bastante simples, mas os moradores nos pareceram saudáveis. Vivem em casas rústicas de pau-a-pique e recebem água de um poço artesiano, de onde uma bomba movida a óleo diesel puxa água para três caixas de distribuição. Dedicam-se a pequenas lavouras de milho e feijão e à criação de gado. Na povoação há uma pequena capela.

Casa de farinha em Juá – Paulo Afonso, BA

No retorno da visita ao Raso da Catarina, tivemos oportunidade de presenciar a organização coletiva do trabalho em uma unidade de produção de farinha de mandioca, localizada no povoado de Juá, pertencente ao município de Paulo Afonso.

A produção é feita a partir do trabalho coordenado de homens, mulheres e crianças no interior de uma casa de farinha. A mandioca é descascada por um grupo de trabalhadores reunidos em círculo, todos eles trabalhando com facas. A seguir é levada até a área interna da casa, onde passa por secagem, moagem e peneiração. O beneficiamento da mandioca, ao contrário de outras comunidades, onde ainda é manual, aqui é feito por um conjunto de máquinas, denominadas seca-farinha, moinho, chapa e peneira elétrica. Há um forno movido a carvão.

A mandioca natural e a beneficiada não são de propriedade dos trabalhadores, que produzem por contratação de fazendeiros locais.

Comunidade remanescente dos xocós na Ilha de São Pedro – Porto da Folha, SE

A nossa visita ao local, originalmente prevista para a avaliação do estado de conservação da Igreja de São Pedro, redundou também em rápido e instrutivo contato com a comunidade local.

Os moradores da ilha são remanescentes de uma tribo de índios xocós que a habitou no passado. Inicialmente pouco receptivos e desconfiados com a nossa presença na ilha, os moradores acabaram por se tranqüilizar e nos fornecer algumas informações sobre a sua situação. Bastante produtivos foram os contatos com o cacique João Batista dos Santos e o pajé Raimundo.

A construção da vila iniciou-se em 1969. Hoje a comunidade habita casas de alvenaria, adobe e pau-a-pique. As primeiras se distribuem numa espécie de largo central na vila, tendo a igreja no ponto principal.

No passado a sobrevivência era conseguida através da pesca, da caça e da produção de artesanato em cerâmica. Hoje a escassez de peixe e de animais silvestres tornaram duras as condições de vida na ilha. O cacique Batista refere que muito da manutenção das famílias é tirado das aposentadorias recebidas pelos moradores mais idosos, que com essa remuneração ajudam os demais moradores.

O vestuário e o estilo de vida cotidiano parece ter pouco a ver com o antigo povo indígena do qual os habitantes da ilha descendem. Mas o cacique Batista conserva uma indumentária típica, composta de cocar, tacape e alguns adereços, certamente utilizada na dança do toré, que parece

ser comum entre as comunidades indígenas ou remanescentes de indígenas do Baixo São Francisco.

No contato com o pajé Raimundo, este fez uma peroração em defesa do rio e contra o projeto de transposição do São Francisco.

Mutirão em Ponta Mofina – Penedo, AL

No trajeto entre Piaçabuçu e Penedo, no último dia de trabalho da Expedição, parte da equipe visitou o povoado de Ponta Mofina. Lá foi registrado o trabalho de construção de uma casa pelo sistema de mutirão. Dezenas de vizinhos do futuro morador trabalhavam na obra, ouvindo música e brincando muito, enquanto consumiam cachaça e camarão fornecidos pelo beneficiado. Estavam todos vestidos com roupas grossas, bonés, chapéus, botas e galochas.

O povoado tem porte médio, contando com uma capela, um posto de saúde e um posto do IBAMA. Os moradores vivem da pesca de camarão, vendido em Penedo, e do cultivo de arroz, mandioca e inhame.

Bairro de pescadores – Penedo, AL

O bairro Santo Antônio, em Penedo, é habitado somente por pescadores, que ali formam verdadeira colônia. As casas são simples, com belas fachadas coloridas, de estilo arquitetônico antigo. Não tivemos oportunidade de contatar nenhum dos moradores, mas recebemos informações que indicam tratar-se de um universo social específico dentro da cidade. A antiga Igreja Santo Antônio, que não foi visitada, localiza-se no bairro, separado por uma ponte da região central da cidade.

Pescadores em Piaçabuçu, AL

A pesca de camarão constitui uma das principais atividades econômicas neste município. Há mesmo referências à região do Pontal do Peba, povoado local, como “um dos maiores bancos de camarão do mundo”³², informação de conteúdo duvidoso.

³² Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar. *Mapeamento Cultural dos Municípios do Vale do Rio São Francisco no Estado de Alagoas*, p. 173.

Os pescadores de camarão utilizam especialmente o covão, artefato de pesca feito de esteiras armadas em paus e munidas de sapatas de chumbo. As suas canoas simples podem ser vistas no cais de Piaçabuçu.

A pesca do crustáceo é comum entre todo o trecho do Baixo São Francisco que vai de Piranhas à foz do rio. Do pitu, ou camarão de água doce, se faz a pituzada, prato muito apreciado na região.

O QUE FALTOU

Realizações da magnitude da Expedição Engenheiro Halfeld, cujo campo de pesquisa estendeu-se por dezenas de locais, ao longo de 2.300 quilômetros de rio, envolvendo a mobilização de grandes equipes de trabalho e de significativos recursos financeiros e materiais, inevitavelmente apresentarão, ao lado dos fecundos resultados positivos, uma ou outra lacuna.

Na relação que segue abaixo o autor do presente documento arrolou aqueles locais e temas que, na sua percepção pessoal, têm importância no contexto da Campanha São Francisco Patrimônio Mundial e que, não obstante, por razões variadas, não foram explorados durante a Expedição. Na grande maioria dos casos essas razões – escassez de tempo, problemas de acesso, cronograma, organização das equipes –, tendo em vista a amplitude da pesquisa realizada, justificam a omissão. Sem embargo, há que citar os pontos omitidos, inclusive para que possam, em fase posterior da Campanha, vir a ser explorados e documentados. A ordem em que esses locais e temas aparecem a seguir corresponde à seqüência da viagem.

Produção de cachaça - Januária, MG. O fabrico de aguardente de cana, realizado de forma semi-artesanal na área rural do município de Januária, constitui importante atividade econômica e forte referência cultural na região. Fomos informados de que as estradas vicinais que servem as fazendas de produção de cachaça na região são pavimentadas com o bagaço da cana-de-açúcar empregada no fabrico da bebida.

Malhada, BA. A primeira cidade baiana a jusante do rio, fronteira à divisa dos estados de Minas Gerais e Bahia, foi importante na fase da ocupação do Médio São Francisco pelos criadores de gado. O povoado formou-se a partir de antigo ponto de descanso e travessia de gado; daí o seu nome. Há algumas edificações de importância cultural citadas nos bancos de dados da Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia.

Locais em Paratinga, BA. Ainda que tenhamos explorado bastante a cidade durante a nossa visita, os representantes da prefeitura que nos receberam elencaram vários locais que foram omitidos na pesquisa. São eles: a gruta da Lapinha, onde há pinturas rupestres, e a gruta do São Francisco; as lagoas do Jacaré, do Jatobá, do Lago, da Ipueira, todas elas criatórios naturais de peixes; as veredas e os alagadiços; as águas termais existentes nos balneários do Paulista e de Brejos das Moças; a Roda de São Gonçalo, manifestação folclórica forte na cidade; cantores de coco, repentistas tradicionais da zona rural; as ilhas da Extrema, do Carrapato, do Cascalho. Segundo comentaram os representantes da prefeitura, o município tem características fortemente rurais, das quais não tomamos conhecimento por ter a visita se limitado à cidade. Quanto ao patrimônio histórico e artístico, garantiram que registramos praticamente tudo.

Lagoa de Itaparica, entre Barra e Xique-Xique, BA. Segundo informações de Sócrates Teixeira do Nascimento, de Barra, na área da Fazenda Coelho, onde estivemos para fotografar uma vereda, está localizada a maior lagoa do rio São Francisco, a Lagoa de Itaparica. Por falta de conhecimento prévio da equipe que visitou Xique-Xique a partir de Barra, esse importante bem natural não foi registrado.

Ilha do Gado Bravo, entre Barra e Xique-Xique, BA. Ainda segundo Sócrates, trata-se da maior ilha do rio São Francisco, localizada na sua margem direita.

Locais em Curaçá, BA. A visita à cidade transcorreu num curtíssimo espaço de tempo, durante a viagem terrestre entre Juazeiro e Paulo Afonso, o que a tornou pouco produtiva. Os representantes da prefeitura local, por não estarem previamente avisados da nossa chegada, não nos puderam atender a contento. Alguns pontos de importância foram registrados e estão descritos neste relatório, mas foram omitidos: os povoados da zona rural, onde há manifestações culturais e folclóricas de relevo, como a dança do toré, praticada pelos descendentes dos

Índios pambu; o sítio arqueológico de Poço Grande, com inscrições rupestres; a sede do importante Projeto Ararinha Azul, criado pelo Comitê Permanente para Recuperação da Ararinha Azul, instância do governo federal, sendo objetivos do Projeto em Curaçá o estudo da ave em estado selvagem, a conscientização da população local para a questão e a pesquisa do maracanã, pássaro de hábitos bastante semelhantes aos da ararinha.

Abaré, BA. A cidade possui bens histórico-arquitetônicos importantes, alguns deles citados no capítulo *Patrimônio Histórico e Artístico* deste relatório. Os bancos de dados da Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia listam seis edificações historicamente relevantes na cidade, afora o patrimônio natural. Com o escasso tempo de parada no local, não tivemos oportunidade de pesquisá-los, tendo os registros se limitado à presente anotação escrita e a algumas fotos.

Petrolina, PE. A produção local de frutas e legumes, realizada numa região árida e relativamente pouco próspera, constitui importante conquista da comunidade.

Petrolina, PE. Por problemas de organização, não chegamos a conhecer o Palácio Episcopal. Trata-se de importante edificação neoclássica, que ocupa lugar de destaque no roteiro *Patrimônio Histórico-Cultural Edificado em Petrolina*, organizado pela prefeitura da cidade.

Sítios arqueológicos - Petrolândia, PE. Na região há pelo menos dois sítios arqueológicos importantes, a Gruta do Padre e um outro, de nome em código, PE 10 – SFm. Ambos estão listados nos bancos de dados do IPHAN. Não há registro de arte rupestre.

Ninhal das Garças - Canindé do São Francisco, SE. Trata-se de área de importância ambiental, localizada às margens do lago Xingó.

Sítio Arqueológico do Vale dos Mestres - Piranhas, AL. O acesso a este sítio parece se dar a partir da área nova da cidade, localizada no bairro de Xingó.

Sítio Arqueológico do Girimum. Localizado na margem direita do rio, território sergipano, logo após a cidade alagoana de Piranhas.

Igreja de Jesus e Maria José - Pão de Açúcar, AL. Segundo catálogo organizado pela prefeitura do município, parte da construção e três imagens são bicentenárias. Localizada no povoado de Limoeiro, a igreja não pôde ser visitada pela equipe.

Mocambo. Trata-se de comunidade negra, provavelmente originária de ocupação quilombola, e sítio arqueológico. Não foi identificada a circunscrição estadual e municipal desta localidade.

Fazenda Jacobina - Belo Monte, AL. Segundo o catálogo da prefeitura de Pão de Açúcar, trata-se de sítio histórico com uma casa-grande, uma igreja e uma senzala, em estado precário de conservação.

Locais em Gararu, SE. A cidade e a região possuem locais de relevo, como a Igreja Bom Jesus dos Aflitos, que seria de 1910, o chamado Buraco de Maria Pereira, formação natural na margem do rio, a Serra da Melancia e o Sítio do Diogo, sítio arqueológico.

Igreja de Nossa Senhora do Ó - Traipu, AL. Segundo o catálogo da prefeitura municipal de Pão de Açúcar, esta edificação data de 1733 e possui importante acervo a ser documentado.

Pixaim - Piaçabuçu, AL. Trata-se de povoado cujos habitantes vivem em estado primitivo, não dispondo de energia elétrica, água encanada ou outros recursos urbanos. Não há acesso para veículos motorizados.

Vila de Santo Antônio - Penedo, AL. A vila forma verdadeira colônia exclusiva de pescadores e possui residências com fachadas antigas. Os moradores têm forte tradição cultural ligada à atividade pesqueira. Foi visitada rapidamente por este pesquisador.

Meio ambiente. Durante a viagem o trabalho de pesquisa e documentação ressentiu-se fortemente da ausência de uma equipe de ambientalistas com formação científica na área. Ainda que não tenham constituído o foco central das atividades da Expedição, as questões ambientais, como foi comentado no capítulo *Meio Ambiente* deste relatório, são relevantes em qualquer projeto voltado para o rio São Francisco e o seu entorno. A participação da geóloga Luciana Felício Pereira foi importante, mas esteve limitada aos cerca de seis dias que passou com a equipe. A contribuição de pessoas ligadas profissionalmente e por interesse pessoal às questões ambientais teria enriquecido sobremaneira os resultados finais da Expedição. Não obstante, é possível que as notas compiladas por este pesquisador, somadas às observações de Ricardo Luiz de Castro, cuja ligação com a atividade pesqueira certamente o aproxima do tema do meio ambiente, e aos relatórios dos demais participantes, possam contribuir parcialmente para suprir esta lacuna.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 4. ed. Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briguiet, 1954.

ACERVOS DO SÃO FRANCISCO. Catálogo compilado para a Expedição Engenheiro Halfeld.

ALMANAQUE ABRIL. Edição Brasil 2001. Editora Abril, 2001.

AS DENOMINAÇÕES urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Banco de dados Legislação Mineira*. <http://www.almg.gov.br>.

BARBOSA, Antônio. *Bom Jesus da Lapa: antes de Monsenhor Turíbio, no tempo de Monsenhor Turíbio, depois de Monsenhor Turíbio*. Rio de Janeiro: Jotanesi, 1995.

BARBOSA, Bartira Ferraz. *A colonização portuguesa no rio São Francisco – O Opara dos caetés*. Fundação Joaquim Nabuco. <http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/cehib/bartira>.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: O autor, 2001.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1977.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. *Xacriabá*. 2000. <http://www.cedefes.org.br>.

CHAGAS, Ivo das. *Eu sou o Cerrado*. Texto inédito.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. <http://www.codevasf.gov.br>

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *Geração de Energia. Conheça a História da Chesf*. <http://www.chesf.gov.br>.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979. 2 v.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO. DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão do São Francisco*. Petrolina.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Barra.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. *1º. Censo Cultural da Bahia*. <http://www.censocultural.ba.gov.br>.

GUIA BRASIL QUATRO RODAS. Editora Abril. 1999.

GUIA RODOVIÁRIO QUATRO RODAS. Editora Abril. 1999.

HALFELD, Fernando. *Relatório Concernente à Exploração do Rio de S. Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico*. In *Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio de S. Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico durante os anos de 1852 a 1854*. Rio de Janeiro.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1976, t. I, v. 1 e 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de dados Cidades e Vilas*. <http://www.ibge.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. <http://www.ibama.gov.br>.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Listagem dos Bens Tombados*. <http://www.iepha.mg.gov.br>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens Tombados. Sítios Urbanos. Sítios Arqueológicos*. <http://www.iphan.gov.br>.

KURIN, Richard. 'Imaterial, mas bem real'. In *O Correio da Unesco*, novembro de 2001, pp. 41-2.

MAPA do Estado da Bahia. São Paulo: Editora Trieste, 2000.

MAPA do Estado de Minas Gerais. Osasco: Geograf Didática Ltda., 2000.

MARTIN, Gabriela. *O homem do vale do São Francisco*. Texto inédito.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*. 1ª. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 9-113.

MÉRO, Ernani. *Templos, ordens e confrarias. História religiosa de Penedo*. Maceió: SERGASA, 1991.

MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. *O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, julho de 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <http://www.mma.gov.br>.

MULHERES do Candeal: impressões no barro / pesquisa de Marina de Mello e Souza e Ricardo Gomes Lima; texto de Ricardo Gomes Lima. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 1998.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. PETROBRÁS. CHESF. *O Projeto Arqueológico de Xingó e a Pré-História do Baixo São Francisco*. 2ª. ed. São Cristóvão, 2000.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. *No rastro de Conselheiro*. <http://www.infonet.com.br/canudos/roteiro>.

PARDAL, Paulo. *Carrancas do São Francisco*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1974.

Pernambuco.com. 24/11/2001. *Sobradinho está secando*. <http://www.pernambuco.com>.

PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior. Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. 3 t.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Guia Turístico Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 1998/99.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR. *Mapeamento Cultural dos Municípios do Vale do Rio São Francisco no Estado de Alagoas*. Alagoas: [s.e.], dezembro de 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA. <http://www.petrolina.pe.gov.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA. *Patrimônio Histórico-Cultural Edificado em Petrolina*. Petrolina: 1995.

RIBAS, Ricardo. 'Vila Risonha entre estórias e lendas'. In *Cariris*, julho de 2001, pp. 24-7.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Joaquim. *Folclore de Januária*. Belo Horizonte, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, t. 2.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco. Trechos de um diário de viagem*.

SANTOS, Márcio. *A construção histórica do sertão nos séculos XVII e XVIII*. Texto apresentado como comunicação no II Seminário Internacional Guimarães Rosa, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Agosto de 2001. Texto inédito.

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais. Introdução ao Estudo dos Caminhos do Ouro e do Diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SANTOS, Márcio. *Expedição Engenheiro Halfeld. Diário de viagem*. Textos transcritos a partir de gravações realizadas durante pesquisa de campo. Dezembro de 2001. Texto inédito.

SANTOS, Márcio. *Pré-projeto de pesquisa: A ocupação do vale do rio São Francisco nos séculos XVIII e XIX*. Texto apresentado no concurso para Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Setembro de 2001. Texto inédito.

SILVA, Brenno Álvares da. Domingos Diniz. Ivan Passos Bandeira da Mota. *Pirapora. Um Porto na História de Minas*.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil; 1817-1820*. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos. 2 v.

UNESCO World Heritage Centre. *The World Heritage List*. <http://www.unesco.org>.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec.

ANEXO

QUALIFICAÇÃO DO AUTOR

Márcio Santos

Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especializado em Formação Política e Econômica da Sociedade Brasileira pelo Centro Universitário Newton Paiva. Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Autor do livro *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*, publicado pela Editora Estrada Real. Pesquisador das rotas históricas de ocupação do interior brasileiro. Participante de três expedições de pesquisa realizadas pela Estrada Real. Participante da Expedição Engenheiro Halfeld, pelo Rio São Francisco. Membro fundador e presidente da organização não governamental Sociedade Estrada Real.

Consultor em direitos humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contato: marcio@bhlink.com.br ou (31) 99747704

